

Mirian Carla Cruz

**EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CURSO “JOVENS
EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS”**

Dissertação submetida ao Colegiado
do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação. Linha de pesquisa: Trabalho
e Educação

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Patricia Laura Torriglia

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cruz, Mirian Carla

Empreendedorismo na escola: Uma análise crítica
do curso "Jovens Empreendedores Primeiros Passos" /
Mirian Carla Cruz ; orientadora, Patricia Laura
Torriglia, 2018.
180 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Jovens Empreendedores. 3.
Trabalho. 4. Educação. 5. Formação de trabalhadores.
I. Torriglia, Patricia Laura. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CURSO "JO-
VENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS".

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Pós-Graduação em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em Educa-
ção.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 23/08/2018

D^{ra} Patricia Laura Torriglia (PPGE/CED/UFSC - Orientadora)

D^{ra} Luciana Pedrosa Marcassa (PPGE/CED/UFSC - Examinadora)

Dr Marival Coan (IFSC/SC - Examinador)

D^{ra} Célia Regina Vendramini (PPGE/CED/UFSC - Examinadora)

D^{ra} Astrid Baeker Avila (DEEE/CED/UFSC - Suplente)

MIRIAN CARLA CRUZ

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2018

Profa. Dra. Soraya Franzoni Conde
Coordenadora do PPGE/CED/UFSC
Portaria 2098/2018/GR

Dedico esta dissertação a todas as famílias de trabalhadores de Fraiburgo/SC, em especial à minha:
A AlvaDir Filho, amado companheiro, pessoa com quem amo partilhar a vida.
Aos meus pais, Valdemar e Ivanilde, por todo o amor, carinho e apoio.
Às minhas irmãs, Juliana e Ester, por todo o amor e amizade sempre compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Meus especiais agradecimentos:

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Patricia Laura Torriglia, pela confiança, paciência, ensinamentos e orientações, que foram fundamentais para a efetivação deste trabalho científico. Sou muito grata por toda a atenção e carinho com que me acolheu.

Aos amigos e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC), pelo ambiente acolhedor e pelas segundas-feiras de muitos debates e aprendizagens, que contribuíram de maneira significativa com meu processo de pesquisa e de formação humana.

Aos membros da banca de qualificação: Prof.^a Dr.^a Luciana Pedrosa Marcassa, Prof. Dr. Marival Coan e a Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini, pelas preciosas contribuições ao texto.

Aos professores, Prof.^a Dr.^a Luciana Pedrosa Marcassa, Prof. Dr. Marival Coan, Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini e Prof.^a Dr.^a Astrid Baecker Ávila, por terem aceitado o convite para defesa desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e a coordenação e secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

Ao Fundo de Apoio e Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Superior (FUMDES), pela concessão da bolsa de estudos, que me possibilitou dedicação integral a esta pesquisa.

À Secretaria de Educação do município de Fraiburgo/SC, em especial à querida Lucia B. Oliveira Panisson, pela colaboração valiosa e por generosamente ter disponibilizado as informações referentes à implementação do curso JEPP nas escolas.

Às crianças e adolescentes das escolas públicas municipais de Fraiburgo, filhos e filhas dos trabalhadores, pois são a base e razão da concretização deste trabalho.

Às minhas amigas Lucia, Eva Maristela, Leciane, Janice, Eliane, Bel e Julia, pela alegria de nossos encontros, pelo incentivo e apoio constantes e por essa nossa amizade que me faz tão bem.

A todos os demais colegas e familiares que estiveram presentes em minha vida durante este processo e que carinhosamente me deram uma palavra de incentivo e de conforto nos momentos bons e/ou nos difíceis.

[...] os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes-de-cera, as sentenças de almanaque, os rifões e provérbios, tudo pode aparecer como novidade; a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois [...].

José Saramago – História do cerco de Lisboa (2011)

RESUMO

A presente pesquisa dissertativa, realizada por meio de uma análise teórica e empírica, tem como objetivo principal analisar os desdobramentos do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) na educação de estudantes do primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental de algumas escolas públicas do município de Fraiburgo/SC. Esse curso faz parte do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e tem como base educar para o empreendedorismo. O referido curso foi aderido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) inicialmente como projeto-piloto a partir de 2014 em uma escola; no ano seguinte, além dessa, mais dez escolas do município entraram no programa. Desse modo, o objeto de estudo desta pesquisa é uma análise reflexiva acerca do curso JEPP e sua implementação em tais estabelecimentos escolares. O instrumento metodológico utilizado para compreender o campo empírico se fez por meio de um estudo documental minucioso dos livros didáticos disponibilizados pelo Sebrae aos estudantes para a formação que acontece nos nove anos de curso do Ensino Fundamental. Para tanto, o método que orientou a investigação é o materialismo histórico-dialético e o da perspectiva teórica-metodológica da ontologia crítica, substanciais para a compreensão dos fenômenos sociais em sua gênese. Para aprofundarmos nossas análises, organizamos esta dissertação em três capítulos: o primeiro sobre os aspectos onto-metodológicos e a contextualização do objeto de pesquisa; o segundo trata das relações do trabalho e da formação dos trabalhadores; e o último realiza uma análise crítica referente ao ensino para o empreendedorismo e as possíveis implicações da educação empreendedora. Por fim, concluímos, porém, sem esgotar as discussões da temática, que, na aparência, a educação empreendedora na especificidade do curso JEPP, com a proposta de abrir uma empresa por meio do Plano de Negócios, oculta os seus reais objetivos e sentidos, pois não é somente essa a intenção do curso. Isso pois, com sua metodologia de ensino, busca principalmente desenvolver nos sujeitos comportamentos predeterminados que lhes orientem como devem agir na sociedade e em todos os aspectos da vida que os tornam um ser social.

Palavras-chave: Jovens Empreendedores. Trabalho. Educação. Empreendedorismo. Formação de trabalhadores.

ABSTRACT

This dissertation, performed by means of a theoretical and empirical analysis, has as main objective to analyze the ramifications of the course "Jovens Empreendedores Primeiros Passos" (JEPP) in the education of students of first and second cycle of basic education of some public schools in the municipality of Fraiburgo/SC. This course is part of the National Program of Entrepreneurship Education (PNEE) of the Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE) and is based on educating for entrepreneurship. The course was conducted by the Municipal Department of Education (SME) as a pilot project starting in 2014 in a school; in the following year, in addition, ten more schools of the municipality entered the program. Thus, the study object of this research is a reflective analysis about the JEEP course and its implementation in such schools. The methodological tool used to understand the empirical field was made by means of a meticulous documentary study of didactic books offered by Sebrae to students for the training that happens in the nine years of Basic Education. For that, the method that guided the investigation is the historical-dialectical materialism and that of the theoretical-methodological perspective of the critical ontology, substantial for the understanding of the social phenomena in its genesis. To deepen our analysis, we organize this dissertation into three chapters: the first on the onto-methodological aspects and the contextualization of the object of research; the second deals with labor relations and of interference in the training of workers; and the latter performs a critical analysis of teaching for entrepreneurship and the possible implications of entrepreneurship education. Finally, we conclude, however, without exhausting the discussions of the theme, which, in appearance, the entrepreneurship education in the specificity of the JEPP course, with a proposal to open a company through the Business Plan, hides your real goals and senses, because it is not only that the intention of the course. This is because, with his teaching methodology, seeking mainly to develop subject predetermined behaviors to guide them how they should act in society and in all aspects of life that makes them a social being.

Keywords: Young Entrepreneurs. Work. Education. Entrepreneurship. Training of workers

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Propostas de educação empreendedora do Programa Nacional de Educação Empreendedora para cada etapa de ensino (2015).....	84
Quadro 2 – Propostas de educação empreendedora do Programa Nacional de Educação Empreendedora para cada etapa de ensino (2018).....	85
Quadro 3 – Características do Comportamento Empreendedor e os passos do Plano de Negócios	91
Quadro 4 – Dados gerais do ano de 2015 do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” em Fraiburgo.....	107
Quadro 5 – Dados gerais do ano de 2016 do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” em Fraiburgo.....	108
Quadro 6 – Principais livros de referências teóricas na construção dos livros didáticos do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”	114
Quadro 7 – Dados gerais dos livros do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” de 1º ao 5º ano	115
Quadro 8 – Dados gerais dos livros do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” de 6º ao 9º ano	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABASE - Associação Brasileira dos Sebrae Estaduais
ABDE - Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento
AID - Associação Internacional de Desenvolvimento
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
BB - Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CAV – Ciclo de Aprendizagem Vivencial
CEBRAE – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CFI - Corporação Financeira Internacional
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNI - Confederação Nacional da Indústria
COMICRO - Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
CONAMPE - Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais
COOCAM – Cooperativa Agropecuária Camponovense
COPEME – Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa
DGIDC - Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
EAD – Ensino a Distância
EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENE - Escola de Novos Empreendedores
ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPEME – Financiamento à Pequena e Média Empresa
FUNDEPRO – Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
FURB - Universidade Regional de Blumenau
GEAMPE – Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa
GEOC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSB - Conselho Internacional para Pequenos Negócios
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEA – Instituto de Estudos Avançados
IES - Instituições de Ensino Superior
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPGN – Iniciando um Pequeno e Grande Negócio
JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos
LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME - Ministério da Educação (Portugal)
MEI – Microempreendedor Individual
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
NAI – Núcleos de Assistência Industrial
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OM – Organizações Multilaterais
ONU - Organização das Nações Unidas
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PMEs - Pequenas e Médias Empresas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEE – Programa Nacional de Educação Empreendedora (Sebrae)
PNEE - Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (Portugal)
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEP – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
RSE – Responsabilidade Social Empresarial
SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFE - Sistema de Apostilamento Sistema Família e Escola
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SME – Secretaria Municipal de Educação (Fraiburgo)
SMPE - União/Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil)
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TPE – Todos pela Educação
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – ASPECTOS ONTO-METODOLÓGICOS: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA	31
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO	32
1.2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	36
1.2.1 A produção acadêmica sobre empreendedorismo e educação	39
1.3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL: ALGUMAS REFLEXÕES	45
CAPÍTULO II – O TRABALHO E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES	49
2.1 A GÊNESE DO TRABALHO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	50
2.1.1 Mais-valor absoluto e relativo e os desdobramentos para as novas formas de trabalho	57
2.2 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS NO PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60
2.2.1 Interlocuções entre o Banco Mundial e a educação.....	64
2.3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO EMPREENDEDORISMO E A EDUCAÇÃO.....	70
2.4 O SEBRAE E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	78
2.4.1 Pressupostos da educação empreendedora do Sebrae	83
2.4.2 Configurações do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”.....	89
CAPÍTULO III – ENSINO PARA O EMPREENDEDORISMO: EDUCAR PARA EMPREENDER?	99
3.1 EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO	99
3.1.1 Implementação do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” nas escolas municipais de Fraiburgo	105
3.2 PRIMEIROS PASSOS PARA DESENVOLVER COMPETÊNCIAS?	109
3.3 ANÁLISE DOS LIVROS DO CURSO “JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS”	113
3.3.1 Apontamentos sobre o material didático do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” – Ensino Fundamental I.....	118

3.3.2 Apontamentos sobre o material didático do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” - Ensino Fundamental II.....	131
3.3.3 Da formação de empregados para a formação de empregadores: breves considerações.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICE A – Teses, dissertações, artigos e outros textos sobre empreendedorismo e educação	163
APÊNDICE B: Títulos dos encontros do “Livro do Aluno” do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” – Ensino Fundamental I e II	175

INTRODUÇÃO

Na área empresarial, há uma preocupação no que diz respeito à elevada taxa de mortalidade de empresas em todo o mundo. Dolabela (2008), reconhecido teórico do empreendedorismo no Brasil, chama esse fenômeno de “mortalidade infantil”, pois muitas empresas não conseguem se manter logo no início de suas atividades. “De cada três empresas criadas, duas fecham as portas. As pequenas empresas (menos de 100 empregados) fecham mais: 99% das falências são de pequenos negócios” (DOLABELA, 2008, p. 29). Entretanto, apesar desses dados, Dolabela (2008, p. 25) elucida que

até o fim dos anos 1970, o Estado e as grandes empresas eram considerados os únicos suportes econômicos relevantes para a sociedade. Nos anos 1980, alguns fatores – o endividamento crescente dos governos, o aumento da concorrência dos mercados e sua mundialização, a utilização intensiva de tecnologia nos processos produtivos – transformaram este panorama, desenhando uma nova organização econômica. As grandes empresas passaram a produzir mais com menos empregados; os governos buscaram diminuir seus déficits através de cortes e redimensionamento dos quadros de pessoal. A partir daí, as únicas criadoras de empregos passaram a ser as PMEs (pequenas e médias empresas), que não mais se restringiram ao mercado local ou regional, mas começaram a concorrer no mercado internacional (DOLABELA, 2008, p. 25).

Para tanto, a explanação do autor confirma por que atualmente se tem valorizado tanto as pequenas empresas¹; inclusive, existe no Brasil uma instituição que trabalha com orientação e auxílio para micro e pequenas empresas, que é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Porém, de acordo com Dolabela (2008), ter uma ideia inovadora não é suficiente para entrar no mercado e ter “sucesso”, é essencial ser também um empreendedor. E o autor ainda defende que “as habilidades e capacidades necessárias para criar uma empresa deveriam integrar os programas de ensino em todos os níveis: fundamental, médio e superior” (DOLABELA, 2008, p. 27). E, para mudar esse paradigma das pequenas empresas e na perspectiva do que é exposto nos estudos de Dolabela (2008), é que o Sebrae cria cursos de educação e incentivo ao empreendedorismo em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior.

Para o ensino fundamental (primeiro e segundo ciclo), o Sebrae oferece para as escolas, que podem ser tanto as públicas como as privadas, o curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP). Desse modo, no ensino fundamental, os estudantes aprendem, desde a infância, os conhecimentos relacionados à área empresarial e como abrir uma empresa, e, além disso, a alcançar o tal “sucesso” com o seu empreendimento. Todavia, questionamos: será unicamente este o objetivo do curso JEPP na escola: desenvolver nos estudantes as habilidades e capacidades para criarem uma empresa, ou, dito de outro modo, serem empreendedores?

Essa questão desdobra-se no foco central desta pesquisa, que é compreender a formação para o empreendedorismo na educação básica por meio do curso JEPP. Mas, na especificidade desta dissertação, trataremos de explanar de que forma esse curso acontece em algumas escolas públicas municipais de Fraiburgo/SC e levantar quais podem ser

¹ Em 2008 “entra em vigor a Lei Complementar nº 12/08, que institui a figura jurídica do Microempreendedor individual (MEI)”. Os MEIs são considerados os pequenos empresários individuais, que podem ter até um empregado e passam a ter garantidos também direitos sociais previdenciários como aposentadoria, auxílio-saúde, etc. Em 2017, o número de MEIs ultrapassa 7 milhões de pessoas. Em 2014 é aprovado o regime tributário Super simples, sua “aprovação significou a inserção de quase 500 mil micro e pequenas empresas, que faturam até R\$ 3,6 milhões/ano, no regime de tributação do Super Simples”. Em 2015, o Sebrae lança o Movimento Compre do Pequeno. Em 2016 é aprovada a nova lei do Simples. Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

as implicações dessa formação na vida dos filhos e filhas dos trabalhadores desse município.

Essa temática se constituiu a partir da minha atuação como professora nas escolas municipais de Fraiburgo, quando presenciei a concretização do curso JEPP com a formação para estudantes do ensino fundamental do primeiro ciclo. Tal curso é oferecido atualmente nesse município em uma escola localizada em um bairro de área de periferia e outra em um bairro de área central da cidade, e que recebem, na maior parte, filhos e filhas de trabalhadores do campo. Refletir sobre a essência do referido curso e a sua metodologia aplicada na escola, levou-me a problematizar algumas questões relativas à formação de uma criança e um adolescente² para ser um futuro empreendedor, uma vez que, analisando os livros didáticos disponibilizados aos estudantes pelo Sebrae para o curso, a maneira como são percorridos os conteúdos não leva em consideração a realidade concreta em que estão inseridos os estudantes. Os conteúdos aprendidos por meio dos livros, conforme veremos, são carregados de discursos persuasivos e conceitos controversos que não revelam as contradições existentes na sociabilidade, apenas apontam o empreendedorismo em seu sentido positivo, como possibilidades para a profissão futura dos estudantes. Assim, perguntamos: Por que educação empreendedora na escola? De que maneira aprender precocemente conceitos de empreendedorismo pode interferir na educação das crianças e dos adolescentes?

É com base nessas questões apresentadas que nos propusemos a analisar alguns aspectos de como o modo de produção capitalista vem interferindo desde a infância na educação dos trabalhadores, oferecendo-lhes uma ideia de empreendedorismo como alternativa de transformação da realidade em que vivem. Propostas como essas do sistema do capital aos trabalhadores nos fazem refletir e buscar desvelar tais contradições.

Com a expansão do desenvolvimento das forças produtivas e as alterações nas relações de produção e, por conseguinte, as constantes reestruturações do capital, à educação é dada a importante tarefa de qualificar as forças de trabalho conforme o que se demanda. À vista disso, ao contrário do que aparenta e retomando as ideias de Marx, Kuenzer (1995, p. 32) afirma que, na realidade, “a história da formação

² A definição de criança e de adolescente atribuída a esta pesquisa está no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que, no Art. 2º do Título I, diz: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação”. Sabemos que o trabalho “é a base fundadora de toda sociabilização humana” (LUKÁCS, 2010, p. 46) e condição sine qua non para a subsistência dos indivíduos; o ponto crucial a ser destacado, porém, é a forma como o trabalho e a formação para o trabalho estão postos nessa sociabilidade, que, na grande maioria, não tem outras funções que não sejam a valorização e reprodução do capital. E com este estudo dissertativo pretendemos realizar uma análise reflexiva que nos permita expor como a sociedade capitalista tem tratado a educação brasileira, peculiarmente no que diz respeito aos efeitos de uma educação para o empreendedorismo na escola.

O debate a propósito das questões que aqui levantamos nos conduziu ao objetivo geral deste estudo que é: analisar os desdobramentos do curso JEPP na educação de estudantes do primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental de escolas públicas do município de Fraiburgo. E, para realizar um aprofundamento desse objetivo, formulamos os seguintes objetivos específicos: (a) identificar a relação entre trabalho, educação e empreendedorismo; (b) analisar como acontece a formação empreendedora na escola por meio do material didático (Livro do Aluno)³ disponibilizado aos estudantes pelo Sebrae; (c) levantar os principais conceitos e propostas trabalhados nos livros do curso JEPP de 1º ao 9º ano; e (d) investigar a fundamentação metodológica e pedagógica desse material, e como se associam à aprendizagem dos estudantes.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, realizamos uma análise documental dos nove livros do curso JEPP que foram desenvolvidos pelo Sebrae para a formação dos estudantes. A escolha por esse procedimento metodológico se deu em virtude da maneira como é organizado o material a ser analisado, dividido por encontros⁴ em forma de um passo a passo em oficinas pedagógicas; o “Livro do Aluno” possibilita compreender de maneira geral como acontece a formação do curso, quais são as estratégias e as metodologias utilizadas

³ Essa é a denominação utilizada pelo Sebrae para distinguir o livro dos estudantes do livro dos professores. As definições para referidos livros são: “Livro do Professor” e “Livro do Aluno”. Cabe destacar que, para nossas análises, o foco foi o “Livro do Aluno”.

⁴ Cada “Livro do Aluno” é separado por encontros. No Apêndice B, estão Quadros com os nomes de cada encontro do curso JEPP, de todos os anos (iniciais e finais). A carga horária total do curso em cada turma é, em média, de 22 a 30 horas.

nos livros. Antes de iniciar a análise desses documentos, porém, buscamos apresentar quais mediações permitem uma formação empreendedora na escola, qual é a gênese dessa formação e que tipo de conhecimento se tem priorizado nas escolas na atual conjuntura.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos o aporte teórico e a escolha metodológica para as análises desta pesquisa. Observamos o processo do conhecimento no contexto da pesquisa científica e entendemos que o método marxista e a leis e categorias do materialismo dialético, além de possibilitarem investigar a realidade e as regularidades do conhecimento, podem trazer os elementos para descobrir a essência dos fenômenos. Convém enfatizar que só podemos conhecer a realidade se estivermos frente à teoria (SHEPTULIN, 1983). O objeto desta pesquisa é o curso JEPP; nesse sentido, na sequência do estudo, expomos com base em qual contexto e realidade se constituiu tal objeto de pesquisa e esclarecemos de modo sucinto a dinâmica do curso, e como está organizada a sua formação na escola. Realizamos, além disso, uma breve investigação para conhecermos o que existe de produções científicas já concluídas (artigos, dissertações, teses) que tratam do mesmo tema desta pesquisa (dissertativa). E, por fim, com o intuito de refletir sobre o tipo de conhecimento reproduzido no curso JEPP, trazemos uma compreensão teórica que faz uma crítica contundente acerca da produção do conhecimento e da educação na lógica do capital.

No segundo capítulo, analisamos, com fundamento na categoria trabalho, como os modos de o homem reproduzir a sua existência alteram-se e tornam-se cada vez mais complexos, e o trabalho e a formação dos trabalhadores como parte essencial nesse processo também assumem outras determinações na sociabilidade. Dessa maneira, trazemos, em seguida, uma análise das categorias mais-valor absoluto e mais-valor relativo, a fim de mostrar o que tem suscitado alguns trabalhadores a recorrer a novas formas de trabalho e, em consequência, por que se tem propagandeado o empreendedorismo como saída para o desemprego. Como resultado de uma nova reestruturação do sistema do capital que está em curso, enfatizamos brevemente como a educação escolar se molda nesse processo e de que maneira Organizações Multilaterais (OM), como, por exemplo, o Banco Mundial (BM), têm determinado o que necessita ser ensinado aos trabalhadores.

Ainda em O trabalho e as interferências na formação dos trabalhadores, os subcapítulos trazem uma explanação sobre o empreendedorismo e seu percurso histórico e algumas contribuições

sobre a educação empreendedora no Brasil, com destaque ao trabalho de formação do Sebrae. Também expomos a história do Sebrae e o que a instituição criou para a educação empreendedora em cada nível de ensino. E para finalizar, apresentamos os objetivos, o que são definidas como características do Comportamento Empreendedor e os passos do Plano de Negócios e que referenciais metodológicos fundamentam o curso JEPP.

E, no terceiro capítulo, destacamos as alterações na conjuntura econômica do município de Fraiburgo e, ao mesmo tempo, as suas relações com os processos de educação oferecidos aos trabalhadores do município. Nesse contexto de intensas modificações é que o curso JEPP é aderido pela Secretaria Municipal de Educação (SME), com o intuito de ser realizado em algumas escolas do município. E, em continuidade às reflexões, é que retomamos os referenciais metodológicos do curso e abordamos a pedagogia das competências, indicando-a como embasamento teórico da formação empreendedora do curso do Sebrae. E, por fim, apresentamos a análise empírica do objeto. Realizamos uma análise por meio de um entendimento crítico referente aos livros didáticos disponibilizados nas escolas para a formação dos estudantes. Desse modo, a forma como os conceitos empresariais são expostos nos livros nos possibilitou compreendermos as relações com a aprendizagem dos estudantes.

Investigar essas fontes nos propiciou desnudar os conceitos e as propostas da educação empreendedora do curso JEPP, além de compreender que, por detrás de uma “simpática linguagem” e que muitas vezes seduz os sujeitos, estão novas formas de sujeição e exploração dos trabalhadores. Pois a finalidade não é somente abrir uma empresa, ser um empresário empreendedor, mas esses conceitos e propostas são ressignificados e induzem os estudantes a uma leitura de mundo, com o intuito, principalmente, de desenvolver comportamentos apropriados ao movimento dessa sociabilidade e não apenas para o trabalho e a formação profissional, mas à vida dos sujeitos num todo.

Esta pesquisa faz parte do projeto de pesquisa que se encontra em andamento, denominado de: Ontologia crítica, práxis cotidiana e as dimensões do conhecimento: primeiros apontamentos para discutir o ser da didática. Tal projeto está articulado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC)⁵, cujo projeto central é: Formação

⁵ O Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC) propõe-se a estudar, pesquisar e debater questões e problemas da educação, tendo como base uma abordagem marxista da educação, em especial as perspectivas teóricas

Humana, Ontologia Crítica e Educação, do programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e busca, com base na perspectiva da ontologia crítica, compreender aspectos acerca dos processos de formação e dos fundamentos de apropriação do conhecimento.

lukacsiana e a teoria histórico-cultural. O Grupo registra seus antecedentes no PPGE/CED/UFSC desde 1997, em diversos encontros de estudo sobre a ontologia, produção de conhecimento, problemas de teoria e método na pesquisa educacional, entre outros temas, expressos em dissertações, teses e pesquisas. O GEPOC pretende, ainda, contribuir nas discussões sobre as diferentes vertentes do pensamento educacional, em especial, o debate em relação ao ceticismo epistemológico e relativismo ontológico pós-modernos, nos diversos âmbitos da educação. Com intuito de maximizar o debate nas áreas que se articulam à pesquisa educacional, interessa uma constante interlocução com a Filosofia, a História, a Sociologia, a Psicologia, entre outras, visando a uma apreensão mais ampla e profunda do fenômeno educacional. O Projeto central do grupo é FORMAÇÃO HUMANA, ONTOLOGIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO. Sobre a coordenação da professora Dra. Patricia Laura Torriglia. Informações retiradas de: <<http://gepoc.paginas.ufsc.br/quem-somos/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CAPÍTULO I – ASPECTOS ONTO-METODOLÓGICOS: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

[...] é preciso partir da imediatidade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser como autêntico em-si. Mas, simultaneamente, também é preciso que os mais indispensáveis meios de domínio intelectual do ser sejam submetidos a uma permanente consideração crítica, tendo por base sua constituição ontológica mais simples. As inter-relações desses dois pontos de vista aparentemente opostos é que possibilitam uma aproximação daquilo que o ser, como ente, verdadeiramente é (LUKÁCS, 2010, p. 37).

Neste capítulo, apresentamos o aporte teórico adotado para as análises reflexivas do objeto de pesquisa desta dissertação: a educação empreendedora e suas influências na vida dos filhos dos trabalhadores. Sabemos que a educação empreendedora proposta pelo curso JEPP, que é a especificidade de nossa investigação, faz parte de uma totalidade dinâmica e complexa. Desse modo, este estudo tem como base o método do materialismo histórico-dialético, que estuda as leis gerais que condicionam o complexo fenomênico, apresentando-as na sua forma mais autêntica.

Tendo por fundamento essas inferências, explicitamos, inicialmente, a concepção do conhecimento e o processo de conhecer no contexto da pesquisa científica sob a concepção marxista. Posteriormente, demonstramos como foi realizada a construção do objeto de estudo, quais as gêneses que preliminarmente contribuem para este tipo de educação: a empreendedora. Ao mesmo tempo, expomos um levantamento com algumas pesquisas já realizadas sobre o tema empreendedorismo e educação empreendedora. E, por fim, são apresentadas considerações reflexivas relacionadas à produção do conhecimento na sociabilidade do capital.

1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO

Diferentemente do animal, que apenas age de modo instintivo, o homem age de maneira consciente. Ele propõe métodos, analisa a situação e determina qual o melhor caminho para concretizar seu objetivo. Dessa forma, o “conjunto de normas e regras que indicam como é preciso atuar para obter determinado resultado é o que constitui o método” (SHEPTULIN, 1983, p. 7). Levando-se em conta a realidade objetiva, vemos que todo método formulado com regras fundamentadas em bases do conhecimento pode facilitar a solução mais eficaz de um problema prático e cognoscitivo (SHEPTULIN, 1983). Entretanto, o método atua como um orientador e facilitador para se chegar ao resultado proposto.

Sem dúvida, para melhor conhecer a realidade e intervir nela com propriedade, elegemos como método para a apreciação de nosso objeto de pesquisa o materialismo histórico-dialético, dado que esse método possibilita uma compreensão mais refinada e aproximada dos fenômenos com conceitualizações⁶ que podem expressar as contradições que estão postas no real. Dessa maneira, torna-se pertinente, neste momento, entender como acontece o processo do conhecimento e quais as suas mediações.

De acordo com o nível de desenvolvimento do conhecimento do homem, o seu pensamento passa por diferentes processos de captura da realidade, e essa captura acontece por meio da consciência. “A consciência específica humana só pode nascer em ligação com a atividade social dos homens (trabalho e linguagem)” (LUKÁCS, 2012, p. 400). Assim sendo, a consciência desenvolve-se no decorrer da vida do homem e se complexifica de acordo com as suas relações sociais. Retomando a Marx, Lukács afirma que não é a consciência do homem que determina o ser, mas é o seu ser social que determina sua consciência. Nessa direção, Lukács (2012, p. 401) assevera que

a consciência é, antes de tudo, a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social; e também o campo de ação das alternativas surgidas em cada oportunidade é objetivamente delimitado no plano econômico-social. É a reação – frequentemente obscura, puramente emotiva – do indivíduo ao

⁶ Nesse sentido, conceitualizar é o mesmo que problematizar o objeto de estudo.

mundo social circundante que se apresenta a ele como algo dado.

Para tanto, entendemos que “a dimensão do conhecimento tem sua gênese e explicação a partir da compreensão da importância do papel da consciência” (TORRIGLIA, 2016), pois é por meio dela que conhecemos a realidade externa. Todavia, quando pensamos na investigação da gênese do processo de apropriação do conhecimento, “deparamo-nos com a necessidade de um estudo sobre os processos do pensar no sujeito, sobre os caminhos e as leis gerais que regulam essa atividade do indivíduo em seu processo de captura da realidade” (CISNE, 2014, p. 145-146).

Segundo os idealistas, “o processo de conhecer está centrado nas sensações” e “o processo de conhecer caminha da sensação ao pensamento” (CISNE, 2014, p. 147). Já, no entendimento dos materialistas, a realidade existe independente de nós, e a matéria é considerada como um dado primeiro, e as sensações como imagem de mundo. As sensações são imagens subjetivas do mundo objetivo, é o movimento externo sobre o movimento interno e não o contrário. Isso não quer dizer a negação das sensações, visto que, como enfatiza Cisne (2014), o mundo exterior é independente de nossa consciência e de nossas sensações.

Nessa perspectiva, por meio do pensamento desenvolve-se o processo de cognição, portanto, de conhecimento. “O pensamento pode ser definido como o conhecer que ocorre de forma mediada e sua função é buscar o que está dado implicitamente, partindo do que está explicitamente posto” (CISNE, 2014, p. 181). Contudo, é o mundo objetivo que instiga o homem no processo de conhecer, suas buscas, suas necessidades, a sua própria vida (CISNE, 2014).

Assim sendo, o conhecimento é uma dimensão da atividade humana, e a mola do processo do conhecimento está na vida cotidiana. Torriglia e Martins (2017, p. 15) são enfáticas ao afirmarem que

[...] partir dos conhecimentos cotidianos não implica ficar neles, já que estaríamos “determinando” uma formação para os sujeitos meramente limitada a compreensões restritas sobre o real e o que, pior ainda, essa limitação está articulada com os estranhamentos necessários aos processos de manipulação tão marcados e frequentes na sociabilidade subsumida aos dissídios do movimento do capital.

Com base no explicitado e em uma concepção ontológica, concordamos com as autoras, uma vez que a vida cotidiana não pode ser negada, pois ela é a vida humana. Certos de que a vida cotidiana é o ponto de partida, entendemos a necessidade de ir além de sua imediatividade, conhecer as propriedades e legalidades dos fenômenos e sua estrutura dinâmica e construir sistemas teóricos que mostrem a complexidade do mundo.

Diante desses breves apontamentos relativos ao processo de conhecer, percebemos que o pensamento permite processos de generalizações e abstrações⁷. Essas generalizações não diminuem o teor científico das análises teóricas, mas “as insere nas concatenações que são indispensáveis para compreender o ser social em sua totalidade” (LUKÁCS, 2012, p. 316). E é pela atividade de abstração e generalização do cérebro humano que se descobrem as leis que regem o mundo objetivo e se compreendem os nexos e relações internas, essenciais, que existem entre as coisas. Na abstração, separamos o que é de importância fundamental para conhecer o objeto, e a generalização “nos permite mostrar el fundamento interno, los nexos, la unidad de los fenómenos y objetos, sus causas, la ley que los rige” (ROSENTAL, 1958, p. 2).

É primordial evidenciar que, no processo da análise teórica, para compreendermos o objeto de estudo, como mencionado, são necessários métodos, aproximar-se dos fenômenos e submeter-se à práxis⁸. E, nesse percurso, o método do materialismo histórico-dialético torna-se a base de nossos estudos, pois nos permite estudar “os aspectos e as relações universais da realidade objetiva” (SHEPTULIN, 2004, p. 55). Desse modo, propomo-nos a analisar como acontece a formação indicada pelo curso JEPP em suas singularidades; isso sem deixar, porém, de considerar a universalidade. Pois o singular contém o todo, os fenômenos não são isolados no mundo, mas são resultados de relações sociais. Lukács (2010, p. 80-81) salienta que “a singularidade é, como a universalidade, categoria fundamental de todo ser: não há ente que não

⁷ Os processos de abstrações permitem uma compreensão mais apurada dos conceitos.

⁸ Toda práxis está diretamente orientada para a consecução de uma finalidade concreta determinada. Para tanto, deve ser conhecida a verdadeira constituição dos objetos que servem de meio para tal posição de finalidade, pertencendo à dita constituição também as relações, as possíveis consequências, etc. Por isso, a práxis está inseparavelmente ligada ao conhecimento (LUKÁCS, 2012, p. 56).

possa existir ao mesmo tempo como exemplar de seu gênero (universal) e como objetividade singular (singularidade)”.
 A respeito do processo de apropriação do real, salienta Torriglia (2012, p. 86-87):

No processo de apropriação e objetivação do mundo objetivo, conhecer as propriedades e legalidades dos fenômenos é fundamental para a transformação e reprodução da existência. Isto se coloca como prioridade no embate das necessidades já que sem conhecer não poderíamos transformar nem a natureza nem a relação entre os seres humanos.

Como dito, a materialidade do mundo tem leis; é necessário, todavia, investigar como essas leis funcionam. Para tanto, categorizar os fenômenos é essencial no processo de desenvolvimento na busca do real, uma vez que as categorias são analíticas não estão no real, mas surgem dele e nos orientam na compreensão do real, pois reúnem uma quantidade de mediações que explicam o movimento. Conforme Rosental (1958), as categorias são pontos de apoio para o conhecimento, são graus de desenvolvimento do conhecimento do mundo objetivo.

Nessas circunstâncias, uma análise dialética não considera o mundo das representações e do pensamento comum, mas submete-os a uma transformação, em que o conhecimento desvela aquilo que está como fixo ou como crença de que é assim, para que, dessa maneira, os fenômenos apresentem-se derivados e mediatos, além das representações, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade (KOSIK, 2002). Contudo, a captura do real não é contemplação, não é somente adquirir conhecimento, já que, quanto mais se conhece o fenômeno, mais se tem possibilidades para transformar a realidade.

Lukács (apud MORAES, 2009, p. 326) assevera que “é necessário que o primeiro passo do conhecimento se constitua em uma abstração correta, que em sua estrutura interna já possua características da pesquisa científica”. Isso pois só a partir desse primeiro passo, poderemos compreender o mundo social e intervir sobre ele, identificando as estruturas em funcionamento que geram os eventos, as aparências ou os discursos (MORAES, 2009).

Diante do exposto, ir além da lógica formal⁹ é entender que estudar a inserção do curso JEPP em escolas públicas do município de Fraiburgo e essa educação empreendedora que é oferecida aos estudantes não se encontram descolados da totalidade, e, do mesmo modo, estão no fluxo da história, conquanto, na aparência, não seja perceptível às suas reais determinações. Assim, é com base nessas reflexões que, na próxima seção, exporemos a respeito da construção desse objeto de pesquisa.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Consideramos pertinente, antes de descrever a construção do objeto de pesquisa, esclarecer com base em qual entendimento e contexto tratamos o empreendedorismo nesta pesquisa. Desse modo, após aprofundarmos a etimologia da palavra¹⁰, compreendemos que o termo empreendedorismo, está relacionado a um conjunto de características referentes ao bom andamento de uma empresa, logo o sujeito empreendedor é aquele que age conforme essas características que foram determinadas. O dicionário de língua portuguesa Houaiss (2015) define empreendedorismo, como disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios e iniciativa de pôr em prática mudanças em empresas ou negócios já existentes, com transformações que envolvem inovação e riscos. De acordo com a educação empreendedora do curso JEPP (2012), algumas características do Comportamento Empreendedor são: Iniciativa, Persistência, Eficiência, Comprometimento, Persuasão, Autoconfiança, Independência, entre outros. Souza (2014), importante pesquisadora contemporânea da educação empreendedora, declara que, apesar de algumas pessoas já “nascerem” com essas características, outras precisam desenvolvê-las, por isso, a necessidade de se educar para o empreendedorismo. Com essa ideia, percebemos atualmente a proliferação de cursos de educação empreendedora em todos os níveis de ensino que expõem a emergência para a sociedade do capital de trabalhadores com esses comportamentos.

É importante frisar que os termos empreendedor e empresário não podem ser tratados como sinônimos, pois empreendedor e empresário não têm o mesmo significado (DEMETRIO, 2017). Conforme

⁹ Como aponta Sheptulin (1983), a lógica formal não dá conta de explicar os fenômenos, fica na mera descrição.

¹⁰ Ver tópico 2.3 do capítulo II.

evidenciado no parágrafo anterior, empreendedor é o termo dado ao indivíduo que possui as características empreendedoras, ou seja, em linhas gerais, as características relacionadas a ideias de inovação e de tudo que vise contribuir com o crescimento de determinado negócio ou projeto. Ao contrário, empresário é aquele que gerencia uma empresa, mas sem muitas pretensões ou ideias novas, apenas mantém o negócio, embora existam também empresários com características de empreendedor (DEMETRIO, 2017). Assim sendo, no processo da pesquisa, quando nos dirigirmos a um empreendedor, estamos falando do indivíduo com características empreendedoras; logo, quando nos referirmos ao empreendedor que pode vir a ser empresário, utilizaremos a expressão empresário empreendedor.

Assim, a temática desta pesquisa é a formação para o empreendedorismo na educação básica e, por conseguinte, os desdobramentos dessa formação para os filhos e filhas dos trabalhadores. O interesse por esse estudo aconteceu por meio da vivência como professora de Artes nas escolas da rede pública do município de Fraiburgo, quando, em 2015, presenciei a concretização de um curso de empreendedorismo sendo implementado em uma das escolas em que trabalhava naquele momento. O curso, subsidiado pelo Sebrae, denominado de JEPP, chegou à escola com a proposta de ensinar aos estudantes conteúdos referentes ao empreendedorismo e a como se tornar um empresário empreendedor. Naquele instante, negativamente me veio à memória uma experiência pessoal, de um familiar que saiu da empresa em que trabalhava para ser Microempreendedor Individual (MEI)¹¹. Sua empresa durou aproximadamente quatro anos, pois a dificuldade financeira para conseguir manter seu negócio foi seu maior entrave e logo, sem nenhuma saída, resolveu desistir e voltar a trabalhar como vendedor da força de trabalho. Esse exemplo vivenciado trouxe-me alguns

¹¹ O MEI é o pequeno empresário individual que atende às condições a seguir relacionadas:

(a) tenha faturamento limitado a R\$ 60.000,00 por ano; (b) que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa; (c) contrate no máximo um empregado; (d) exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XIII, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional de nº 94/2011, o qual relaciona todas as atividades permitidas ao MEI. Informações retiradas de:

<<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei>>

Acesso em: 2 set. 2017.

questionamentos relativamente ao JEPP na escola. O curso é oferecido em Fraiburgo em escolas localizadas em bairros em que vivem os trabalhadores do município; desse modo, qual é a intenção de uma formação para o empreendedorismo para os filhos e filhas dos trabalhadores?

Corriqueiramente notamos a educação empreendedora em universidades, ensino técnico, formação complementar, etc. O discurso apresentado é de que uma formação para o empreendedorismo possibilitará ao profissional recém-formado estar mais bem preparado para ingressar no mercado de trabalho. Agora, quais os objetivos de uma formação para o empreendedorismo para crianças já no início do primeiro ciclo do ensino fundamental? Como os idealizadores do curso organizam as metodologias de ensino para evidenciar as características de um empreendedor já na infância e adolescência? São desses questionamentos que decorre a necessidade de problematizar o tema em foco, de modo a elucidar o que implica uma educação para o empreendedorismo na vida dos estudantes desde a infância e adolescência.

O curso JEPP faz parte do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do Sebrae e estende-se em âmbito nacional. Foi implementado nas escolas públicas do município de Fraiburgo em 2015 e contempla o ensino fundamental de 1º ao 9º ano. Cada turma/ano fica responsável em estudar os seguintes temas: (a) 1º ano: “O mundo das ervas aromáticas”; (b) 2º ano: “Temperos naturais”; (c) 3º ano: “Oficina de brinquedos ecológicos”; (d) 4º ano: “Locadora de produtos”; (e) 5º ano: “Sabores e cores”; (f) 6º ano: “Eco papelaria”; (g) 7º ano: “Artesanato sustentável”; (h) 8º ano: “Empreendedorismo social”; (i) 9º ano: “Novas ideias, grandes negócios”.

As propostas do curso diversificam-se entre teóricas e práticas, tendo como objetivo principal o ensino do empreendedorismo. Os temas são trabalhados em sala de aula por meio de material físico (livros) e são ensinados em forma de oficinas pelos professores da escola. Anteriormente às aulas, os professores recebem uma formação do Sebrae para trabalhar o conteúdo e formato do curso. Ao final do curso, é realizada uma feira aberta à comunidade, para serem vendidos os produtos que foram produzidos pelos estudantes com ajuda dos professores e também das famílias. Na feira, ficam em exposição as lojas de cada turma; essas lojas são separadas por segmentos, e o nome de cada uma delas e a divulgação dos produtos são criados e desenvolvidos pelos estudantes; o dinheiro arrecadado na feira fica para os próprios estudantes.

Cada ano/turma recebe o seu livro com conteúdo semelhante; todavia, as metodologias de ensino são diferenciadas conforme a faixa etária dos estudantes. Analisaremos, nos livros didáticos, as principais propostas e os conceitos fundamentais ensinados que norteiam todos os livros, de modo a compreender os desdobramentos de uma educação para o empreendedorismo, os limites e intenções desse curso, e como influenciam na formação dos estudantes.

Empreendedorismo e educação já foram motes de algumas pesquisas; sendo assim, fizemos uma revisão de literatura para conhecer o que já foi pesquisado sobre esse tema.

1.2.1 A produção acadêmica sobre empreendedorismo e educação

A revisão de literatura¹² sobre essa temática foi realizada por meio da ferramenta de pesquisa do Google: Google Acadêmico¹³ e dos bancos de dados de trabalhos científicos: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Verificou-se que há um grande número de produções acadêmicas referentes à empreendedorismo e educação ou educação empreendedora¹⁴, e um dos critérios para a seleção dessas produções foram as concluídas entre os anos de 2006 e 2016. Especificamente sobre o curso JEPP não foram encontradas pesquisas em nenhuma das buscas; apenas é citado a respeito do curso, no artigo *A introdução do*

¹² Devido ao grande número de estudos encontrados, foram selecionados e citados apenas alguns trabalhos. Os trabalhos selecionados encontram-se no Apêndice A, organizados em Quadros que apresentam dados relativos à busca básica, ao título, autor e ano da pesquisa.

¹³ O Google Acadêmico permite o acesso a diversas produções acadêmicas, como teses, dissertações, artigos, livros, entre outras.

¹⁴ Para o levantamento, os descritores foram organizados conforme os recursos de cada portal, e os utilizados foram “empreendedorismo na educação”, “empreendedorismo”, “educação empreendedora” e “empreendedorismo + educação”. Após não encontrar nenhuma pesquisa específica que trate do curso JEPP (como será mencionado no texto), iniciamos nossa busca no Google Acadêmico com os descritores “empreendedorismo na educação” e, entre livros, artigos, teses e dissertações e outros textos, apareceram aproximadamente 14.600 resultados. No banco de dados Scielo, com os descritores “educação empreendedora” apareceram seis resultados e com apenas a palavra “empreendedorismo” apareceram 188 resultados. E, por fim, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com os descritores “empreendedorismo + educação” tivemos como resultados um total de 68.010 dissertações e 18.706 teses.

empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações (SOUZA, 2012), no tópico: *Algumas experiências de ensino de empreendedorismo na escola* e na dissertação *Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora* (LIMA, 2008), no tópico: *O avanço da “educação empreendedora” nas políticas educacionais*.

De modo geral, para conhecer os estudos selecionados, foram feitas breves leituras da composição de cada pesquisa e o que se observou é a existência de uma quantidade maior (comparada às outras pesquisas) de pesquisas com enfoque na educação empreendedora no ensino em nível superior e ainda são muito poucas as investigações que estudam e aprofundam o empreendedorismo no ensino fundamental da educação básica¹⁵. A intenção aqui, não foi se deter na identificação das perspectivas teóricas utilizadas por cada autor, mas trazer as pesquisas que mais dialogam com nosso objeto de estudo e apresentar quais foram os debates, as problemáticas e as apreciações para o tema em questão.

Entre os diversos estudos analisados, identificamos que a dissertação *Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?* (SOUZA, 2006) trata do discurso do empreendedorismo e da concepção empreendedora para a educação do jovem trabalhador. Sustentando-se teoricamente no conceito de ideologia elaborado por Gramsci, Souza (2006) defende que esse discurso se organiza ideologicamente como uma concepção de mundo para esses jovens. A pesquisa de Souza (2006) é norteada pelos seguintes eixos: o discurso do empreendedorismo e o trabalho para o jovem; protagonismo juvenil e educação empreendedora: concepções político-pedagógicas e o jovem.

Já a dissertação de Graziany Penna Dias (2006) discorre sobre o curso de formação de Jovens Empreendedores do Sebrae, destinado aos estudantes do ensino médio. Fundamentando-se no método materialista histórico-dialético, Dias (2006) pressupõe que o empreendedorismo é resultado das mudanças estruturais do capitalismo, e, por meio dessas mudanças, faz-se necessário um “novo modelo de trabalhador”. Nessa acepção, o autor de *Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola* desenvolve um estudo das mudanças do capitalismo no final do século XX, da noção de competência e do empreendedorismo, a

¹⁵ Já em 2015 a dissertação de Fernanda Góes da Silva, intitulada *Ensino do empreendedorismo na educação básica: a formação do cidadão empreendedor em questão*, indicava que o número de pesquisas realizados com enfoque no empreendedorismo no nível básico de ensino ainda é muito reduzido.

trajetória histórica do Sebrae e a pedagogia empreendedora dessa instituição.

Nessa perspectiva, em seu artigo *A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações*, Souza (2012) lembra que a introdução do empreendedorismo na educação vem ocorrendo progressivamente no Brasil e já alerta para o fato de que há iniciativas na esfera do legislativo federal com a finalidade de que a educação para o empreendedorismo se torne disciplina obrigatória na educação básica.

Em sua tese, intitulada *Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil*, Drewinski (2009) afirma que, diante do agravamento do desemprego, várias propostas têm sido elaboradas de modo a solucionar e combater o problema, e, entre essas propostas, “constam aquelas que se concentram na formação de empreendedores, ou seja, de pessoas capazes de criar alternativas de trabalho e geração de renda” (DREWINSKI, 2009, p. 6). Em seu estudo, a autora examina o discurso pedagógico do empreendedorismo na formação do jovem trabalhador por meio do Projeto Jovem Empreendedor e a Pedagogia Empreendedora proposta para crianças e jovens da educação básica. Drewinski (2009, p. 146) conclui que

[...] a emergência do trabalhador empreendedor, do indivíduo autônomo e solidário passa a ser uma necessidade da sociedade capitalista. Em outras palavras, é essa a ideologia que subjaz ao discurso da necessidade da educação empreendedora para todos os indivíduos, da formação de novos valores necessários ao enfrentamento dos desafios do século XXI.

Outra pesquisa a que tivemos acesso é a tese *Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas*, de Coan (2011). Nela o autor defende que essa proposição de educar para o empreendedorismo precisa ser questionada. “No Brasil, o empreendedorismo vem ganhando espaço e adesão, principalmente, no campo educacional, chegando a fundamentar projetos pedagógicos de diversas escolas, com o apoio de várias secretarias municipais e estaduais de Educação e do Governo Federal” (COAN, 2011, p. 30-31). Essa pesquisa é dividida em um estudo teórico e empírico; na parte empírica, Coan (2011) analisa as experiências com educação

empreendedora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Campus Florianópolis e do governo português, por meio do Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE). É nesse sentido que Coan (2011), com base na perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético, objetivou em sua pesquisa “compreender as implicações epistemológicas, políticas e práticas decorrentes da incorporação do empreendedorismo pelo campo educacional investigando seu caráter ideológico, principalmente, na formação de um novo perfil de trabalhador” (COAN, 2011, p. 15).

Vargas (2012), na sua tese: *Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar*, questiona como os programas de Educação Financeira que aconteciam somente em instituições financeiras, estenderam-se também para as instituições escolares. Para sua análise, ele examina o material organizado pelo Governo Federal com o título “Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)¹⁶” e, em sua metodologia de pesquisa, Vargas (2012) escolhe como aportes teóricos os estudos de Michel Foucault “e, como ferramentas teóricas, as noções de *Biopolítica* e *Governamentabilidade*” (VARGAS, 2012, p. 107, grifo do autor). De acordo com o autor, a Educação Financeira regida pela racionalidade neoliberal do Estado pode produzir sujeitos econômicos que, capturados pelo discurso de ser empreendedor de si mesmo, poderão ser “transformados em investidores e profissionais criativos, proativos e, portanto, clientes em potencial do mercado financeiro” (VARGAS, 2012, p. 110). É nesse sentido que Vargas (2012) finaliza sua tese com conclusões provisórias, com a afirmação de que esse estudo lhe abriu novos horizontes para pensar a Educação Financeira no ambiente escolar e incluí-la na escola “como projeto ou disciplina orienta práticas de consumo e reconfigura o capitalismo na atualidade” (VARGAS, 2012, p. 109). Na perspectiva foucaultiana, tivemos acesso também a dissertação *Empreendedorismo de si e educação escolar: entre cartas e tramas* (FLORES, 2014), que problematiza a disseminação do empreendedorismo na educação escolar, em específico no nível fundamental de ensino. Flores (2014) explica que a escola, além de disseminar o empreendedorismo, reproduz e incentiva essa cultura, adaptando os estudantes para dar conta das demandas atuais da sociedade.

¹⁶ Esse documento tem apoio de instituições privadas ou públicas e do Programa do Banco Santander de Educação Financeira, e institui a Educação Financeira como uma disciplina ou projeto obrigatório no Brasil (VARGAS, 2012).

Encontramos a pesquisa de Valcanaia (2010), na qual o autor defende a formação para o empreendedorismo como caminho para o desenvolvimento não só econômico, mas social de toda a sociedade e aposta nesse tipo de ensino. A Universidade Regional de Blumenau (FURB) tem feito grandes investimentos na formação empreendedora de seus discentes e, para tanto, “a forma encontrada para a efetivação desta empreitada é o ensino da disciplina de empreendedorismo em vários cursos de graduação ofertados pela universidade pesquisada” (VALCANAIA, 2010, p. 7). Desse modo, o objetivo da dissertação *Estudo do egresso dos alunos das disciplinas que envolvem empreendedorismo* é entender que resultados essa formação empreendedora tem produzido no mercado de trabalho.

Fundamentada teoricamente nos estudos sobre formação de empreendedores, propostos por Fernando Dolabela (1999), na tese *Educação empreendedora transformando o ensino superior: diversos olhares de estudantes sobre professores empreendedores*, Martins (2010) realiza um estudo de caso, “que tem como problema central compreender em que professores empreendedores fazem a diferença nas salas de aula do ensino superior” (MARTINS, 2010, p. 8). Por meio da análise de questionários com perguntas abertas e fechadas, que foram distribuídos para 257 acadêmicos de uma universidade, a autora conclui que os estudantes reconhecem que, por intermédio das metodologias utilizadas pelos professores empreendedores, a aprendizagem realmente acontece, pois, esses professores são dinâmicos, comprometidos, determinados e sabem tomar decisões.

Tendo como base os quatro pilares do conhecimento (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser) propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pesquisa dissertativa de Leal (2009) propõe analisar, diante das mudanças no mundo do trabalho, as contribuições do Sebrae na disseminação da Educação Empreendedora entre jovens e adultos, especialmente aquelas relacionadas ao ensino a distância (rádio, televisão e internet). A dissertação *Aprender a empreender: um pilar na educação de jovens e adultos (A experiência do Sebrae)* (LEAL, 2009) mostra a relevância do Sebrae na expansão da cultura do empreendedorismo e salienta que muitos dos jovens e adultos alcançados por essa oferta, ou já são empreendedores, com seus negócios em funcionamento, ou estão em vantagem, por estarem inseridos no mundo do trabalho como empregados com postura empreendedora em suas ações.

A dissertação *O ensino de empreendedorismo nos cursos superiores de tecnologia do IFSC, campus Florianópolis – Continente* (BONDAN, 2016) analisa a importância do empreendedorismo como componente curricular nos cursos superiores de Gastronomia e Hotelaria oferecidos no IFSC – campus Florianópolis – Continente, na formação dos estudantes. Por meio de um estudo de caso, Bondan (2016) expõe a necessidade de práticas no ensino do empreendedorismo que estimulem os alunos a empreender, pois, mesmo como componente curricular dos cursos, o trabalho realizado no Instituto ainda acontece de forma superficial.

E, entre os percalços para ensinar empreendedorismo e à procura por metodologias de ensino que concretizem de fato a aprendizagem dos estudantes, é que a dissertação *Um jogo para contribuição do ensino de empreendedorismo* (SANTOS, 2014) propõe um jogo para a disciplina de empreendedorismo, uma vez que, de acordo com o autor, essas atividades “aparecem como uma boa ferramenta pedagógica, pois instigam a motivação e entusiasmo dos alunos na solução de problemas”, além disso, “por meio de ambientes simulados, as quais prezam pela imitação da realidade” (SANTOS, 2014, p. 14) podem proporcionar aos estudantes vivenciar situações reais mesmo estando em uma sala de aula. Para chegar a tais resultados, Santos (2014) trabalhou o jogo proposto em duas turmas do curso de Sistemas de Informação de uma Faculdade do Estado de São Paulo, pelo qual, segundo ele, foram comprovadas suas hipóteses.

Como dito no início da seção, há um grande número de produções acadêmicas referentes a empreendedorismo e educação ou educação empreendedora e, do mesmo modo, reconhecemos o que já existe produzido acerca do tema, não obstante a finalidade não foi de aprofundar, mas anunciar/indicar algumas das pesquisas e discussões já realizadas. E o que se notou, é que em relação às pesquisas com análises e posicionamentos mais críticos sobre empreendedorismo e educação, ainda são muito poucas se comparadas com a vasta quantidade de estudos na linha teórica do pensamento neoliberal, que incessantemente sustentam e incentivam a educação empreendedora em todos os níveis de ensino.

Dessa forma, torna-se relevante investigar tal temática, pois, como destaca Klein (2012, p. 382-383) são “três problemas fundamentais que deveriam ser investigados em caráter prioritário”; entre esses problemas, “o aprofundamento das relações entre escola e trabalho, decorrente das imposições do capital, que determina cada vez mais, o tipo de escola demandada, na qual esbarram os projetos

educacionais alternativos”, no caso desta pesquisa o projeto de educação empreendedora. Assim, algumas questões surgem como prioridade em nossa pesquisa: Como se configura a educação empreendedora dentro dos processos de ensino? Como são apresentados os conceitos do empreendedorismo aos estudantes? E quais são esses conceitos? Em contrapartida, asseveramos que essas análises unicamente são profícuas quando analisadas por meio de uma teoria crítica, que busca compreender o fenômeno social em suas gêneses históricas e entender que esse não é um processo acabado, porém é histórico e está em constante movimento de transformação.

1.3 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Propostas de formação para os trabalhadores, como o curso JEPP, são configuradas para atender a um certo tipo de conhecimento condizente com os interesses do capital. Sendo assim, torna-se essencial sublinhar algumas questões referentes à produção do conhecimento na atualidade e de que forma o modo de produção capitalista interfere na educação. Dessa maneira é que consideramos relevante entender a produção do conhecimento e as contribuições da ciência nesse processo. Conforme Torriglia (2012, p. 80),

nas últimas décadas o conhecimento e sua produção se tornaram expressivos nos discursos da ciência e em especial, no campo educacional. É nesse panorama que urge o significado da “sociedade do conhecimento”, cuja premissa principal é a “centralidade do conhecimento”. Assim, torna-se instigante, perguntar que tipo de conhecimento se está priorizando? Para quem este conhecimento está pensado?

No caso do curso JEPP, podemos indicar que o conhecimento no campo educacional que está sendo priorizado na sociedade é um conhecimento pragmático e pensado para a classe trabalhadora, pois prepara os estudantes para a aquisição de conhecimentos diretamente ancorados à ideologia¹⁷ do capital. No curso, os estudantes aprendem a

¹⁷ Por ideologia, Lukács (2013, p. 465) entende o seguinte: “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a

como abrir uma empresa e desenvolver projetos, e, para tal, necessitam, no percurso do curso, desenvolver um conjunto de comportamentos. E, entre estes comportamentos, se destacam: serem criativos, comprometidos, persuasivos, autoconfiantes. E é inequívoco que é para atender a essa sociedade que necessita de pessoas com esses comportamentos.

E nisso é notório que a ciência não é neutra e a produção do conhecimento não é isolada, ambas não acontecem independentemente do que se sucede na sociedade, mas cumprem um papel social no mundo, embora saiba-se que essa função muitas vezes, é ideológica e serve para a conformação e manutenção do capital e não para uma transformação radical dessa ordem social. Por isso, é imperativo entender os fenômenos nas suas particularidades, especificamente em “uma sociabilidade, cujo modo de produção prioritário é a destruição e a desumanização do ser social que opera no sujeito singular - em seu processo de individuação - e, portanto, genérico” (TORRIGLIA, 2012, p. 77).

Segundo Lukács (2012, p. 294), “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la. Em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento nesse terreno”, ou em outros contextos conforme mencionado, pode atuar em sentido inverso, ou seja, a ciência pode também obscurecer, “[...] pode deformar indicações ou mesmo apenas pressentimentos da vida cotidiana”.

Sobre a “sociedade do conhecimento”, continua Torriglia (2012, p. 81):

[...] o conhecimento passa a ser central para a sociedade, e assim, a educação estaria sendo o “núcleo duro” dessa nova necessidade. Isto, de fato cumpre uma função social. Nessa direção, as reformas e as políticas públicas de educação, foram convocadas a cumprir um papel especial no avanço das tecnologias e da ciência. Destacamos que essa mesma concepção também se encontra no panorama das novas relações econômicas (de produção) como um aspecto chave para favorecer o crescimento das economias e a “superação” das

práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 465).

desigualdades sociais. Assim, importa salientar que a sociedade dita do “conhecimento” é, na verdade, uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista.

Isso posto, notamos que essa sociedade do conhecimento coloca a educação como fator determinante no desenvolvimento da sociabilidade capitalista. “De fato, o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informações, e, em decorrência, a educação foi eleita estratégica para fazer face às vertiginosas mudanças” (MORAES, 2009, p. 319). E as exigências do mercado transformam-se e avançam muito além do mero saber ler e escrever. Sendo assim, torna-se insuficiente, para a manutenção do capital, um trabalhador que apenas vende a sua força de trabalho, mas é imprescindível ainda que essa força de trabalho seja qualificada e adquira certos conhecimentos que os prepare para desempenhar determinadas atividades.

Por esse ângulo, “o conhecimento da realidade já não garante a procura da verdade, já que ela pode ser construída e consensual” (TORRIGLIA, 2012, p. 82). Consequentemente, o conhecimento transforma-se em um instrumento de controle que oculta a estrutura dos fenômenos e suas mediações, sustentando-se apenas na práxis imediata¹⁸.

Mediante tais explicações, pensamos na formação do JEPP. Mas que tipo de conhecimento é reproduzido nesse curso? Analisando algumas passagens descritas em textos introdutórios das apostilas do JEPP, o material didático expõe que “é preciso sonhar”, mas, para alcançar esse sonho, é necessário definir metas, planejar e agir; em contrapartida, se a pessoa não alcançar tais objetivos é porque não planejou corretamente. Trata-se, portanto, de um conhecimento que fica na mera aparência, que padroniza e falseia a realidade, realidade essa que, muitas vezes, limita os indivíduos em todos os sentidos e não permite a efetivação de seus objetivos.

Contudo, foi a partir das leituras dos livros didáticos do curso JEPP, e acompanhando o curso nas escolas do município de Fraiburgo, é que se almejou compreender esse fenômeno em suas questões histórico-sociais. Uma vez que “os efeitos de cada ato humano, mesmo que motivado pelas mais profundas razões individuais, adquirem um

¹⁸ “Toda práxis imediata possui o seu objetivo imediato. Por essa razão, essa imediatidade, a preservação, a reprodução da própria vida, impõem-se aos homens com coercividade imediata” (LUKÁCS, 2013, p. 483).

significado diferenciado quando analisados em termos do complexo de relações e estruturas sociais” (MORAES, 2009, p. 335). Nessas circunstâncias, esta investigação, por meio de uma análise teórica e empírica, busca identificar mais profundamente a essência desse fenômeno e as limitações desse conhecimento produzido e reproduzido nas escolas.

Essa análise permitirá ampliar nosso conhecimento e questionar sobre os distintos processos de trabalho e formação para o trabalho que se têm colocado no modo de produção capitalista na contemporaneidade. Entretanto, discorrer acerca dos processos de ensino e da formação do trabalhador exige-nos primeiramente conhecer a gênese do trabalho e seus nexos, visto, como entende Lukács (2013), que o trabalho antes de tudo nasce na luta pela existência, é, portanto, condição da vida humana, “pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44). “O trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos¹⁹, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária” (LUKÁCS, 2013, p. 47). Vale ressaltar que, no movimento histórico, a categoria trabalho altera-se e assume novos sentidos na sociabilidade. É esse o aspecto que analisaremos no próximo capítulo.

¹⁹ “A teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

CAPÍTULO II – O TRABALHO E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

Se o mundo virou pelo avesso, a educação deve acompanhá-lo na reviravolta (MORAES, 2003, p. 152).

Para compreendermos a concepção de formação no curso JEPP, nosso objetivo neste capítulo é averiguar o campo de mediações que efetivam esse fenômeno na realidade concreta, pois, como dissemos, esse curso não está isolado no complexo social, mas faz parte desse movimento que é histórico. Porquanto “o mundo não pode ser compreendido sem as forças históricas que determinam o desenvolvimento social e a compreensão dessas forças” (TORRIGLIA, 2012, p. 79). Assim sendo, apresentaremos inicialmente uma análise da categoria trabalho e suas mediações, com base nos estudos de Marx e de alguns teóricos marxistas, como, por exemplo, Lukács (2010, 2012, 2013) Lessa (2015), Manacorda (1996), Tumolo (2005) e Mészáros (2008). Segundo a concepção teórica marxista, os modos de o indivíduo produzir a sua existência modificaram-se a partir do surgimento da propriedade privada e da consolidação do capital. Nesse contexto, o capitalismo passa a controlar, além dos processos de trabalho, a vida do trabalhador num todo, até mesmo a sua educação e formação. Visto por esse ângulo, o curso de empreendedorismo JEPP, do Sebrae, evidencia-se com clareza como projeto de educação capitalista.

Nessa direção, analisamos as categorias mais-valor absoluto e mais-valor relativo, e como a educação empreendedora articula-se a esses processos. Em seguida, expomos alguns apontamentos do contexto histórico das primeiras intervenções internacionais na educação brasileira, mais especificamente aprofundando a questão do BM. Assim, apresentamos algumas considerações sobre os estudos de crescimento e inovação propostos pelo BM e a adesão dessas ideias pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), para assim manter o Brasil com mais inovação e competitividade, visto que, para isso a educação é fator preponderante. Cabe salientar que esses aspectos só são ressaltados em virtude de a CNI fazer parte da direção superior do Sebrae, pois é uma das Entidades Associadas do Conselho Deliberativo Nacional da instituição, e pelo BM ser um dos organismos multilaterais com maior controle sobre as decisões na formação educacional de trabalhadores, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Posteriormente, realizamos uma breve análise da gênese do empreendedorismo e da educação empreendedora no Brasil. Expomos, na sequência, a história do Sebrae e as suas concepções de formação para o empreendedorismo e, por fim, a estrutura e organização do curso JEPP.

2.1 A GÊNESE DO TRABALHO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Ao estudar a educação empreendedora do curso JEPP e para compreendermos essa formação, precisamos inicialmente fazer a análise da categoria trabalho e dos processos de trabalho na sociabilidade. Entre outros aspectos, é fundamental destacar o novo papel que o trabalho adquire no fluxo da história e como os fenômenos empreendedorismo e educação empreendedora incorporam-se a esse novo papel, visto que essas categorias só podem ser compreendidas se analisadas dentro desse processo em sua totalidade real.

Sem dúvida, o fato ontológico fundante do ser social é o trabalho (LUKÁCS, 2010). Ademais, o trabalho é a condição vital para a sobrevivência do homem, independentemente do tipo de sociedade, sendo ele a mediação entre o homem e a natureza. Nas palavras de Marx (2017, p. 255):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Pelo trabalho, o homem é transformado e conjuntamente transforma o meio onde vive. É o que Lukács (2012) define como dupla transformação. Cabe assinalar que as explanações feitas neste momento são do trabalho em seu sentido originário, para produzir valores de uso,

satisfazer as necessidades humanas. Nesse sentido, prossegue Lukács (2012, p. 153-154):

O trabalho constitui a atividade do ser humano na qual um fim efetivamente posto contribui para a efetiva transformação da realidade. O trabalho é inclusive a atividade humana pela qual algo fundamentalmente novo, realmente novo, pela primeira vez ingressa na realidade.

Nesse movimento, antes de executar determinada atividade, o homem idealiza em sua mente, define quais os instrumentos utilizar e os métodos a serem seguidos para chegar ao melhor resultado. Essas alternativas são atos da consciência que não possuem mais caráter somente biológico (LUKÁCS, 2013). Desse modo, “o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais” (LUKÁCS, 1978, p. 6). E o trabalhador “é iniciador do pôr do fim, da transformação das cadeias causais espelhadas em cadeias causais postas e da realização de todos esses pores no processo de trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 81). Entretanto, a relação do homem com o trabalho não é determinada apenas segundo seus desejos e escolhas, mas se faz baseada em condições históricas dadas.

Até aqui, apresentamos sinteticamente o trabalho de modo geral, como processo de atividade do homem na natureza para produzir valores de uso. E que “em geral o mais importante era o surgimento do produto, enquanto o tempo de produção desempenhava um papel apenas secundário” (LUKÁCS, 2013, p. 167). Porém, com base nos desdobramentos históricos, percebemos que o trabalho começa a ser compreendido não apenas como aquele elemento determinante na constituição do homem ou mesmo como atividade que satisfaz suas necessidades, mas como degradação e desumanização do próprio homem.

Nessa compreensão, os processos de trabalho e o fenômeno de organização econômica acontecem de maneiras diferenciadas na história da humanidade²⁰. Assim sendo, diferentemente das formas ulteriores e

²⁰ Em nossa breve análise nos detemos apenas nos principais modos de produção anteriores ao capitalismo ocorridos na Europa: o escravismo romano e o feudalismo. Sabemos que o modo de produção escravista e o feudalismo surgiram de maneiras distintas em diferentes partes do mundo e épocas.

mais desenvolvidas da práxis social, em que ação sobre outros homens, em última instância, somente acontece com o objetivo de ser uma mediação para produção de valores de uso²¹ (LUKÁCS, 2013), no modo de produção escravista na Roma Antiga, o trabalhador chamado de escravo era reduzido à mera propriedade de um senhor. E, nisso, a escravidão fundada no terreno socioeconômico e imposta entre os membros da sociedade, tinha sua base

no fato de que o escravo está em condições de produzir mais do que é necessário para sua reprodução, e que por isso seu possuidor está socialmente na condição de dispor desse mais-trabalho para satisfazer suas próprias necessidades pessoais (LUKÁCS, 2010, p. 246).

O escravo era comprado ou fazia parte de povos conquistados por meio de guerras; o que restava, então, era trabalhar para o seu senhor e garantir no mínimo a reprodução da sua existência física. Esse modo de produção apresenta as primeiras características da sociedade dividida em classes. Todavia,

as contradições internas ao modo de produção escravista, potencializadas pela sua particularização em Roma, junto com a expansão dos povos bárbaros (que se relacionava, em alguns casos como os varegues e magiares, com a expansão do Império Chinês), fez com que a crise do Império Romano fosse também a crise final do escravismo. Desta crise, dos entulhos de Roma e da sua apropriação pelos povos "bárbaros", terminou surgindo, num processo tortuoso, desigual e muito prolongado, o que viria a ser o modo de produção feudal (LESSA, 2015, p. 127).

²¹ O conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. Por isso, esta segunda forma de pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens, já pode existir em estágios muito iniciais (LUKÁCS, 2013, p. 83).

No Feudalismo europeu, o modo de produção baseava-se na relação do senhor feudal e servos. Devido à crise e com a diminuição de força de trabalho escrava, para manter a produtividade de suas terras, o senhor feudal distribui o seu latifúndio em pequenos lotes para que os servos produzam para ele. Dessa forma, os servos ficariam apenas com o suficiente para suprir suas necessidades e de sua família. No entanto, ao contrário do escravo, o servo não era propriedade do senhor feudal e, além disso, trabalha sua própria terra com seus próprios meios de trabalho. Conforme Marx (2017, p. 789):

Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos.

Porém, esse modo de produção, por muitas razões, entra em declínio e de forma lenta uma nova estrutura econômica se instaura, o capitalismo. Com a consolidação do capitalismo, os trabalhadores, “depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhe ofereciam” (MARX, 2017, p. 787), convertem-se em vendedores de si mesmos, tendo como única alternativa se sujeitar ao trabalho assalariado, parcelar, vender sua força de trabalho. E, antes de entrar na fábrica, o trabalhador foi desapropriado de toda a sua propriedade,

não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado (MANACORDA, 1996, p. 271).

De acordo com Lukács (2013, p. 167),

quando um capitalista se vale de trabalho assalariado na produção, ele compra (como faz

qualquer comprador) o valor de uso, nesse caso, o da força de trabalho, de sua capacidade de produzir mais que o necessário para a sua reprodução, exatamente a propriedade que determina o seu valor de troca.

Nas condições que assim foram sendo estabelecidas, em que o capitalismo cria obstáculos para o ser humano produzir sua existência, como dito, o trabalhador vende a mercadoria que possui, que é a sua força de trabalho. O valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do trabalhador; esse valor corresponde ao indispensável para manter o indivíduo em seu estado de vida normal, que atenda às suas necessidades e às de sua família. Por força de trabalho, Marx descreve o conjunto das faculdades físicas e espirituais na personalidade viva de um homem que põe em movimento quando produz valores de uso (MARX, 1983). Vale destacar que a força de trabalho é a única mercadoria componente de valor que produz mais valor, valoriza o capital.

No capitalismo, a centralidade é a produção de mais-valia. E a mercadoria é uma unidade contraditória, podendo atuar sob o valor de uso e valor de troca, que, como valores de uso, são meios de existência, constituem o conteúdo material da riqueza, são produtos da vida social; porém, “como valores de troca só podem ser quantidade diferente, não contendo, nenhum átomo de valor”. (MARX, 1983, p. 47). Entretanto, as mercadorias, qualquer que sejam, são resultados da ação do trabalho, e o seu valor é determinado pelo tempo socialmente necessário para a sua produção.

Prossegue Marx (1984, p. 105):

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Com base no exposto, cabe destacar que a intermediação na circulação de mercadorias é feita por meio do dinheiro. Marx descreve o dinheiro como sendo a primeira forma de manifestação do capital. O autor de *O Capital* apresenta as duas formas de circulação de

mercadorias, que são M-D-M e D-M-D²². Diferentemente da D-M-D, a M-D-M é a forma de circulação mercantil simples, a “conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (MARX, 2017, p. 223-224); já D-M-D é a “conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital” (MARX, 2017, p. 224).

Tumolo (2005, p. 243) explica que,

na segunda forma, ao contrário, parte-se de um montante em dinheiro, compra-se e vende-se mercadoria, com a finalidade de, ao final do processo, obter-se mais dinheiro, ou mais valor (mais-valor), com relação àquele inicial, mantendo-se e reforçando-se, assim, a esfera da circulação. De fato, “D — M — D’ é a fórmula geral do capital, como *aparece* diretamente na esfera da circulação” (Marx, 1983, p. 131; grifos meus). Não se trata, todavia, do lucro isolado, mas do incessante e insaciável movimento de ganho, de valorização do valor.

Nessa direção, a fórmula D-M-D’ só existe nas relações sociais capitalistas, vale dizer, na relação em que há compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho. Sem dúvida, só se produz mais-valor nessa sociabilidade, nesse processo de produção, dividido em propriedade privada, essa detentora dos meios de produção e o trabalhador que vende o seu tempo de trabalho ao capitalista (trabalho explorado). Não obstante, o objetivo do capitalista, comprando a força de trabalho, não é outro a não ser criar a mais-valor, aumentar o capital.

Assim, as relações de exploração acentuam-se; isso significa uma sociedade dividida em classes: a trabalhadora e a capitalista, que se organiza a ponto de tornar a vida do ser humano atrelada a um sistema de preparação e qualificação da força de trabalho a ser explorada, por meio de muitos elementos e em diferentes esferas da vida social, uma delas é a educacional. Por conseguinte, se hoje a escola é obrigatória e universal nos países “civilizados”, e as crianças têm um tempo em que devem permanecer na escola, “esse período de tempo liberado para a

²² M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria) e D-M-D (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro).

educação é um produto do desenvolvimento industrial” (LUKÁCS, 2013, p. 177). Conforme Mészáros, e na mesma linha do pensamento do pensador húngaro,

a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista”, “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Isso posto, é evidente que os processos educacionais estão articulados a interesses mais amplos, que instituem como devem ser adaptadas e qualificadas as forças de trabalho a essa forma social. Mészáros (2008) alerta que o papel da educação não se restringe a qualificar forças de trabalho para o processo produtivo, mas que, também, deve reproduzir e legitimar a ideologia dominante. Desse modo, é com esses objetivos que a educação empreendedora do curso JEPP adentra as escolas, isto é, no curso (como veremos no capítulo III), são aprendidos conteúdos que interferem diretamente na maneira de o estudante pensar e agir em sociedade, independentemente se ele for ou não vendedor de força de trabalho.

Nisso, os fenômenos não estão no real ao acaso, mas se efetivam num processo na realidade concreta com base em mediações determinadas historicamente, ou seja, o JEPP e sua inserção na escola não devem ser analisados por eles mesmos e fora do movimento dialético do real, mas têm de ser compreendidos como parte de uma totalidade que é organizada por meio de uma ideologia que estabelece todas as realizações da vida dos sujeitos. Por ideologia, Lukács (2013, p. 465) entende o seguinte:

A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social.

Conforme exposto por Lukács (2013), a ideologia serve para dirimir conflitos na sociedade. Porém, na sociedade do capital, a

ideologia serve para resolver os problemas que são ocasionados por ela mesma.

Contudo, é fato que “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas” (LUKÁCS, 2013, p. 177). É nessa perspectiva que, no próximo item, tendo como base as categorias mais-valor absoluto e relativo, será tratado a respeito das novas configurações do trabalho na sociedade do capital e como o fenômeno empreendedorismo se relaciona a essa configuração.

2.1.1 Mais-valor absoluto e relativo e os desdobramentos para as novas formas de trabalho

Não é em vão a difusão da ideia de empreendedorismo como caminho para progresso nas condições de vida do trabalhador; até mesmo referido tema é recorrente em discussões de diversos setores sociais. Diante dessa tendência, muitas instituições, e entre elas, instituições ligadas à educação, se mobilizam e criam projetos de formação para o empreendedorismo, de modo a contemplar as novas necessidades do sistema do capital. Como é o caso do curso JEPP, uma formação para o empreendedorismo que acontece em escolas de ensino fundamental. Nessa situação, o que pretendemos, a partir deste tópico, é, por meio da análise das categorias mais-valor, mais-valor absoluto e o mais-valor relativo, compreender o que desencadeia uma educação empreendedora nas instituições de ensino, o que se articula a essa formação e a sua relevância no atual contexto.

Para tal fim, assinalamos que, no processo de produção capitalista, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor, não sendo relevante a função que ele executa no trabalho coletivo. Por conseguinte, para explicar o mais-valor, Marx (2017) fundamenta-os em duas conceituações: o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. O mais-valor absoluto é a “base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo” (MARX, 2017, p. 578).

De maneira abreviada, o mais-valor absoluto consiste no prolongamento da jornada de trabalho. Nas palavras de Marx:

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho

pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto (MARX, 2017, p. 578).

Logo, a mais-valia relativa “deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (MARX, 2017, p. 390), o trabalho necessário e o mais-trabalho. Assim sendo, “para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário” (MARX, 2017, p. 578). Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho é condição fundamental para a mais-valia relativa, como nos mostra Tumolo (2017, p. 611) na seguinte citação:

[...] O desenvolvimento das forças produtivas se torna o fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista. Isto porque é por meio do desenvolvimento das forças produtivas, cujo efeito é o aumento da produtividade, que os capitalistas logram a diminuição do valor de suas respectivas mercadorias, o que lhes propicia sua sobrevivência no mercado competitivo.

Tomando-se por base tal concepção, é importante dizer que a tendência do capital é aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, por consequência, baratear também a força de trabalho. Por isso, tende a ser crescente o índice de forças de trabalho no mercado, e esse fato não se deve porque a classe trabalhadora produz uma quantidade ascendente de força de trabalho, mas acontece em decorrência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que faz com que a organização social capitalista cada vez mais dispense e elimine forças de trabalho (TUMOLO, 2017). Todavia, é nesse panorama que surge o chamado trabalhador desempregado.

Antunes (2013, p. 14), ressalta que

uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. E esse processo tem clara funcionalidade para o capital,

uma vez que permite a ampliação do bolsão de desempregados e reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho, em amplitude global, pela retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados.

Isso demonstra o que já foi sinalizado neste texto: o desenvolvimento da força produtiva do trabalho desencadeia a premência de um número menor de forças de trabalho, conseqüentemente, traz o aumento do desemprego e diminui o valor da força de trabalho do trabalhador que se encontra empregado. Mencionado fenômeno resultou no que Antunes (2013) define como a *nova morfologia do trabalho*, ou seja, diante desses dilemas, como o trabalhador que não consegue vender sua força de trabalho poderá manter a sua subsistência? Quais são as novas possibilidades propostas pela sociedade do capital a essa parcela de trabalhadores? Tais questões tornam-se importantes porque, como veremos no próximo capítulo, serão parte relevante da forma ideológica em que – no caso do empreendedorismo – precisa induzir as novas camadas de trabalhadores que serão desempregados pela lógica do capital que o empreendedorismo pode ser uma solução para o desemprego.

Nessa mesma direção, “o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade” (ANTUNES, 2013, p. 14). E a questão aqui é que, além de o trabalhador ter de se sujeitar a certos tipos de trabalho, essas novas formas de trabalho ainda são constantemente reafirmadas no meio social como factíveis ao trabalhador.

Entretanto, considerando o “empresário empreendedor” como exemplo de uma dessas novas formas de trabalho, suscitamos algumas reflexões: Apesar do discurso atraente do empreendedorismo disseminado atualmente, Antunes (2013) indica que entramos em uma nova era de precarização estrutural do trabalho, o que está para além da aparência desse fenômeno: uma nova forma de regulação social, tendo em vista a marginalização de trabalhadores assalariados ou uma nova proposta ilusória de um “pequeno futuro capitalista”, começando de baixo e sacrificando sua vida para chegar ao topo da mobilidade social. Kuenzer (2005, p. 92) alerta que o que está em curso é

[...] um processo que pode ser caracterizado como “exclusão includente”. São identificadas várias

estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal, no qual ele tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho e, ao mesmo tempo, são colocadas estratégias de inclusão no mundo do trabalho, mas sob condições precárias. Assim, é que trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado.

De um lado, temos o capitalismo que se mantém sobre intensas crises, e essas crises nada mais levam do que a novas reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento e novas formas de poder de classe (HARVEY, 2011). Por outra parte, entende-se que a educação empreendedora, nas instituições de ensino, é uma resposta a essa tendência, ou melhor, a partir da reestruturação do capital que cada vez mais precariza o trabalho e aumenta o desemprego, isso é o que tem movido essas instituições a incentivarem os trabalhadores a serem empreendedores. Com a certeza de que esse fenômeno faz parte do movimento histórico-social, na continuação do texto salientamos que mediações integram esse fenômeno à educação escolar.

2.2 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS NO PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Já mencionamos que a educação empreendedora, em específico a do curso JEPP, responde às novas demandas do capital, isto é, fornece, nas palavras de Kuenzer (2005, p. 93), “a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades”. Sabemos que a formação do curso JEPP acontece nas instituições de ensino; desse modo, é relevante esclarecer o que permite esse tipo de formação nas escolas. Para tanto, neste tópico, elucidamos as principais influências na educação no contexto brasileiro em seu processo de estruturação e organização. Reconhecemos que a escola na qual está inserido o JEPP, desempenha uma função social, e o seu papel é o de preparar forças de trabalho para o processo produtivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é incisiva no parágrafo 2º do Art. 1º, que diz que “a educação escolar

deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB, 2017, p. 8). Importa salientar que, para uma compreensão mais refinada da atual conjuntura do sistema educacional brasileiro, vemos a necessidade de expor como a educação foi moldando-se no percurso histórico. Embora a intenção deste estudo não seja a de aprofundar tal temática, o tema em foco é considerado de grande relevância para as reflexões posteriores.

Assim sendo, a trajetória histórica da educação no Brasil foi marcada por reformas e mudanças que estão diretamente alicerçadas ao setor econômico. Ciavatta (2005, p. 131) explica que

desde os anos de 1920²³, reunidos em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE), através das Conferências Nacionais de Educação, nas Secretarias Estaduais de Educação e em diversos postos governamentais, educadores brasileiros como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo destacam-se escrevendo e fazendo propostas para o “problema brasileiro da educação”. O trabalho, a indústria, a técnica, a formação profissional são questões fundamentais nas discussões da época.

Nesse cenário, onde se desenvolvem as relações capitalistas, as ofertas de trabalho assalariado ampliam-se e “nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (ROMANELLI, 2009, p. 59), e, assim, o Estado passa a ter a responsabilidade de garantir uma escola pública e gratuita para todos e ainda que atenda ao novo modelo econômico em emergência.

Porém, não foi exatamente assim que o sistema educacional se definiu, pois a expansão capitalista não aconteceu em todo o território

²³ Nesse período, o país passou por uma crise que seguiu resultando na Revolução de 1930. Em outubro de 1920, o Governo do Presidente Washington Luiz foi derrubado por um movimento armado que se iniciava no sul do país. Na realidade, essa revolução “foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica” (ROMANELLI, 2009, p. 47). E a meta maior desses movimentos era expandir o capitalismo no Brasil.

nacional, o que acabou por causar a insatisfação da população por oportunidades educacionais. Segundo Romanelli (2009, p. 61),

essa luta assumiu no terreno educacional características assaz contraditórias, uma vez que o sistema escolar, a contar de então, passou a sofrer, de um lado, a pressão social de educação, cada vez mais crescente e cada vez mais exigente, em matéria de democratização do ensino, e, de outro lado, o controle das elites mantidas no poder, que buscavam, por todos os meios disponíveis, conter a pressão popular, pela distribuição limitada de escolas, e, através da legislação do ensino, manter o seu caráter “elitizante”.

Romanelli (2009) ainda ressalta que a expansão da educação, no Brasil, “obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática” (ROMANELLI, 2009, p. 61). Nessa perspectiva, mesmo com os ideais do capitalismo industrial que se instauravam e com pressões populares, a escola ainda se encontrava restrita e com caráter elitista. O modelo de educação não era o que as sociedades industrializadas demandavam.

O sistema educacional brasileiro encontrava-se em uma ordem social dualista e que só foi quebrada após sofrer pressões pelas camadas emergentes que o capitalismo industrial influenciado pela Revolução de 1930 acarretou (ROMANELLI, 2009). Contudo, a partir de então, entre 1940 e 1970, com o crescimento populacional, a urbanização (expansão demográfica) é que potencializa a demanda por educação e se alcançam progressos durante esse percurso. Porém, a expansão na educação não foi suficiente para atingir toda a população, inclusive a em idade própria para receber educação escolar, e torna-se evidente o problema de defasagem entre educação e desenvolvimento.

Todavia, a partir de 1964, dois importantes momentos marcaram o sistema educacional no Brasil:

O primeiro corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política da recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação, o

que provocou, consequentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe.

Esta, na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International Development* (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. Este é, então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID”.

O segundo momento começou com as medidas práticas, a curto prazo, tomadas pelo Governo, para enfrentar a crise, momento que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí para a frente, entre outros motivos, por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil (ROMANELLI, 2009, p. 196).

Desse modo, vemos a educação brasileira alicerçada a órgãos internacionais, que nesse momento determinariam como deveria estar organizada a educação no país. Cabe destacar que os “Acordos MEC-USAID” tinham como pressuposto “situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura” (ROMANELLI, 2009, p. 197), isto é, buscavam atender às novas necessidades de formação de recursos humanos exigidos e criar mecanismos que impulsionassem o crescimento econômico do país por meio da educação.

Isso significa, dentre outros aspectos, que a atuação de agências internacionais em países subdesenvolvidos, por meio de planejamentos e ações concretas, visa basicamente à qualificação para o trabalho e, consequentemente, à expansão de mercados, resultando, assim, em benefícios muito maiores para o país que investe do que para o país beneficiário (ROMANELLI, 2009).

Os “Acordos MEC-USAID”, que tiveram vigência entre 1964 e 1971, permitem pensar de que modo, com base em fatores históricos, a educação no Brasil delinea-se e estrutura-se, uma vez que somente por meio de intervenções internacionais é que o sistema educacional se reorganiza e muda à medida que a lógica do capital necessite ajustes e novas configurações. Tomando por fundamento essa breve explanação da educação no Brasil, vê-se, então, que atualmente imposições na educação por instituições financeiras internacionais são estratégias cada vez mais recorrentes e aparentes nos modelos de ensino na escola, e, nisso, o curso JEPP não se encontra alheio às modificações estruturais do sistema do capital, mas é resultado dessas mudanças, como veremos na próxima seção.

2.2.1 Interloquções entre o Banco Mundial e a educação

Os fatos destacados anteriormente, referentes à trajetória histórica da educação no Brasil, sem dúvida, trazem à tona as intervenções internacionais. O BM é uma dessas organizações internacionais que interveem em diversos setores sociais de países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Além de orientar os países em desenvolvimento para atingir o crescimento econômico, o BM disponibiliza em forma de empréstimos, recursos financeiros para esses países. Essa organização

surgiu da Conferência de Bretton Woods (1944) para atender às necessidades de financiamento da reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O nome oficial da instituição criada em Bretton Woods era "Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD). A instituição, que se capitalizou a partir da venda de títulos ao mercado garantidos pelos países membros, mudou gradualmente seu foco para os países em desenvolvimento, muitos dos quais se tornaram nações independentes no pós-Guerra.

A estrutura da organização tornou-se mais complexa e deu origem a outras instituições – que hoje conformam o grupo Banco Mundial – criadas para suprir demandas que o BIRD não podia atender. Em 1956, surgiu a Corporação Financeira Internacional (CFI), com o objetivo de promover a expansão do investimento privado nos países em

desenvolvimento. Seguiu-se, em 1960, a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que tornou possível a concessão de empréstimos aos países mais pobres que não preenchiam as condições para aceder aos empréstimos concedidos pelo BIRD. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil tem sido um dos maiores doadores da AID (ITAMARATY, s.d.)²⁴.

Ainda na década de 1960, o BM passa a financiar projetos da Unesco²⁵, e cria, em específico para a educação, um departamento. A criação do Departamento de Educação junto com a contratação de profissionais da educação “balizaram o desenvolvimento dos primeiros documentos específicos para a área e a progressiva consolidação do BM como uma agência importante para a orientação de políticas educacionais nos países em desenvolvimento” (PRONKO, 2015, p. 91). Isso tudo somado a outros acontecimentos²⁶ permite, já no final dos anos de 1970, ao banco ser considerado o maior provedor de recursos para a educação.

A partir do exposto, elencamos no Brasil o trabalho da CNI, que é o órgão máximo de representação e defesa das indústrias do país, e que nos ajudará na compreensão de nosso objeto de pesquisa. Fundada na década de 1930, uma das preocupações da confederação é a formação de

²⁴ Informações retiradas de: ITAMARATY. Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>>. Acesso em: 4 out. 2017.

²⁵ A Conferência de São Francisco, que ocorreu de abril a junho de 1945, culminou na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de junho de 1945. Por meio dessa conferência, entre os debates dos representantes de diversos países, ressaltou-se a necessidade de criar uma agência especializada voltada para a educação e, assim, em 16 de novembro de 1945, como uma agência do sistema ONU, foi fundada a Unesco (BERNUSSI, 2014).

²⁶ Desde a década de 1960, a Unesco passava por uma série de crises financeiras, e “[...] a saída dos EUA da organização em 1984 e do Reino Unido em 1985, e a subsequente queda do seu orçamento em 32% completam o quadro de crise”. Tais fatos diminuem a atuação da organização no desenvolvimento de políticas para a pesquisa e educação. Porém, em 1999, o Reino Unido volta a ser membro da Unesco e, em 2003, é o retorno dos EUA à organização. “[...] O retorno desses países é considerado positivo, pois foi possível restaurar o princípio de universalidade da UNESCO, conferindo também maior legitimidade à organização” (BERNUSSI, 2014, p. 36-38).

força de trabalho para as indústrias do país. Foi assim que, em 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI)²⁷. Como mencionado, a CNI é também uma das Entidades Associadas do Conselho Deliberativo Nacional²⁸ do Sebrae; esse Conselho

é o órgão colegiado de direção superior do Sebrae, que detém o poder originário e soberano da Entidade e funciona como sua assembléia geral; cabendo-lhe a responsabilidade de gerir os recursos financeiros, decidir sobre políticas, diretrizes e prioridades na aplicação destes recursos e promover ações de orientação e fiscalização das diversas ações da Instituição, tudo em conformidade com as normas aplicáveis, em especial com o Estatuto Social do Sebrae. O Colegiado é composto por 15 Conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes das Entidades Associadas²⁹ do Sebrae,

²⁷ As informações apresentadas sobre a CNI podem ser vistas de modo mais detalhado na aba “Institucional” do site da CNI. Para mais informações, acessar o link:

<<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C101746FD.htm>>.

²⁸ Informações retiradas de: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_dirigentes>. Acesso em: 21 mar. 2018.

²⁹ Além da CNI, as outras Entidades Associadas do Sebrae são: Associação Brasileira dos Sebrae Estaduais (ABASE); Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE); Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC); Banco do Brasil (BB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); Caixa Econômica Federal (CAIXA); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); União/Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE); Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (CONAMPE) (Ordem Judicial); Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (COMICRO) (Ordem Judicial).

pertencentes aos setores público e privado, que discutem e deliberam, em reuniões mensais, sobre as matérias submetidas e acolhidas para apreciação, com o propósito de estimular e desenvolver o microempreendedor individual e as micro e pequenas empresas brasileiras (SEBRAE, s.d.)³⁰.

Nessa direção, a CNI, além de fazer parte da direção superior do Sebrae, entre as suas ações está a edição do estudo “*Conhecimento e Inovação para a Competitividade*” (2008)³¹, elaborado pelo BM, que discute como o setor econômico brasileiro pode enfrentar os problemas e desafios em sua economia e assim, tornar-se mais competitivo no mercado mundial. Desse modo, de acordo com o documento,

a capacidade de a economia brasileira diversificar sua base produtiva e concorrer com países cujos custos de mão-de-obra são inferiores aos do Brasil depende de estratégias de agregação de valor nas várias fases da cadeia produtiva. Isso só poderá ser feito com produtividade e capacidade de inovação. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 24).

Com essa compreensão, podemos intuir que esses estudos de crescimento e inovação propostos pelo BM priorizam, entre suas bases, a educação. Ademais, “ao longo das últimas décadas, o BM se tornou o principal articulador das orientações de política em educação para os países em desenvolvimento, desempenhando papel preponderante no campo internacional da educação” (PRONKO, 2015, p. 109). A CNI defende e difunde seguramente os preceitos e demandas do Banco, e, em teoria, estabelece como objetivos contribuir e criar estratégias para o desenvolvimento econômico do país, inclusive com propostas no campo da educação. A CNI afirma que, “segundo a Organização para a

Informações retiradas de:
<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_dirigentes>. Acesso em: 21 mar. 2018.

³⁰ Informações retiradas de:
<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_dirigentes>. Acesso em: 21 mar. 2018.

³¹ Traduzido e editado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), de acordo com autorização do Banco Mundial, da obra original “Knowledge and Innovation for Competitiveness in Brazil” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 6).

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³², mais da metade da riqueza mundial é gerada pelo conhecimento” (CNI, 2013, p. 14). Entende-se, então, que a educação é um dos elementos a serem priorizados por esses órgãos em todos os níveis, desde o ensino fundamental ao superior.

A CNI (2013), em seu documento denominado “*Mapa Estratégico da Indústria – 2013-2022*”, tenta definir ações para fazer com que se incentive o crescimento econômico do Brasil e, ao mesmo tempo, traz apontamentos a respeito de problemas que possam impedir esse crescimento. Esse documento faz um mapeamento da economia do país, assinalando pretensões acerca de um processo de construção de uma economia mais competitiva e supostamente mais justa. Segundo consta na apresentação do documento da CNI (2013, p. 10),

a agenda tem como base a percepção de que a indústria tem futuro no Brasil. Esse futuro é, no entanto, contingente. Depende da nossa capacidade de atuar sobre os problemas, do desenvolvimento de novas competências em educação e inovação e da adaptação às condições da economia global.

Essa compreensão acerca do desenvolvimento de novas competências em educação dialoga diretamente com outro documento do BM, que foi lançado em 2011, denominado de *Estratégia 2020 para a Educação: Aprendizagem para Todos. Investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento*³³. Esse documento salienta que, “no nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho [...] prevê taxas de crescimento econômico muito mais elevadas que as médias de escolaridade” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3). Dessa maneira, de

³² A matriz de controle mundial das políticas educacionais é hoje a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um organismo internacional destinado à cooperação e desenvolvimento econômico das nações desenvolvidas, que associa-se às estruturas anteriormente existentes de Bancos de financiamento (Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD) (FREITAS, 2014, p. 52-53).

³³ Foi construído pelo BM, “por intermédio de consultas com governantes, parceiros de desenvolvimento, estudantes, professores, pesquisadores, sociedade civil e representantes de negócios de mais de cem países” (PRONKO, 2015, p. 105).

acordo com o BM, desenvolver algumas competências nos processos educacionais significa contribuir com o desenvolvimento do próprio país. Nas palavras de Pronko (2015, p. 107):

A adequação dessas competências aos requerimentos do processo produtivo gera, na perspectiva do BM, menos “externalidades” ao processo educativo, favorecendo o crescimento econômico e, conseqüentemente, o almejado desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a CNI (2013) esclarece que um dos fatores-chave principais de competitividade da indústria é a educação. Como descrito no documento: “Uma sociedade educada é essencial na construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios. A educação também é o principal insumo para a inovação” (CNI, 2013, p. 24). A Confederação ainda assevera que, com investimentos na educação, a indústria estará mais preparada para enfrentar a competitividade internacional e instituirá um ambiente propício à inovação (CNI, 2013). Dessa forma, é certo que a educação no capitalismo torna a formação da classe trabalhadora cada vez mais um elemento de preparação para o mercado capitalista, pois “sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178).

A grande preocupação de órgãos dominantes, como o BM e a CNI do Brasil, tem sido a baixa qualidade da educação e, segundo a CNI (2013), isso pode ser enorme obstáculo, pois diminui a produtividade dos trabalhadores e limita a capacidade de inovação das empresas, ocasionando impactos significativos sobre a competitividade delas. A educação no Brasil anda lado a lado unida a esses ideais, com medidas cada vez mais drásticas, como mudanças em leis ou, simplesmente, a inserção nas escolas, na forma de “Temas Transversais”³⁴, de cursos como o JEPP.

³⁴De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997), os conteúdos dos Temas Transversais devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade. A inclusão dos Temas Transversais exige a tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social (PCNS, 1997, p. 33).

Pressupomos que as políticas públicas do Brasil³⁵ até tentam, aparentemente, disseminar uma ideia de educação inclusiva que vise à formação humana dos cidadãos, além disso, sugerem mudanças nos currículos, novas formas de ensinar e aprender, mas o que certamente se percebe é uma educação concatenada a princípios e interesses do sistema capitalista. Segundo Torriglia e Ortigara (2014, p. 197), “as políticas educacionais expressam as “marcas” de uma determinada política e lógica de produção, de um Estado de direito da sociedade dividida em classes e representante de uma classe hegemônica”.

Essa concepção evidencia a função da escola na lógica do capital, principalmente quando se presenciam propostas implementadas dentro da escola, no ensino básico, como é o caso da educação empreendedora indicada pelo curso JEPP, uma formação que aponta como possibilidade ao trabalhador de ser um empreendedor. Nesse sentido, no próximo tópico, será exposta brevemente a trajetória histórica do empreendedorismo e a sua inserção na educação.

2.3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO EMPREENDEDORISMO E A EDUCAÇÃO

Vimos no tópico anterior que as intervenções das instituições internacionais no processo de configuração da educação no Brasil nos seus múltiplos complexos e que as relações de produção capitalista abrangem toda a vida humana e com um único propósito: o desenvolvimento econômico e a acumulação de capitais. Nesse contexto, o empreendedorismo ganha legitimidade não só no campo econômico como também na educação. Percebemos, aliás, que o empreendedorismo é tema de estudos que atravessa séculos.

Assim, antes de darmos ênfase à educação empreendedora, nos propusemos inicialmente expor uma definição de empreendedorismo.

Conforme o *Manual de Operacionalização - Guia do Gestor estadual* (2012), o JEPP trabalha de forma transversal os seguintes temas: Cultura da cooperação e da inovação, Ecosustentabilidade e Ética e Cidadania.

³⁵ CF. Dissertação de Mestrado recentemente defendida: BERNARDES, Ismael “*Aproximações entre a crítica ao sujeito de Direito e as Políticas Públicas educacionais: esfera jurídica e o Estado*”. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha Trabalho e Educação. UFSC. 2017.

Segundo Filion³⁶, empreendedorismo vem da palavra francesa *entrepreneur*.

Vérin estudou o desenvolvimento do termo *entrepreneur* através da história. No século XII ele era usado para referir-se “àquele que incentivava brigas” (Vérin, 1982:31). No século XVII, descrevia uma pessoa que tomava a responsabilidade e dirigia uma ação militar. Somente no final do século XVII e início do século XVIII o termo foi usado para referir-se à pessoa que “criava e conduzia projetos” (1982:33) ou “criava e conduzia empreendimentos” (1982:32) (FILION, 1999, p. 18).

Conforme descrito por Filion (1999), fundamentando-se nos estudos de Vérin (1982), o termo empreendedorismo caracterizou-se por uma infinidade de significados no decorrer da história. No entanto, somente em meio a ascensão industrial e tecnológica é que realmente a palavra empreendedorismo se consolida e ganha destaque em diferentes áreas do conhecimento.

Coan (2011), em sua pesquisa de tese (pesquisa já destacada neste texto), dedicou-se, no capítulo II de seu estudo, à explicitação minuciosa e na historicização do termo. De acordo com Coan (2011, p. 64),

os estudos do empreendedorismo podem ser agrupados em duas grandes vertentes, a primeira advinda de autores clássicos da economia com a conotação de empreendedorismo articulado às ideias de empresas e negócios; outra formada por autores oriundos das áreas da administração, psicologia e sociologia, com conotações comportamentais e atitudinais. É a partir dessas duas grandes vertentes que os diversos autores do campo da educação fundamentam a necessidade de se educar para o empreendedorismo e

³⁶ Louis Jacques Filion é Professor responsável pela Cadeira de Entrepreneurship Maclean Hunter da HEC, Faculdade de Administração da The University of Montreal Business School e membro do Conselho Internacional para Pequenos Negócios (ICSB) (FILION, 1999, p. 5). É considerado um dos maiores especialistas contemporâneos da área do empreendedorismo.

articulam e desenvolvem diversos projetos pedagógicos e propõem diversas formas de “inovações curriculares” na perspectiva de se criar o que denominam de pedagogia empreendedora.

Entre os autores clássicos da economia, considerados pioneiros do campo do empreendedorismo, estão Cantillon (2002) e Say (1983). Esses pensadores “consideravam os empreendedores como pessoas que corriam riscos, basicamente porque investiam seu próprio dinheiro” (FILION, 1999, p. 7). Cantillon³⁷ (2002), autor de *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, foi um banqueiro, e “seus escritos revelam um homem em busca de oportunidades de negócios, preocupado com o gerenciamento inteligente de negócios e a obtenção de rendimentos otimizados para o capital investido”. (FILION, 1999, p. 6). Segundo Coan (2011, p. 68-69),

a contribuição de Cantillon em estabelecer os fundamentos do empreendedorismo, bem como, o papel do empreendedor³⁸ na economia está posta de modo explícito na segunda metade da primeira parte de seu Ensaio, de modo especial o capítulo XIII, em que trata da circulação e o intercâmbio de bens e mercadorias e os riscos inerentes a estes. O autor entende o empresário, traduzido por empreendedor, como aquele que corre riscos

³⁷ A família Cantillon, originária da Normandia, emigrou para a Irlanda durante o reinado de William, o Conquistador, que nomeou membros da família para o governo de um pequeno território quase do tamanho de um município. Eram, portanto, pessoas da classe alta. Richard, cuja data de nascimento é ignorada (e que tampouco pode ser confundido com o tio, cavaleiro Richard Cantillon, que também viveu em Paris), fugiu da Irlanda para Paris em 1716, após a queda dos Stuarts na Grã-Bretanha. Paris possuía grande comunidade de imigrantes irlandeses e Richard Cantillon logo se tornaria um de seus patronos. Vivia de rendas e buscava oportunidades de investimentos. Também viajou muito (suas descrições das plantações de chá da Índia são memoráveis). Era capaz de analisar uma operação identificando nela aqueles elementos que já eram lucrativos e os que poderiam vir a ser ainda mais. Seus escritos colocam-no, de certa maneira, como um pioneiro do taylorismo (FILION, 1999, p. 6).

³⁸ Coan (2011) destaca, em uma nota de rodapé de sua tese, que a tradução brasileira da obra de Cantillon não utiliza o termo empreendedor ou empreendedorismo.

permanentes causados pelas mudanças nas demandas de mercado.

Como exemplo de empreendedor, Cantillon (2002) cita o trabalho do arrendatário e do empresário ou mercador. No trabalho do arrendatário, o preço dos gêneros que ele vende depende de muitos acontecimentos, seja relacionado a fatores climáticos, seja ao próprio consumo das pessoas, e é em meio a essas incertezas que, no entendimento de Cantillon (2002), esse empresário leva a cabo o seu empreendimento. Já o mercador ou empresário é aquele que compra produtos do campo, por um preço certo, para revendê-los no atacado ou varejo por um preço incerto. Cantillon (2002) ressalta que “esses empresários nunca conseguem saber que quantidade de produtos a cidade consumirá, nem por quanto tempo preservarão a clientela, já que os comerciantes rivais tentarão de todo modo atrair a sua freguesia” (CANTILLON, 2002, p. 45).

Já Say³⁹ (1983), grande admirador de Adam Smith, “ele próprio era um empreendedor e foi o primeiro a definir as fronteiras do que é ser um empreendedor na concepção moderna do termo” (FILION, 1999, p. 7). Sua obra *Tratado de Economia Política* junta “uma tripla herança: dos mercantilistas, dos fisiocratas e de Adam Smith e foi pensada como um manual prático para ser lido e aplicado a todas as circunstâncias da vida como atesta o próprio autor no discurso preliminar da obra” (COAN, 2011, p. 74). Say (1983) tratou de uma infinidade de assuntos relacionados à economia, como conceitos para mercado e produção, capital produtivo e improdutivo na produção, a produção de riquezas, lucro, a concorrência entre indústrias, como formar e multiplicar capitais, circulação do dinheiro e das mercadorias. Nas palavras de Coan (2011, p. 80):

O Tratado, assim como outras obras de Say, foi visto de diversas formas por seus comentaristas. Relativamente à figura do empreendedor, Filion

³⁹ Jean-Baptiste Say foi o segundo autor a demonstrar interesse pelos empreendedores. Considerava o desenvolvimento econômico como resultado da criação de novos empreendimentos e ansiava pela expansão da revolução industrial inglesa até a França (SAY, 1816). Say é considerado um economista, porque naquele tempo (e até a segunda metade do século XX) as ciências gerenciais não existiam. Consequentemente, qualquer um que tivesse interesse em organizações ou falasse sobre criação e distribuição de riquezas estava fadado a ser classificado como economista (FILION, 1999, p. 7).

(1999) argumenta que Say fazia distinção entre a figura do capitalista e do empreendedor, uma vez que via o empreendedor associado à ideia de inovação e agente de mudança, características que nem todos os capitalistas apresentam. Atesta que Say se via muito mais como empreendedor do que como capitalista. Schumpeter (1982) o reconheceu como o criador do empreendedorismo na acepção moderna do termo.

Influenciado pelas ideias de Say, o economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) tornou-se referência no que diz respeito à teoria do empreendedorismo. Porém, diferentemente dos clássicos da economia, Schumpeter (1982) vê os empreendedores como pessoas inovadoras e não como pessoas que correm riscos. E, nessa busca em tentar entender o empreendedorismo no desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, determinar características para esse termo, é que “a confusão reina no campo do empreendedorismo porque não há consenso a respeito do empreendedor e das fronteiras do paradigma” (FILION, 1999, p. 12). Dessa forma, são propostas diferentes definições para os empreendedores:

Os economistas tendem a concordar que os empreendedores estão associados à inovação e são vistos como forças direcionadas de desenvolvimento. Os comportamentalistas atribuem aos empreendedores as características de criatividade, persistência, internalidade e liderança. Os engenheiros e especialistas em gerenciamento de operações vêem os empreendedores como bons distribuidores e coordenadores de recursos. Os especialistas em finanças definem os empreendedores como pessoas capazes de calcular e medir riscos. Para os especialistas em gerenciamento, os empreendedores são organizadores competentes e desembaraçados que desenvolvem linhas mestras ou visões em torno das quais organizam as suas atividades, destacando-se em organizar e fazer uso de recursos. Os especialistas na área de *marketing* definem os empreendedores como pessoas que identificam oportunidades, se diferenciam dos outros e têm o pensamento voltado para o consumidor. Para os indivíduos interessados no

estudo da criação de novos empreendimentos, os melhores elementos para prever o sucesso de um empreendedor são o valor, a diversidade e a profundidade da experiência e das qualificações adquiridas por ele no setor em que pretende operar (FILION, 1999, p. 12).

Mesmo que, para os empreendedores ainda não há uma definição fechada, o empreendedorismo é um tema que ganha cada vez mais espaço na sociabilidade. Na década de 1980, a teoria do empreendedorismo expande-se por quase todas as ciências humanas e gerenciais, ganha repercussão com a publicação da primeira enciclopédia sobre o assunto, surgem também os primeiros doutorados voltados para o tema e acontece a primeira Conferência de Babson (FILLION, 1999), nos Estados Unidos. Essa conferência é organizada pela Babson Executive Education (Babson College), uma instituição americana reconhecida mundialmente em educação empreendedora.

Na concepção de Filion (1999, p. 19), “[...] o empreendedor é uma pessoa criativa, [...] é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”, e “[...] só se pode chamar uma pessoa de empreendedor se ela contribuir com algo novo”. E, Souza (2014) considera o empreendedorismo como uma estratégia para alavancar a economia. Em seu texto *Desenvolvimento de Competências para a criação de uma Cultura de Empreendedorismo*⁴⁰, a autora defende que “implementar ideias não é fácil apesar de que podemos dizer que existem empreendedores natos”. Nesse sentido, as instituições de ensino devem desempenhar um papel fundamental desde muito cedo na criação de conhecimentos e de competências relacionadas com o empreendedorismo (SOUZA, 2014).

Impulsionada somente pelas ideias de crescimento econômico, Souza (2014) enfatiza que inovação é uma disciplina que deve ser estudada desde os primeiros anos de escola. “Saber dirimir o risco, procurar novas fontes de inovação, dominar ferramentas de criatividade, conhecer o mercado são aprendizagens que todos os empreendedores ou potenciais empreendedores necessitam de ter” (SOUZA, 2014). Portanto, consoante a autora, o desenvolvimento de competências é essencial nesse processo. É nessa linha de raciocínio que se pensa o empreendedorismo unido à educação.

⁴⁰ Esse texto refere-se a uma conferência apresentada por Maria José Souza, em Vigo University, na Espanha em 2014.

Dolabela (2006) afirma que o maior responsável por introduzir o ensino do empreendedorismo no Brasil é o canadense Louis Jacques Filion. E, influenciada pela ideia do empreendedorismo como sinônimo de inovação e crescimento econômico, é que, na década de 1980, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) introduz pela primeira vez o ensino do empreendedorismo. Logo no ano de 1981, em um curso de especialização da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da FGV, o professor Ronald Degen foi o primeiro a lecionar uma matéria dedicada à criação de negócios. Em 1989, o professor Degen também escreve o primeiro livro didático a propósito de empreendedorismo, denominado de *“O empreendedor: Fundamentos da iniciativa empresarial”*. Ainda na década de 1980, surge um outro polo do ensino do empreendedorismo na Universidade de São Paulo (USP). Em 1984, na FGV, o curso de Criação de Novos Negócios também acontece na graduação, ministrado pelo professor Álvaro Mello. Em 1991, é fundado, pela professora Ofélia Sette Torres, o primeiro Centro de Empreendedorismo no Brasil. E somente em 2002, criado pelo professor José Antônio Lerosa de Siqueira, é que surge o Centro Minerva Empreendedorismo na USP (FERNANDES, 2013).

No início da década de 1990, coordenado pelo Sebrae e concebido pela Organização das Nações Unidas (ONU), é lançado o programa Empretec, que é uma capacitação para empreendedores (FERNANDES, 2013). E, em 2008, a instituição funda a Universidade Corporativa Sebrae, com o objetivo de promover a formação continuada de seus colaboradores (VIEIRA, 2011). Além das ações do Sebrae na educação empreendedora, a instituição apoia diversas ideias e projetos relacionados ao empreendedorismo.

Em maio de 1992, como um programa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, é criada a Escola de Novos Empreendedores (ENE). Coan (2011, p. 142-143) afirma que a ENE tinha como missão

promover ações de intercâmbio com a sociedade e que resultassem na criação, desenvolvimento e consolidação de uma cultura empreendedora. Segundo Pereira (2001) a ENE visava capacitar as pessoas tanto para gerenciar empresas como para abrir negócio próprio a partir do desenvolvimento de novo perfil comportamental. O resultado da criação da ENE foi expressivo. Em 2001, tinha como resultado a capacitação de mais de 18000 alunos – entre o ensino fundamental, pós-

graduação e profissionais da comunidade em geral, tanto na modalidade presencial, como a distância. Em 1998, a ENE criou o Programa de Empreendedorismo em Educação, direcionado ao ensino fundamental, reunindo profissionais e pesquisadores de múltiplas áreas de conhecimento, docentes e alunos do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEPP, tendo por foco o empreendedorismo para as crianças.

Outro fato importante no ensino do empreendedorismo aconteceu em 1999, com o lançamento do livro “O Segredo de Luíza”, de Fernando Dolabela. Em formato de uma história cujo personagem principal é Luíza, a obra de Dolabela (2006)⁴¹ ensina como abrir uma empresa. A narrativa conta a história de Luíza, que sonhava abrir uma empresa, mas não sabia por onde deveria começar; então, por intermédio de sua tia, conhece um professor que a ensina sobre empreendedorismo e orienta que, de início ela precisa fazer um Plano de Negócio. Nessa perspectiva, a história expõe todo o processo e as etapas que Luíza perpassou até se transformar em uma empresária empreendedora. De acordo com Fernandes (2013, p. 37-38),

este é, até hoje, um dos livros mais usados para a educação empreendedora e fornece metodologias para o aprendizado do empreendedorismo no ensino fundamental e médio desenvolvidas pelo autor e largamente utilizadas no Brasil.

Fernando Dolabela é um dos maiores representantes do ensino do empreendedorismo no Brasil, tanto na educação básica como no ensino superior; inclusive a metodologia do curso do Sebrae JEPP utiliza como referencial os seus estudos.

E ainda no que concerne à educação empreendedora, nota-se que nos últimos tempos a ideia de formar um trabalhador para ser empreendedor tem se multiplicado nos estabelecimentos educacionais. Desse modo, referidos estabelecimentos, ou atuam individualmente, ou com apoio da iniciativa privada, como é o caso do Sebrae, que, como dito, é uma instituição que, além de criar e acompanhar cursos de

⁴¹ Segunda edição atualizada do livro.

empreendedorismo, apoia e incentiva outras instituições interessadas pela temática.

Um dos cursos do Sebrae é o JEPP que, a partir de 2013, passa a fazer parte do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) da instituição. Na sequência, serão apresentados dados sobre a fundação do Sebrae e as suas propostas para a educação.

2.4 O SEBRAE E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A instituição denominada Sebrae⁴² foi criada em 9 de outubro de 1990, mas a sua história inicia bem antes dessa data, mais precisamente em 1960, quando já houve uma preocupação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) relacionada à criação de uma instituição que apoiasse as pequenas e médias empresas. Assim, nesse mesmo ano, pelo Decreto nº 48.738, assinado pelo presidente da República Juscelino Kubitschek, é criado o

Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (Geampe), subordinado ao então Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e ao Conselho de Desenvolvimento, com o objetivo de melhorar a produtividade e fortalecer a estrutura econômica e financeira das empresas do setor industrial (SEBRAE, s.d.)⁴³.

Já, em 1964, foi criado o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os estudos do IPEA foram importantes e serviram de base e justificativa para a criação, em 1972, do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE). O Cebrae institucionalizou-se como órgão público, e sua criação foi do mesmo modo uma iniciativa do BNDE, mas juntamente com o Ministério do Planejamento⁴⁴. No entanto, anterior ainda à criação do Cebrae,

⁴² A grande maioria das informações sobre a história do Sebrae, foram retiradas da página online do Sebrae, denominada “Memorial Sebrae”, que está disponível em: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁴³ Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1960>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁴⁴ Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1960>>. Acesso em: 27 mar. 2018;

entra em operação o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme), criado pelo BNDE em 1964. A partir do diagnóstico de que as empresas de menor porte não necessitavam apenas de crédito, mas evoluírem na capacidade de gestão, também seria criado pelo BNDE, em 1966, o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro), como uma evolução do primeiro programa. O Fundepro visava, especificamente, auxiliar no desenvolvimento da produtividade das pequenas e médias empresas, que geralmente apresentavam baixa produtividade, com altos índices de desperdício, qualidade irregular e falta de estratégias de mercado (SEBRAE, s.d.)⁴⁵.

De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Fipeme não atendia aos estados do Nordeste; então, “por meio de convênios com universidades federais, federações de indústrias, secretarias estaduais de Indústria e Comércio, bancos e companhias estaduais” (SEBRAE, s.d.)⁴⁶, foram criados, em 1967, os Núcleos de Assistência Industrial (NAI). As atividades do NAI são, do mesmo modo, de apoio e assistência técnica às empresas.

Ainda em 1967 é criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A Finep tinha como objetivo financiar projetos e programas que buscassem a modernização e industrialização do país. Quando o Cebrae iniciou suas atividades em 1972, a Finep passou a fazer parte de seu Conselho Deliberativo e a financiar estudos e projetos para a pequena e média empresa.

Com sede no Rio de Janeiro/RJ, o Cebrae é criado em 1972, e tem, como áreas de atuação, o atendimento e capacitação por meio de consultorias às pequenas e médias empresas do país. Durante toda a vigência (1972 até 1990) do Cebrae, até passar a ser Sebrae, a instituição acompanha um período de muitas mudanças políticas e econômicas no

e de:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quem_somos>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁴⁵ Informações retiradas de:
<<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1965>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁴⁶ Informações retiradas de:
<<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1967>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Brasil. Entre parte desse período, o país passou pela Ditadura Militar; são lançados os I e II Planos Nacional de Desenvolvimento (PND)⁴⁷; em 1973, com a crise do petróleo, aumenta a taxa de inflação no mundo e, consequentemente, diminui o crescimento econômico no Brasil; é criada, em 1978, a Associação de Pequenas e Médias Empresas; em 1984, houve um dos maiores movimentos sociais em prol das eleições diretas para presidente da República e é promulgado, nesse mesmo ano, pela Lei nº 7.256, o Estatuto da Microempresa⁴⁸ e, em 1989, acontecem as eleições para presidente da República.

No Governo Sarney (1985-1990) e no Governo Collor (1990-1992), o país passava por grande instabilidade orçamentária, e o Cebrae passa a ser representado pelo Ministério da Indústria e Comércio (MIC), por Confederações Empresariais e pela iniciativa privada (BORIN, 2006). Alguns desses acontecimentos foram essenciais para acarretar uma crise no Cebrae:

Em 1989, a Medida Provisória nº 27, assinada pelo Presidente José Sarney, extingue o Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa (Copeme), vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. Já no governo do Presidente Fernando Collor de Mello, a Medida Provisória, nº 151/1990, de 15 de março de 1990, extinguiu diversas entidades da Administração Pública Federal, incluindo o Cebrae, que se viu, assim, desprovido dos fundos que garantiam a sua operação e sobrevivência. Tal cenário provocou a demissão de 40% do quadro de funcionários e meses de atraso de salários (SEBRAE, s.d.)⁴⁹.

⁴⁷ Esses Planos previam novas políticas para a indústria no Brasil e a ampliação do trabalho do CEBRAE em todo o país, inclusive na agricultura e exportação.

⁴⁸ “Esse marco faz com que os pequenos negócios passem a ser reconhecidos e explicitamente incluídos em políticas públicas, tendo acesso a direitos diferenciados do ponto de vista fiscal, tributário e creditício” (SEBRAE). Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1984>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁴⁹ Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1990>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

Tais medidas fizeram com o que o Cebrae unido às lideranças empresariais se mobilizassem em favor da permanência da instituição. E, assim,

a solução encontrada para não extinguir o Cebrae surgiu com a Lei nº 8.029, que autorizava a instituição a desvincular-se da administração pública e estabelecia critérios para a arrecadação de recursos, que passaram a vir de uma alíquota de 0,3% cobrada sobre as remunerações pagas pelas empresas contribuintes do Sesi/Senai e Sesc/Senac aos seus empregados. Dessa forma, o Cebrae se transformou em serviço social autônomo. Em 9 de outubro, o Decreto nº 99.570 alterou a sua denominação para Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae com “S”, que passa a fazer parte do chamado Sistema S⁵⁰, que inclui Senai, Sesi, Senac, Sesc, Senar, Senat, Sest, SESCOOP, entre outros (SEBRAE, s.d.)⁵¹.

Então, da administração pública, o Sebrae transforma-se em instituição privada e amplia seu atendimento em todo o país. Por meio da rede de unidades, intitulada “Balcão Sebrae”, o empresário poderia buscar consultoria na área de finanças, vendas, marketing, entre outras. Outro importante momento nessa nova fase do Sebrae foi a sua presença na mídia. “A Instituição tornou-se nacionalmente conhecida, o que resultou em uma enorme demanda de produtos e serviços, prontamente atendida pelas unidades do sistema” (BORIN, 2006, p. 130).

Assim sendo, com a sua ascensão social, o Sebrae, com o fim de difundir assuntos relacionados à área empresarial, finanças e empreendedorismo, dá início à criação de projetos e programas educativos. E, dentre esses, em 2000, lança a primeira edição do

⁵⁰ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares (SENADO FEDERAL). Informações retiradas de: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁵¹ Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1990>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

“Desafio Sebrae” e o Programa Técnico Empreendedor⁵². Em 2001, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados (IEA), da Universidade de São Paulo, cria um curso na modalidade de Ensino a Distância (EAD) para empreendedores formais ou informais, denominado “Iniciando um Pequeno e Grande Negócio” (IPGN). Em 2005, o Sebrae passa a ter um programa de rádio, chamado “A Gente Sabe, a Gente Faz”⁵³. Em 2011, nacionaliza o curso JEPP. Em 2013, por meio do projeto “EaD Sebrae – Cursos pela Internet”, o Sebrae ganha o Prêmio Learning & Performance Brasil, uma realização da MicroPower⁵⁴, e, no mesmo ano, lança o PNEE, com intuito de incluir a educação empreendedora nos currículos escolares em todos os níveis de ensino e, ainda em 2013, com o Ministério da Educação, é lançado o Pronatec Empreendedor.

É evidente, com base nessa síntese, que o Sebrae, com ideias delineadas acerca de conteúdos, em especial, sobre empreendedorismo, de forma gradativa começa a fazer parte nos processos educacionais de formação para o trabalhador. Inicia suas atividades no ensino superior, no ensino técnico, na educação de adultos, conforme exposto e por diferentes mecanismos (rádio, internet, etc.), até chegar à educação escolar, com crianças e adolescentes, por meio do curso JEPP. No curso JEPP, percebemos que não se trata de uma formação com objetivos em curto prazo para adultos que já estão ou para jovens que ainda

⁵² O “Desafio Sebrae” é um “jogo virtual para estudantes do ensino superior que simula o dia a dia de uma empresa”, e o Programa Técnico Empreendedor, com convênio firmado entre o Sebrae e o Ministério da Educação, “destina-se a levar preceitos da educação e da cultura empreendedora a alunos que estudam nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (SEBRAE, s.d.). Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=2000>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁵³ “Com viés educativo, o programa visa levar o empreendedorismo às populações de baixa renda e baixa escolaridade, além de pessoas que se ocupam de pequenos empreendimentos familiares e comunitários” (SEBRAE, s.d.). Informações retiradas de: <<http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=2005>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

⁵⁴ É uma empresa privada que oferece serviços voltados para a gestão de pessoas e treinamentos. Por meio do Prêmio Learning & Performance Brasil, a empresa premia todo ano, no país, as melhores implementações e-Learning (“aprendizagem eletrônica”). Para mais informações sobre essa empresa, acessar o link: <<https://www.micropowerglobal.com/pt-br/micropower/quem-somos>>.

ingressarão no mercado de trabalho, mas uma formação com intencionalidades em longo prazo, que se inicia com crianças entre 6 e 7 anos e que ainda estão em processo de alfabetização. Dessa forma, importa desvelar as intencionalidades do Sebrae para a formação dessas crianças e adolescentes. Diante disso, nos próximos itens, analisaremos, primeiramente, o que caracteriza a educação empreendedora dessa instituição e, em seguida, apresentaremos as características do curso JEPP.

2.4.1 Pressupostos da educação empreendedora do Sebrae

Como vimos, o Sebrae é uma instituição que atua na formação para trabalhadores, com incentivos para o empreendedorismo e formação profissional para indústria e comércio, até mesmo o trabalho de direcionamento para a sustentabilidade de empreendimentos e define-se como “um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país” (SEBRAE, s.d.)⁵⁵.

A instituição possui uma diversidade de programas nos setores da indústria, comércio e serviços, agronegócio e na educação. Entre os seus principais programas estão: Agentes Locais de Inovação: receba o Sebrae na sua empresa; Negócio a Negócio: uma oportunidade para crescer; Sebraetec: inovar no seu negócio pode ser fácil; Sebrae Mais: conquiste a evolução de seu negócio; Programa Nacional de Encadeamento Produtivo e o PNEE, que elabora propostas para a educação empreendedora em todos os níveis de ensino, da Educação Básica à Educação Superior. O PNEE⁵⁶ foi criado pelo Sebrae em 2013

⁵⁵ SEBRAE. O que é o Sebrae?.

Disponível

em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 10 out. 2016.

⁵⁶ Em Portugal, em 2007, foi criado algo similar ao Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do Sebrae, o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE). Esse projeto foi desenvolvido pela Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e aprovado pelo Ministério da Educação (ME) português e tem como objetivos também promover o empreendedorismo desde os primeiros anos de escolaridade obrigatória. Mais informações do PNEE de Portugal encontram-se disponíveis em: <<http://www.dge.mec.pt/educacao-para-o-empreendedorismo/projeto-nacional-de-educacao-para-o-empreendedorismo>>.

A tese *Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas* (COAN,

com o objetivo de “ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo para serem inseridos nos currículos” (SEBRAE, 2014, p. 8). Porém, muitos dos cursos de educação empreendedora do Sebrae já existiam antes da criação do PNEE.

No Quadros 1 e 2, por meio da análise dos dados do ano de 2015, nota-se que ocorreram mudanças nos cursos de empreendedorismo do Sebrae que são oferecidos atualmente. No Quadro 1, apresentamos a relação do que o PNEE definia em 2015, como “soluções educacionais” para cada etapa de ensino e, no Quadro 2, expomos essa lista, porém, em sua versão atualizada.

Quadro 1 – Propostas de educação empreendedora do Programa Nacional de Educação Empreendedora para cada etapa de ensino (2015)

Educação Básica		Educação Profissional	Educação Superior
Ensino Fundamental	Ensino Médio	• Pronatec Empreendedor.	• Desafio Universitário Empreendedor. • Disciplina de Empreendedorismo. • Palestra Empreendedorismo em Dois Tempos. • Realização de Editais para Instituições de Ensino Superior (IES).
• Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP).	• Formação de Jovens Empreendedores (FJE). • Despertar. • Crescendo e Empreendendo.		

Fonte: Adaptado de Sebrae (2015, p. 4).

2011) apresenta a experiência de Portugal com educação empreendedora, por meio desse projeto.

Quadro 2 – Propostas de educação empreendedora do Programa Nacional de Educação Empreendedora para cada etapa de ensino (2018)

Educação Básica		Educação Profissional	Educação Superior
Ensino Fundamental	Ensino Médio	• Disciplina de Empreendedorismo para a Educação Profissional.	• Plataforma Desafio Universitário Empreendedor. • Disciplina de Empreendedorismo. • Disciplina de Empreendedorismo e Inovação. • Palestra “Empreendedorismo em Dois Tempos”. • Projeto de Extensão em Negócios de Impacto Social. • Simpósio de Educação Empreendedora. • Programa de Mentoria Smart Hacklab. • Sebrae Experience.
• Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP).	• Formação de Jovens Empreendedores (FJE). • Despertar. • Crescendo e Empreendendo. • Jovem Empreendedor no Campo.		

Fonte: Adaptado de Sebrae⁵⁷ (SEBRAE, s.d.).

⁵⁷ Informações retiradas de:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional->

No Quadro 2, a Educação Superior apresenta novas modalidades de ensino para essa etapa de instrução. Para a Educação Profissional, o Sebrae passa a priorizar a “Disciplina de Empreendedorismo para a Educação Profissional”⁵⁸, que pode ser incluída no currículo da Educação Profissional tanto da rede pública como na rede privada. E no Ensino Médio, além dos cursos que se mantêm, o Sebrae oferece um novo curso, que é o “Jovem Empreendedor no Campo”⁵⁹. Este é específico para os jovens do meio rural e tem como proposta identificar oportunidades de negócios no campo e formar empreendedores rurais. As informações destacadas aqui só demonstram, por meio dos cursos que fazem parte do PNEE do Sebrae, o quanto de modo significativo e em pouco espaço de tempo têm-se ideologicamente criado demandas por educação empreendedora no país. No *site* do Sebrae são expostas algumas justificativas para essa formação:

Empreendedores com competências múltiplas, que atuam em equipe, aprendem, adaptam-se, enfrentam desafios e promovem transformações. Este é o perfil esperado dos jovens para ocupar um papel protagonista na sociedade contemporânea. Diante deste contexto, a Educação Empreendedora passou a ocupar uma posição estratégica no campo econômico e social no cenário brasileiro. E o Programa Nacional da Educação Empreendedora (PNEE) é uma das ações desta estratégia (SEBRAE, s.d.)⁶⁰.

da-educacao-empreendedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 2 abr. 2018.

⁵⁸ Para mais informações sobre essa proposta do Sebrae, acessar o link: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacao-empreendedora-para-o-seu-ensino-tecnico,ebb4224b80776410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>.

⁵⁹ Para mais informações sobre essa proposta do Sebrae, acessar o link: <<http://uc.sebrae.com.br/content/jovem-empreendedor-no-campo-1>>.

⁶⁰ Informações retiradas de: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empreendedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

Nessa lógica, no modo capitalista de produção é que urge a necessidade de formar trabalhadores empreendedores, trabalhadores esses com muitas competências, adaptáveis e proativos, que corram riscos, pois, como dito, essa é uma ação estratégica, e o PNEE do Sebrae, incumbe-se dessa tarefa, de formar esses trabalhadores. São alguns desses discursos conforme a citação anterior, que perpassam todo o material didático do curso JEPP, como veremos mais detalhadamente no capítulo III.

Ainda conforme descrito no *site* do Sebrae⁶¹, o PNEE trabalha com duas frentes principais: a primeira é o desenvolvimento de competências empreendedoras que, segundo o Sebrae, permitirá o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões; e a segunda frente é a possibilidade do autoemprego, é o que o Sebrae chama de inserção sustentada no mundo do trabalho. Nessa segunda frente, deve-se desconstruir a ideia de que só um emprego fixo pode trazer estabilidade financeira e mostrar ao trabalhador, em face do desemprego, que é possível ter um negócio próprio ou realizar uma atividade de prestação de serviço.

Entretanto, para efetivação das propostas do Sebrae para a educação empreendedora, são explanados alguns objetivos, tais como:

[...] A educação empreendedora incentiva que o sujeito busque o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Dessa forma, a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, 2012, p. 6).

O material *Oficina Fundamentação Metodológica – Educação Empreendedora – Manual do Participante* (2015), destinado à formação dos professores do ensino fundamental que atuarão no curso JEPP nas escolas, indica que a educação empreendedora

⁶¹ Informações retiradas de: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empreendedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

é aquela que ajuda o estudante a se autoconhecer e a enxergar e avaliar determinada situação, assumindo uma posição proativa frente a ela, capacitando-o a elaborar e planejar formas e estratégias de interagir com aquilo que ele passou a perceber (SEBRAE, 2015, p. 8).

Já, em um dos seus editais de implementação do curso JEPP, o Sebrae assinala que a educação empreendedora é “uma proposta de educar para formação do ser autônomo capaz de tomar decisões, superar desafios, realizar sonhos, construir propostas inovadoras e empreender” (SEBRAE, 2015, p. 3). Os pressupostos da educação empreendedora do Sebrae falam de desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, protagonismo na sociedade contemporânea, autoconhecimento e transformação dos sujeitos, sujeito autônomo. É com esses conceitos e que a educação do PNEE, sem muito esforço, é aderida por escolas, universidades ou outras instituições de ensino. Assim, questionamos: Mas, de que autonomia fala o Sebrae? Não estariam referidas propostas de educação empreendedora do PNEE metamorfoseadas, sendo-lhes atribuídos novos sentidos? E, será provável uma formação com todas essas possibilidades, levando-se em conta a sociedade em que se encontram os estudantes?

Pensamos que não. Defendemos, assim como Mészáros (2006, p. 275), que “a educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais”. Então é equívoco pensar que uma educação como essa proposta pelo Sebrae tenha a intenção de formar sujeitos autônomos e que poderão ser protagonistas de sua própria história. Mészáros (2006) assevera que a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político.

Com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista e novas exigências a serem cumpridas, “foi preciso, então, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza” (MORAES, 2009, p. 319). Nesse norte, é primordial adaptar os estudantes e docentes a essa nova realidade (MORAES, 2009). Não obstante, é nítido como a educação empreendedora se sustenta nesses princípios e ideais, ou seja, um ensino que legitima a ordem vigente, preparando os estudantes para uma sociedade que prioriza a competitividade e as desigualdades sociais. Mészáros (2006, p. 263-264, grifo do autor) enfatiza que

as relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos “contribuem para manter uma concepção do mundo” e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção do mundo.

Dessa forma, Lukács (2010) salienta que nenhuma sociedade pode se reproduzir, de fato, sem regular e dirigir as atividades sociais e pessoais de seus membros, para ela necessárias. Com essas aproximações, é fato que as proposições da educação empreendedora do PNEE do Sebrae repercutem como algo imprescindível no processo educativo. Sendo assim, por que e de que maneira poderia alguém questionar uma educação que oferece a formação basilar para os trabalhadores serem futuros empreendedores, “donos de seu próprio negócio”? É com base nessas reflexões que, no próximo tópico, conheceremos como se configura a proposta de ensino de educação empreendedora que o Sebrae tem para o ensino fundamental, que é o curso JEPP.

2.4.2 Configurações do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”

Para conhecermos como se organiza o curso JEPP, utilizamos para nossa análise o *Manual de Operacionalização – Guia do Gestor Estadual* (2012) e o material *Oficina Fundamentação Metodológica – Educação Empreendedora – Manual do Participante* (2015). Os dois documentos foram elaborados pelo Sebrae; o primeiro para orientar os gestores na implantação do JEPP nas escolas do Ensino Fundamental do seu respectivo estado/município e o segundo para a formação dos professores que atuarão posteriormente na formação do curso JEPP em suas escolas.

De acordo com o documento *Manual de Operacionalização – Guia do Gestor Estadual* (2012), o curso JEPP teve sua origem no Sebrae São Paulo “em meados de 2001 e desde 2002 é aplicado no

Estado de São Paulo” (SEBRAE, 2012, p. 7), e de forma gradativa chega a mais estados brasileiros⁶².

A proposta do curso está conectada com a missão do Sebrae, que é a de “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo” (SEBRAE, 2012, p. 7). A ideia é despertar o “espírito empreendedor” e desenvolver comportamentos empreendedores nas crianças e adolescentes. O Sebrae (2012, p. 7) salienta que,

à medida que o curso incentiva o desenvolvimento de comportamentos empreendedores e estimula o protagonismo infanto-juvenil, contribui para o desenvolvimento da localidade e promove uma mudança cultural em relação ao empreendedorismo no Brasil, junto às futuras gerações.

Ainda conforme apresenta o documento,

[...] o curso incentiva comportamentos empreendedores, de forma a estimular o protagonismo juvenil e a iniciativa futura na busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios (SEBRAE, 2012, p. 7).

Nessa direção, o curso não prepara apenas para ser empresário empreendedor, mas se considera que o estudante desenvolva uma postura empreendedora, mesmo que desempenhe outras atividades.

Os eixos centrais do curso JEPP são: o Comportamento Empreendedor e o Plano de Negócios. Vejamos no Quadro 3 como está organizado cada eixo.

⁶² O documento de *Manual de Operacionalização – Guia do Gestor Estadual* (2012) diz que, além do estado de São Paulo mais onze estados brasileiros aderiram ao JEPP. Isso, porém, era o que indicava, pois em breve pesquisa em sites de busca online (realizada no dia 18/10/2017), notamos que esses dados se alteraram de 2012 para cá. Nessa busca, foram identificadas notícias sobre o curso em escolas situadas nos seguintes estados: Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Pernambuco, Acre e Rondônia.

Quadro 3 – Características do Comportamento Empreendedor e os passos do Plano de Negócios

Dez Características do Comportamento Empreendedor	Doze Passos do Plano de Negócios
1. Busca de oportunidades e iniciativa. 2. Persistência. 3. Correr riscos calculados. 4. Exigência de qualidade e eficiência. 5. Comprometimento. 6. Busca de informação. 7. Estabelecimento de metas. 8. Planejamento e monitoramento sistemáticos. 9. Persuasão e rede de contatos. 10. Independência e autoconfiança.	1. Identificar a oportunidade de mercado e definir o tipo de negócio. 2. Definir a razão social e o nome fantasia da empresa. 3. Descrever os produtos/serviços. 4. Definir os clientes da empresa. 5. Identificar os concorrentes. 6. Definir o local de funcionamento da empresa. 7. Definir os recursos financeiros necessários para desenvolvimento do negócio. 8. Definir as ações de marketing para divulgação da empresa. 9. Definir os recursos materiais necessários (fornecedores de produtos/ serviços) e alianças para implantação do plano de negócios. 10. Organizar e distribuir as tarefas entre os integrantes da empresa – escolher o pessoal-chave. 11. Identificar as ações para produção e desenvolvimento do produto/serviço. 12. Desenvolver o sistema de pós-venda, visando à manutenção dos clientes em carteira.

Fonte: Adaptado de Sebrae (2012, p. 8-9).

Esses eixos são distribuídos em livros com conteúdo similar, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental; apenas se diferenciam os temas trabalhados em cada ano. Preponderantemente, esses conteúdos se baseiam em conhecer o produto, o que é um jovem empreendedor, comportamento empreendedor, funcionamento de uma empresa,

atendimento ao cliente, plano de negócios, propaganda, finanças. Nos livros, as aulas são separadas por encontros, sendo ministradas pelos professores de sala. E os temas de cada ano ficam dispostos da seguinte maneira:

- 1º ano – “O mundo das ervas aromáticas”: A proposta aqui é instigar os estudantes a “desenvolver o comportamento empreendedor e vivenciar as etapas de um plano de negócios, por meio da montagem de uma loja de ervas aromáticas” (SEBRAE, 2012, p. 12). Os estudantes aprendem a produzir e vender sachês perfumados, águas, ervas e chás aromáticos, etc.

- 2º ano – “Temperos naturais”: Seguindo os eixos do curso, nesse ano os estudantes vivenciam as experiências empreendedoras na montagem de uma loja de temperos naturais e aprendem noções de cultivo de plantas e agronegócio.

- 3º ano – “Oficina de brinquedos ecológicos”: “A proposta é a montagem de uma oficina de brinquedos ecológicos, elaborados com material reciclável” (SEBRAE, 2012, p. 13). Nas aulas, aprende-se a confeccionar brinquedos com base em técnicas de artesanato, pois a palavra de ordem é que se produzam bons produtos que tenham possibilidades de serem vendidos.

- 4º ano – “Locadora de produtos”: Os estudantes entendem como funciona uma empresa de prestação de serviços, com a montagem de uma locadora de livros, gibis, brinquedos, games ou vídeos.

- 5º ano – “Sabores e cores”: O 5º ano monta uma empresa de produtos alimentícios, e os alunos aprendem a produzir os alimentos a serem vendidos. Discursos sobre higiene, trabalho em equipe e concorrência são enaltecidos nos vários encontros do curso nesse ano.

- 6º ano – “Eco papelaria”: “No 6º ano, são desenvolvidas habilidades empreendedoras com a montagem de uma Eco papelaria, na qual os alunos criarão produtos a partir de papéis que seriam descartados como lixo” (SEBRAE, 2012, p. 13).

- 7º ano – “Artesanato sustentável”: “Os alunos desenvolverão trabalhos manuais com garrafas plásticas, retalhos de tecido e outros materiais que possam ser reutilizados e reciclados e que tenham disponibilidade em suas localidades” (SEBRAE, 2012, p. 14). Nesse ano, também é colocada em

pauta a questão da sustentabilidade e meio ambiente, como visto no 6º ano.

- 8º ano – “Empreendedorismo social”: A ideia para esse ano é estimular os estudantes a refletir acerca da sua realidade e elaborar e implementar projetos sociais que visem à melhoria das condições de vida das pessoas da sua cidade ou bairro.

- 9º ano – “Novas ideias, grandes negócios”: Basicamente o conteúdo é o Plano de Negócios. “Assim, a temática “Novas ideias, Grandes negócios” propõe uma ação empreendedora direcionada por um plano de negócios que privilegie a cultura e as oportunidades locais” (SEBRAE, 2012, p. 14).

Como visto, as atividades dividem-se entre teóricas e práticas em todos os anos do ensino fundamental. O conteúdo do curso é o mesmo para todos os anos, mas adequado à complexidade de cada faixa etária. “Com uma proposta lúdica, a metodologia procura responder às necessidades dos alunos, qualquer que seja sua condição escolar, social econômica e cultural, bem como incentivar o envolvimento da comunidade escolar” (SEBRAE, 2012, p. 11). Assim, a família do estudante também pode auxiliar nas atividades propostas pelo JEPP, seja na confecção dos produtos para venda, seja contribuindo na feira que ocorre no final do curso.

O curso JEPP é caracterizado como um produto do Sebrae que é vendido às escolas. Essas escolas podem ser tanto da esfera pública ou privada, mas antes é feita uma negociação para fechar parceria entre o Sebrae e a instituição de ensino ou Secretarias de Educação. Acertados os trâmites legais, o Sebrae organiza uma “Oficina de sensibilização do JEPP” e, em seguida, os professores passam por uma formação, chamada de “Capacitação de Fundamentação Teórica e Metodológica”. Dado que só é possível trabalhar o JEPP em sala de aula, mediante a participação nessa formação, esse é um dos requisitos para participação dos professores no curso. Outro ponto importante destacado no *Manual de Operacionalização – Guia do Gestor Estadual* (2012) é que, além dessa formação, o documento aponta ser desejável alguns tipos de perfis para os professores poderem atuar na aplicação do JEPP na escola, que são descritos como, o professor deve, por exemplo,

ter iniciativa; Ter atitude positiva e dinamismo;
Ser comunicativo; Ser criativo; Ter habilidade de escuta – saber ouvir; Ser ousado; Ter atitude

flexível, aberta e receptiva a inovações; Estar predisposto ao novo; Ter capacidade de persuasão; Ser comprometido (SEBRAE, 2012, p. 23).

Esses perfis não são obrigatórios, mas “é importante que o professor esteja, ao menos, disposto a novas aprendizagens e aberto a desafios” (SEBRAE, 2012, p. 23). Por isso, o Sebrae (2012, p. 22) diz que é imprescindível sensibilizar os professores “para que possam aderir o curso e, principalmente, sejam grandes defensores da metodologia dentro da escola”. Uma vez que serão eles que ensinarão aos estudantes técnicas de venda, sobre a concorrência do mercado, a importância da persuasão, de correr riscos, desse modo, não há como ficar na neutralidade.

Na “Capacitação” dos professores, eles conhecem os referenciais metodológicos que fundamentam todo o processo de formação dos cursos do PNEE. Para facilitar os estudos de cada referencial, esses são separados por temática. Os temas são os seguintes: *Pedagogia da presença*, *Resiliência na educação*, *Protagonismo juvenil*, *Desenvolvimento de competências*, *Jogos, atividade vivenciais e o Ciclo de Aprendizagem Vivencial (CAV)* e, por último, o *Empreendedorismo sistêmico e sustentável*.

Na *Pedagogia da presença*, o professor cria vínculos com o estudante a fim de que possa favorecer aprendizagens significativas. O professor atua como um guia e conquista os estudantes com o intuito de que eles participem do processo de aprendizagem. “A autoridade do educador se legitima na medida em que ele é reconhecido por sua capacidade de aceitar o aluno na sua individualidade, orientando e aceitando-o respeitosa e positivamente” (SEBRAE, 2015, p. 10).

A *Resiliência na Educação*, tratada pelo PNEE do Sebrae, é a capacidade do estudante de saber lidar com situações novas ou adversas. Desenvolver a resiliência nos estudantes é prepará-los a resistir, adaptar-se e enfrentar os desafios cotidianos, e mostrar que mesmo em meio a situações desfavoráveis haverá a possibilidade de se encontrar oportunidades e crescer na vida.

Na educação empreendedora do Sebrae, o *Protagonismo juvenil* coaduna-se ao *Desenvolvimento de competências* cuja base está nos quatro pilares da educação propostos pela Unesco. Essas competências são: “Competência pessoal: aprender a ser. Competência social: aprender a conviver. Competência produtiva: aprender a fazer. Competência cognitiva: aprender a conhecer” (SEBRAE, 2012, p. 23).

A ideia é propor ao estudante planejar, executar, avaliar e buscar sempre melhorias em suas ações. Dessa forma, esse sujeito poderá participar ativamente na sociedade, com iniciativa e responsabilidade no enfrentamento de problemas.

Os *Jogos, atividades vivenciais e o CAV* são as ferramentas de aprendizagem para a educação empreendedora do PNEE. Para que não sejam encaradas como situações apenas de divertimento no processo educativo, de acordo com o Sebrae (2015), para trabalhar com o jogo e a atividade vivencial, é preciso ter bem definidos os objetivos que se deseja atingir e planejar o tempo necessário para essa atividade e, ao mesmo tempo, aplicar o CAV, porém, numa sequência de etapas. As etapas do CAV são as seguintes: a vivência, que é momento de realizar a atividade; o relato, que é o momento de compartilhar as experiências obtidas; o processamento, que é a discussão do grupo para analisar como foi o desempenho e interação de seu grupo durante o processo de realização da atividade; a generalização, que é fazer relações do que foi aprendido com a vida real e, por fim, a aplicação, que planeja comportamentos mais eficazes.

O *Empreendedorismo sistêmico e sustentável* é “pensar não somente nos lucros possíveis, mas também nos impactos e benefícios sociais e sustentáveis que podem ser resultantes dessa ação empreendedora” (SEBRAE, 2015, p. 14). A ação empreendedora tem de estar em consonância com o seu contexto e contribuir com o desenvolvimento social e econômico sustentável (SEBRAE, 2015).

Após a análise da totalidade dos referenciais metodológicos da educação empreendedora do Sebrae e retomando o *Desenvolvimento de competências*, identificamos no documento, denominado de *Edital de Educação Empreendedora no ensino Fundamental* (2015)⁶³, o seguinte excerto:

O JEPP, destinado a fomentar a cultura empreendedora nas instituições escolares, promovendo a inserção de conteúdos de empreendedorismo no ensino fundamental, procura apresentar práticas de aprendizagem que estimulem a autonomia do estudante e o

⁶³ Documento criado em 12 de fevereiro de 2015, para uma chamada pública para a seleção de propostas para implantação do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) nas escolas públicas de Ensino Fundamental do estado de Santa Catarina.

desenvolvimento de atributos e atitudes importantes para a gerência da própria vida (pessoal, profissional e social). Esta premissa está de acordo com os quatro pilares da educação propostos pela UNESCO (SEBRAE, 2015, p. 3).

Relembrando, esses pilares são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser⁶⁴. A respeito do documento *“Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”* (DELORS, 1998), que explica cada um desses pilares, Rummert, Algebaile e Ventura (2012, p. 25) ressaltam que

tais documentos, de grande acolhida internacional, particularmente nos países de perfil socioeconômico de integração subalterna, propugnam a orientação de que o Estado deve ter sua atuação no âmbito educacional suplementada por parcerias com a iniciativa privada e com as agências do terceiro setor.

O curso JEPP, como mencionado, pode acontecer tanto em escolas da rede pública como da rede privada; porém, esse curso, implementado nas escolas públicas, externaliza a contribuição das autoras, uma vez que, de um lado, para dar conta na educação das demandas propostas por tais documentos, o Estado⁶⁵, passa a atuar em parceria com entidades do terceiro setor, como, por exemplo, o Sebrae. E, assim, o Sebrae passa a materializar essas concepções teóricas em seus processos educacionais, com a sua atuação nas instituições públicas.

Por outro lado, mesmo que seja intitulada como instituição privada sem fins lucrativos, o momento oportuno possibilita ao Sebrae obter lucros, pois vende para as secretarias de educação esses cursos

⁶⁴ Aprender a conhecer, isto é, adquirir instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com o outro em todas as atividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS apud SEBRAE, 2012, p. 6).

⁶⁵ “O Estado, com certeza, é *parte integrante* desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como o agente ativo tanto da *lei do Estado* como da *ilegalidade do Estado* a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida” (MÉSZÁROS, 2015, p. 59, grifo do autor).

como produtos, mercadorias. E é por meio dessa terceirização⁶⁶ na esfera pública que o Sebrae leva os seus conceitos que lhe são próprios para dentro das escolas, conceitos esses da área empresarial.

Nessa linha de pensamento é que seguimos nossa análise, expondo o trabalho do Sebrae com o curso JEPP em algumas escolas municipais de Fraiburgo, unidades de análise escolhidas para, sem esgotar no tema nem realizar generalizações, mostrar uma realidade efetiva desses cursos e da proposta em foco.

⁶⁶“Corresponde ao processo de transferência, para o setor privado, de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio às atividades desenvolvidas pelo Estado” (ADRIÃO; BORGHI, 2008, p. 101).

CAPÍTULO III – ENSINO PARA O EMPREENDEDORISMO: EDUCAR PARA EMPREENDER?

[...] a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes (TONET, 2016, p. 99).

Conhecer os aspectos histórico-sociais do município de Fraiburgo permite-nos compreender em que contexto o curso JEPP foi inserido em algumas escolas públicas do município. Desse modo, iniciaremos este capítulo expondo os pressupostos da educação empreendedora disseminada em algumas escolas de Fraiburgo, levando-se em conta a questão produtiva e econômica do município. Assim sendo, detalharemos a implementação do curso JEPP nas escolas de Fraiburgo e a sua adesão pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Na sequência, explicitaremos quais são as relações dos referenciais metodológicos do curso JEPP com os estudos de Delors (1998) e a pedagogia das competências. A pergunta que se coloca é: será essa formação os primeiros passos para desenvolver competências? É por meio dessa reflexão que buscaremos elucidar a relevância que se tem dado na educação nos últimos tempos, em considerar não só aspectos técnicos, mas também comportamentais na formação dos trabalhadores.

E, para finalizar, baseando-nos na metodologia de análise documental, destacaremos os principais conceitos e assuntos da educação empreendedora do curso JEPP, considerando suas determinações sócio-históricas, a fim de compreendê-los para além das suas singularidades.

3.1 EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Os fenômenos sociais, em suas mediações, efetivam-se na realidade concreta de modo dinâmico, contínuo e contraditório. Dessa maneira, trazemos alguns apontamentos de como o município de Fraiburgo se modificou economicamente e, em consequência, também

os processos de educação direcionados aos filhos dos trabalhadores deste município. Evidenciamos, de que forma os cursos que outrora atendiam à produção da maçã, que era a base econômica do município, são outros conforme as necessidades do mercado. Nesse sentido, é relevante inicialmente explicitar tal processo de constituição histórico-social em suas especificidades.

O município de Fraiburgo encontra-se localizado na região do meio-oeste do estado de Santa Catarina. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a área da unidade territorial do município é de 547,854 km² e conta atualmente com uma população estimada de 36.261 habitantes⁶⁷. Além disso, os dados de 2010, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶⁸, registram um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,731, isto é, o município está entre as regiões consideradas com alto desenvolvimento.

Antes de se constituir como município, Fraiburgo passa por muitas transformações econômicas e sociais. Conforme Martins (2016, p. 119),

por aproximadamente cinquenta anos a predominância da mercadoria maçã constituiu a base econômica principal da região, sendo a sobrevivência dos trabalhadores suprida somente pela venda da força de trabalho nesse processo produtivo. Todas as esferas da vida do trabalhador, sejam elas jurídicas, políticas, sociais, religiosas, educacionais, etc. vinculavam-se para atender a esse processo de produção.

No entanto, anterior a esse processo de produção, a região em que atualmente se localiza o município era coberta por matas nativas, onde habitaram as primeiras populações aborígenes, denominados de povos Xokleng e Kaingang (VALENTINI, 2009). Porém, a chegada dos primeiros imigrantes, fugitivos de conflitos, como a Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra do Paraguai (1864-1870) e Revolução

67 Informações retiradas de:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420550&search=||jnfogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 8 set. 2017.

68 Informações retiradas de:
<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fraiburgo_sc>. Acesso em: 08 set. 2017.

Federalista (1893-1895), torna a vida dos povos aborígenes conturbada, fazendo-os se deslocarem para outros locais (MARTINS, 2016). Findados esses conflitos, a região toma outra configuração; os colonos deslocam-se para o local e fundam as primeiras fazendas. As que tiveram importante papel no contexto histórico para a constituição de Fraiburgo foram as fazendas Liberata e Butiá Verde, que ficaram conhecidas nesse período como localidade “Campo da Dúvida”⁶⁹.

Sobre os fatos que marcaram o início de Fraiburgo, Martins (2016, p. 119-120) explica que

a região de Fraiburgo também é marcada pelo conflito do Contestado (1912/1916) e, devido à luta pela terra, muitos caboclos (descendentes de indígenas e imigrantes) resistem às tropas do governo federal; entretanto, muitos são mortos, e a dominação do capital internacional adentra a região para o grande empreendimento da construção da estrada de ferro e posse das terras dos povos caboclos.

Brandt (2007, p. 55-56) elucida que, após o movimento do Contestado ou Guerra do Contestado,

na década de 1930 a localidade do Campo da Dúvida, que pertencia ao município de Curitiba, no planalto de Santa Catarina, recebeu a instalação da serraria René Frey & Irmão, que passou a explorar as suas vastas florestas de araucárias. Antes da serraria, o uso que se fazia daquelas terras era baseado no usufruto comum de seus recursos naturais, realizada principalmente por pequenos e médios sitiantes, muitos deles posseiros. Forma de uso da terra que entrou em decadência a partir da instalação da serraria, que, ao longo das décadas de 1930 e 1960, devastou, cercou e iniciou a urbanização de boa parte das terras da localidade,

⁶⁹ Brandt (2007) apresenta diversas versões que explicam o porquê do nome “Campo da Dúvida”, umas delas é que “existiam nestas fazendas, de acordo com Thomas Burke, uma certa imprecisão em suas divisas, já na época em que estas pertenciam a família Burger, acarretando em tensões e conflitos” (BRANDT, 2007, p. 174).

que deu origem, no ano de 1961, ao município de Fraiburgo.

Com a escassez da madeira, devido ao excesso de sua exploração, os Frey apostam na produção de uma nova mercadoria e, assim, iniciam o cultivo de maçã. A produção de maçã trouxe notoriedade ao município tanto nacional como internacionalmente, com a exportação da fruta para diversos países. Como citado, a mercadoria maçã compôs a base econômica da região. No entendimento de Martins (2016, p. 120):

[...] Por esse fato, muitos trabalhadores de regiões do Brasil direcionaram-se para residir na cidade de Fraiburgo, outros deixaram as atividades no campo e foram viver na cidade, para encontrar melhores condições de vida e de salário, para sustentar a família. As agroindústrias de maçã tornaram-se uma alternativa de trabalho e de garantias futuras para muitas famílias de trabalhadores. No início de 2010, ocorre o enfraquecimento desse processo produtivo e modifica a vida de muitos trabalhadores que vivem na cidade, e a própria produção, a mercadoria, modifica-se, e a vida do trabalhador altera-se, o que antes era promissor deixa de ser.

Martins (2016, p. 120) ainda observa que a produção de maçã em Fraiburgo “destacou-se como a mercadoria que permitiu a subsistência dos trabalhadores assalariados e ainda hoje em proporção cada vez menor”. Com isso, mais uma vez percebem-se mudanças na conjuntura econômica do município de Fraiburgo e o que antes parecia lucrativo, a produção de maçã, aos poucos dá espaço a novos processos produtivos e mercadorias. Via de regra, a diminuição na produção de maçã,

[...] Se explica em virtude do aumento da produção de grãos, milho e soja, entre 2009 a 2013, desta forma a área plantada de maçã nesse período diminui pela metade. E, ao analisar os números, é perceptível para qual produção o município se volta, de uma cidade da fruticultura passa para uma cidade agrícola produtora de grãos (MARTINS, 2016, p. 122-123).

Além do cultivo de grãos, outra produção que se destaca é a da madeira (reflorestamento) (MARTINS, 2016). Essas alterações no processo produtivo, mostram como significativas mudanças no campo produtivo e econômico no município de Fraiburgo alteram todas as esferas da vida dos trabalhadores, até mesmo nas escolas, os processos de ensino como em qualquer sociedade gerida pelo capital deve estar vinculado às suas necessidades. Todavia, perante o exposto, qual será, neste momento, a urgência para a formação dos trabalhadores dessa região?

Sabemos que a produção de grãos e reflorestamento é realizada preponderantemente por máquinas e necessita de um número mínimo de forças de trabalho. Dessa forma, os empregos formais tornam-se escassos, e a grande maioria dos trabalhadores do município de Fraiburgo encontra-se diante de um dilema: procurar se qualificar para as novas formas de trabalho emergentes. Esse processo de modificações na economia e no processo produtivo do município culminou em mudanças nos processos educacionais para os trabalhadores, como podemos observar na dissertação *A educação e a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura de Fraiburgo SC e o Programa de Aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”* (MARTINS, 2011) e na tese *Ser Jovem trabalhador: Entre a conformação à reprodução metabólica do capital e sua superação* (MARTINS, 2016). Em sua dissertação, Martins (2011) analisa a formação profissional para adolescentes e jovens, denominada de Programa de aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”. Integrado ao processo produtivo das agroindústrias do município de Fraiburgo, essa formação tinha a intenção de formar esses estudantes diretamente para a produção de maçã. Com essa pesquisa dissertativa, Martins (2016, p. 44) conclui que,

foi perceptível compreender que o Programa Jovem Aprendiz Cotista da Macieira tornou-se um programa de aprendizagem enquanto a produção de maçã era a base econômica do município de Fraiburgo/SC. A agroindústria, até meados de 2009, recrutava muita força de trabalho para a produção da maçã, consecutivamente essa qualificação do trabalhador, por meio do programa de aprendizagem, era necessária.

Logo, Martins (2016), em suas análises teóricas e empíricas, verifica que as formações que outrora atendiam ao processo produtivo da maça cedem lugar para novas qualificações para os trabalhadores por meio de outros cursos de aprendizagem, tais como: Auxiliar Administrativo e Financeiro, Aprendizagem Industrial de Suporte e Manutenção em Microcomputadores e Redes Locais e Aprendizagem Industrial de Mecânico de Manutenção de Máquinas em Geral. Esses cursos também são para a formação de adolescentes e jovens, e em sua grande maioria, permitem aos estudantes aprender uma profissão técnica (MARTINS, 2016). Martins (2016) relata que, em uma das entrevistas realizadas para a sua pesquisa, uma jovem que participava naquele momento do curso de Aprendizagem Industrial de Suporte e Manutenção em Microcomputadores e Redes Locais salientou em todo o tempo da entrevista, “que os profissionais que realizavam o programa de aprendizagem deixavam todos cientes de que, caso não encontrassem um lugar para trabalhar, poderiam ser empreendedores” (MARTINS, 2016, p. 191). Fraiburgo teve muitos de seus setores liberando força de trabalho, e a ideia de se tornar um empresário empreendedor contribui como uma opção ao trabalhador devido ao evidente desemprego. Nisso, como visto, a ideologia do empreendedorismo é inculcada fortemente nos estudantes já nesses cursos, mesmo que não seja um curso com essa pretensão.

É neste atual cenário que observamos os processos educacionais comprometidos com a qualificação de força de trabalho para esse mercado cada vez mais instável e entre essas inúmeras formações para os trabalhadores na atual conjuntura do município está a educação empreendedora. Em Fraiburgo, a formação para o empreendedorismo ganha relevo nos últimos anos em algumas das suas escolas municipais, por meio do curso JEPP. Como mencionado, o JEPP é um curso de educação empreendedora para a formação de estudantes em todo o ensino fundamental, cujos principais eixos são o Comportamento Empreendedor e o Plano de Negócios⁷⁰. Nos próximos tópicos, apresentaremos o desenvolvimento do referido curso nas escolas do município.

⁷⁰ Esses eixos foram apresentados em suas especificidades no Capítulo II.

3.1.1 Implementação do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” nas escolas municipais de Fraiburgo

Fraiburgo⁷¹ está entre os primeiros municípios do estado de Santa Catarina⁷² a implementar o curso JEPP em parte de suas escolas públicas municipais. Em 2014, iniciou suas atividades com a formação do JEPP para os professores que iriam atuar em sala de aula, e, nesse mesmo ano, o JEPP acontece, mas como projeto-piloto em oito turmas, do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, do Centro Educacional Municipal Prof. Juviliano Manoel Pedroso. Alcançados os objetivos propostos do curso nessa escola, em 2015 a SME implanta o JEPP em mais escolas do município; assim, além dessa escola mais dez outras também teriam o curso.

O Sebrae apresentou o projeto na SME do município e firmou parceria por meio de um Contrato de licenciamento, e os demais tramites legais para a implementação do JEPP foram por meio de edital. Os materiais utilizados pelos estudantes e professores, bem como a formação dos professores, foram oferecidos pelo Sebrae todos de forma gratuita, mas, em contrapartida, a SME comprometeu-se em não reproduzir o material e trabalhar/aplicar o curso somente com as turmas em que o professor titular tivesse feito a formação do JEPP. Ademais, por alguns professores serem apenas contratados pela prefeitura e ainda por haver uma rotatividade muito grande de professores todos os anos entre as escolas, aconteceram diversas formações do JEPP em Fraiburgo.

Em 2015, o curso JEPP esteve presente em onze escolas do município. As escolas foram as seguintes: Centro Educacional

⁷¹ Todas as informações que são apresentadas nesse tópico sobre o percurso do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP), no município de Fraiburgo/SC, foram disponibilizadas para esta pesquisa dissertativa pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do município.

⁷² Em breve pesquisa em sites de busca online (realizada no dia 19 de junho de 2017), foi identificada a implementação do curso JEPP nos seguintes municípios catarinenses: Botuverá, Trombudo Central, Chapecó, em Mafra, inclusive com a formação do curso com estudantes de escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Correia Pinto, Concórdia, Curitibaanos, Luiz Alves, Gaspar, Balneário Camboriú, Lages, Irani, Lauro Muller, Indaial, Xanxerê, Belmonte, São Miguel do Oeste, São João do Oeste, Descanso, Paraíso, Bombinhas, Guabiruba, Passos Maia, Major Vieira, Petrolândia, Quilombo, Jupiá, São João Batista, São Joaquim, Pomerode, São Bento do Sul, Caçador, Tubarão, Itapoá e Timbó.

Municipal Antônio Porto Burda; Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey; Escola Municipal Carlos Gomes; Centro Educacional Municipal Dona Zenaide Maria S. P. da Costa; Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos; Escola Municipal José de Anchieta; Centro Educacional Municipal Macieira; Centro Educacional Municipal Prof. Juviliano Manoel Pedroso; Escola Municipal Ensino Fundamental Prof. Eurico Pinz; Escola Básica Municipal Santo Antônio; e Centro Educacional Municipal São Cristóvão. Dessas escolas, apenas o Centro Educacional Municipal Arnoldo Frey e o Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos estão situados em área rural do município, as outras se encontram todas em área urbana. É importante também destacar que grande parte das escolas citadas localizam-se em bairros onde vivem os trabalhadores do município, em que a grande maioria das pessoas são trabalhadores das poucas empresas de maçã que ainda subsistem ou trabalhadores rurais no próprio cultivo de maçã, no reflorestamento de pinus ou são colhedores de feijão, alho, cebola, etc.

Vejamos de forma resumida o mapeamento de alguns dos principais dados do curso JEPP nas escolas no ano de 2015. São informações referentes à quantidade de professores e estudantes envolvidos no curso em cada escola, e às turmas do ensino fundamental que foram atendidas.

Quadro 4 – Dados gerais do ano de 2015 do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” em Fraiburgo

Escola	Professores	Estudantes	Ano escolar do Ensino Fundamental	Total de turmas
C. E. M. Antônio Porto Burda	11	334	1º ao 5º ano	15
C. E. M. Arnoldo Frey	05	91	1º ao 5º ano	05
E. M. Carlos Gomes	04	109	1º ao 5º ano	06
C. E. M. Dona Zenaide Maria S. P. da Costa	17	227	1º ao 9º ano	10
C. E. M. Faxinal dos Carvalhos	04	62	1º ao 5º ano	05
E. M. José de Anchieta	09	221	1º ao 4º ano	09
C. E. M. Macieira	05	161	1º ao 5º ano	07
C. E. M. Prof. Juviliano Manoel Pedroso	08	243	1º ao 5º ano	10
E. M. E. F. Prof. Eurico Pinz	17	311	6º ao 9º ano	13
E. B. M. Santo Antônio	24	336	1º ao 5º ano e 6º, 8º e 9º	15
C. E. M. São Cristóvão	04	94	1º ao 5º ano	05
Total:	108	2189	-	100

Fonte: Elaborado com base em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fraiburgo (2017).

Observamos no ano de 2015 um número expressivo de participantes no curso; no ano de 2016, ao contrário, esse número diminui. Isso porque, de acordo com a SME, o JEPP não é um curso

gratuito⁷³. Porém, segundo os representantes do Sebrae que coordenam o curso na região, por Fraiburgo ter sido um dos primeiros municípios a trabalhar o curso em Santa Catarina e por serem apresentados excelentes resultados nas feiras de exposição, com os trabalhos dos estudantes e dos professores, o curso continua disponível na forma gratuita, porém somente em duas escolas.

Quadro 5 – Dados gerais do ano de **2016** do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” em Fraiburgo

Escola	Professores	Estudantes	Ano escolar do Ensino Fundamental	Total de turmas
C. E. M. Dona Zenaide Maria S. P. da Costa	21	221	1º ao 9º ano	10
E. M. E. F. Prof. Eurico Pinz	08	304	6º ao 9º ano	12
Total:	29	525	-	22

Fonte: Elaborado com base em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fraiburgo (2017).

Mesmo que o curso permaneça apenas nessas escolas, a SME considera relevante a sua permanência no município, visto que o JEPP teve uma boa aceitação pelos estudantes e a comunidade. É perceptível o esforço dos familiares em querer incentivar os filhos no percurso de formação do JEPP, principalmente quando participam das feiras abertas que acontecem no fim do curso, a “Feira do Jovem Empreendedor”.

Até aqui conhecemos as características gerais do curso JEPP e analisamos, por meio dos dados apresentados, a sua incorporação à educação escolar nas escolas no município de Fraiburgo. Elencamos os dados, para situarmos a quem se destina a formação do curso nas escolas municipais de Fraiburgo e como alguns aspectos sobre as transformações econômicas e o contexto histórico-social de determinada região podem interferir diretamente nos processos de educação, segundo o que exporemos na sequência.

⁷³ Não encontramos informações a respeito do valor do produto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) pago pelas secretarias ou instituições privadas de educação que adquirem esses cursos do Sebrae.

3.2 PRIMEIROS PASSOS PARA DESENVOLVER COMPETÊNCIAS?

“Seres humanos são uma espécie muito sociável, como as formigas e as abelhas, e suas características podem, sim, ser aprimoradas antes e depois do período escolar” (PORVIR, 2014)⁷⁴.

No capítulo anterior, apresentamos os referenciais metodológicos que fundamentam todo o processo de formação dos cursos do PNEE do Sebrae e destacamos as especificidades de cada um deles (*Pedagogia da presença, Resiliência na educação, Protagonismo juvenil, Desenvolvimento de competências, Jogos, atividade vivenciais e o Ciclo de Aprendizagem Vivencial (CAV) e Empreendedorismo sistêmico e sustentável*). De modo geral, se observarmos o material didático do curso JEPP, notamos que esses referenciais metodológicos se correlacionam e estão presentes de maneira simultânea no processo de ensino do curso. Para tanto, a essência desses referenciais está nos quatro pilares da educação propostos pela Unesco (*aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*). Embora não se pretenda aqui fazer uma análise aprofundada de cada um desses pilares, é de fundamental importância ressaltar o que representam dentro dos processos de ensino.

Delors (1998) salienta que a educação formal tem priorizado muito mais o *aprender a conhecer* do que *aprender a fazer*; porém, segundo ele, no ensino recomenda-se que seja dada atenção para os “quatro pilares do conhecimento”, e, ao mesmo tempo, precisam estar em consonância um com o outro. De maneira sintética, exporemos o que Delors (1998) define para cada um desses pilares; assim sendo, no *aprender a conhecer*, é adquirir e ter domínio dos instrumentos do conhecimento para gerir a própria vida, para se comunicar e para desenvolver as capacidades profissionais. Deve-se, desde a infância, *aprender a aprender*, *treinar a memória*, *exercitar a atenção*, o

⁷⁴ Essa citação faz parte de um estudo publicado pela agência de notícias Porvir que defende a teoria dos Big Five. De acordo com estudiosos dessa teoria, a personalidade humana pode ser analisada em cinco dimensões: Abertura a novas experiências, Consciência, Extroversão, Amabilidade e Estabilidade Emocional. Essas dimensões estão dentro do grupo das chamadas Competências Socioemocionais. Informações retiradas de: <<http://porvir.org/especiais/socioemocionais/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

pensamento. No aprender *a fazer*, é desenvolver as competências necessárias para tornar os sujeitos mais aptos a enfrentar as situações cotidianas e pôr em prática os conhecimentos adquiridos para a atividade do trabalho e do trabalho em equipe. O aprender *a viver juntos* significa promover a cooperação e a participação em projetos comuns, com a finalidade de evitar ou resolver conflitos. Na educação, no aprender *a ser*, não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades do indivíduo, e “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa” (DELORS, 1998, p. 99), em seus aspectos intelectuais, comportamentais, sensíveis.

Como dito, esses pilares fazem parte do documento “*Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*” (1998), de Jacques Delors⁷⁵. No documento, a preocupação de Delors (1998, p. 89) pauta-se na ideia de que a “educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”. Para cumprir tais objetivos, Delors (1998) propõe que a educação necessita se organizar em torno dos quatro pilares do conhecimento. E, ainda afirma que

não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança (DELORS, 1998, p. 89).

Segundo Delors (1998), a educação é fulcral para o enfrentamento de desafios futuros e, ainda, somente adquirir conhecimentos não é suficiente, é preciso ir além, adaptar os sujeitos e desenvolver neles as competências indispensáveis a este mundo em transformação. Na explanação de Campos (2002), podemos compreender por que razão os discursos das competências têm se tornado tão recorrentes dentro das propostas neoliberais:

⁷⁵ Presidente da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, “antigo ministro da Economia e das Finanças, antigo presidente da Comissão Europeia (1985-1995)” (DELORS, 1998, p. 270).

Desde a década de 1980, as empresas, em nível mundial, vêm passando por reestruturações significativas como condição para se inserirem ou se manterem inseridas nos mercados globais que, cada vez mais competitivos, impõem novas referências de qualidade e produtividade. Dentre as mudanças que vêm ocorrendo, destacamos aquelas relacionadas à base técnica da produção – introdução da automação microeletrônica, gerando sistemas flexíveis e integrados; novos métodos de gestão do trabalho, com a valorização crescente dos saberes dos trabalhadores; reestruturação das políticas de recursos humanos com a adoção de novas “ferramentas gerenciais” tais como a “gestão ‘previsional’ de empregos ou competências”, o assalariamento por desempenho, para citar algumas; novas composições do mercado de trabalho e emprego com novas formas de diferenciação e segmentação, ampliando as “franjas” de excluídos (CAMPOS, 2002, p. 120-121).

Desse modo, o mundo em mudança do qual fala Delors (1998) é um mundo competitivo e desigual, que exclui e discrimina os sujeitos entre capacitados, criativos, responsáveis, autônomos, proativos ou não, conseqüentemente, isso causa uma competição não apenas entre as empresas, mas também entre os trabalhadores. Fidalgo e Fidalgo (2007, p. 27) explicam que,

para a maior parte da força de trabalho, as inovações científico-tecnológicas poderiam significar um avanço rumo à adoção de outras formas mais justas de regulação do trabalho. Entretanto, as transformações acabam por representar um enxugamento dos outrora chamados postos de trabalho e geram um grande aumento da disputa interlaboral.

Posto isso, diante da suposição de que nem todos possuem as competências e comportamentos demandados a essa nova reestruturação da sociedade, os quatro pilares da educação têm sido eleitos como ideais

para a formação em muitos processos educacionais⁷⁶. Nesse sentido, “o modelo das competências responde bem às novas necessidades dos sistemas produtivos: refere-se aos saberes em ação, faz apelo não apenas ao conhecimento, mas também às dimensões subjetivas dos indivíduos” (CAMPOS, 2002, p. 124). Logo, o trabalhador brutalizado pelo trabalho rotineiro e repetitivo é substituído pelo trabalhador colaborador, autônomo, criativo e responsável (CAMPOS, 2002). E é exatamente nesse ponto que a educação empreendedora do JEPP dá ênfase, isto é, sua finalidade é formar sujeitos desde a infância, com os atributos necessários aos processos produtivos em expansão.

É de interesse do empresariado esse “trabalhador de novo perfil”, dotado de maiores competências técnicas e atitudinais; assim sendo, “a preocupação de empregadores brasileiros ultrapassou as fronteiras da educação profissional, voltando-se, especialmente nos anos 1990, para a educação básica” (MORAES, 2003, p. 8). Essa preocupação gerou uma série de mudanças nos processos educacionais da educação básica brasileira. Importa frisar que essa preocupação não é algo recente, como já elencamos no tópico 2.2 do capítulo anterior. Moraes (2003, p. 8-9) ainda declara que

⁷⁶ Além do curso JEPP, outro exemplo de processo de educação criado com base nos estudos de Delors (1998) é a teoria dos Big Five. O que nos chamou a atenção é que as cinco dimensões da personalidade humana tratadas nessa teoria estão muito próximas ao que é proposto para as características do Comportamento Empreendedor estudados no curso JEPP. O site da agência de notícias Porvir explica que “aproximar o ambiente escolar do desenvolvimento de competências socioemocionais cria espaço para um aprendizado mais completo e tem impacto no bem-estar ao longo de toda a vida. Isso porque, segundo o pesquisador Oliver John, seres humanos são uma espécie muito sociável, como as formigas e as abelhas, e suas características podem, sim, ser aprimoradas antes e depois do período escolar”. Ainda, conforme pesquisas promovidas pelo Instituto Ayrton Senna (parceira dos estudos Big Five) e pela OCDE, os resultados já podem ser sentidos por meio dessa metodologia de ensino.

Informações retiradas de: <<http://porvir.org/especiais/socioemocionais/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Nessa perspectiva, muitas escolas no Brasil já estão engajadas a essa ideia, como é o caso da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC que, no ano de 2018, passa a utilizar a metodologia da “Escola da Inteligência”, que também trabalha o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Para mais informações, acessar o link: <<http://floripamanha.org/2018/04/escolas-em-floripa-passam-a-utilizar-a-metodologia-da-escola-da-inteligencia/>>.

importantes intelectuais que atuam em departamentos de educação de organismos multilaterais, assim como em instituições educacionais nacionais, publicaram artigos de ampla circulação alardeando que tais reformas e recomendações eram as melhores – se não únicas – alternativas para a resolução dos problemas da educação no país.

Retomar esse debate sobre a educação no Brasil comprova que esse assunto não se encerra, mas se acentua e se agrava a cada dia. A educação para o empreendedorismo para crianças a partir dos seis anos de idade está apenas entre as muitas mudanças que já estão postas à educação brasileira, tais como: a aprovação em 2016 da medida que congela por um período de vinte anos investimentos públicos para a educação e também para a saúde; a homologação, em 2017, da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no mesmo ano é sancionada a Reforma do Ensino Médio; é criado em fevereiro de 2018 o Programa Mais Alfabetização e, entre essas modificações, há outras que ainda estão por vir, como a medida que está em debate no Conselho Nacional de Educação (CNE) que poderá permitir que quarenta por cento das aulas do ensino médio sejam na modalidade a distância. Sem dúvida, essas mudanças nos processos de educação alteram significativamente a vida dos trabalhadores em todos os sentidos, conforme veremos em nossa análise documental dos livros didáticos do curso JEPP.

E nisso, a partir da compreensão de que o curso JEPP do Sebrae tem em suas bases a pedagogia das competências, no próximo item, desenvolvemos uma análise crítica referente ao material didático disponibilizado nas escolas para a formação dos estudantes e, desse modo, entender a sua fundamentação metodológica e pedagógica, e como se articula com a aprendizagem dos estudantes.

3.3 ANÁLISE DOS LIVROS DO CURSO “JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS”

Os estudantes que recebem a formação do curso JEPP, nas escolas citadas anteriormente, são na grande maioria filhos e filhas dos trabalhadores que trabalham na produção de maçã ou em outras atividades rurais do município de Fraiburgo. Destarte, por meio de uma análise na perspectiva da ontologia crítica, perspectiva teórica essa que

nos permite ir à gênese dos conceitos abordados no curso, buscamos compreender o conteúdo do curso JEPP diante da realidade concreta em que estão inseridos os estudantes.

Assim, nos tópicos seguintes realizaremos mais especificamente uma análise documental dos livros didáticos utilizados pelos estudantes para a formação no curso, denominado de “Livro do Aluno”. Referidos livros são confeccionados pelo Sebrae, perfazendo um total de nove livros, um para cada ano do ensino fundamental, do 1º ano ao 9º ano, melhor dizendo, são nove cursos específicos, que correspondem a nove anos de estudos sobre empreendedorismo. As principais bases teóricas que sustentam os livros⁷⁷ são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Principais livros de referências teóricas na construção dos livros didáticos do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos”

Autor	Livros de referência	Ano
Antunes	Jogos para estimulação das inteligências múltiplas	1998
Brotto	Jogos cooperativos	1997
Dolabela	Oficina do empreendedor (2008). Quero construir a minha história (2009)	2008 e 2009
Drucker	Inovação e espírito empreendedor: entrepreneurship. Prática e princípios	2006
Gadotti	Boniteza de um sonho: ensinar – e – aprender com sentido	2008
Lopes	Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas	2010
Morin	Os sete saberes necessários à educação do futuro	2000
Perrenoud	Construir as competências desde a escola	1999
Ramal	Como transformar seu talento em um negócio de sucesso: gestão de negócio para pequenos empreendimentos	2006

Fonte: Elaborado com base nos livros didáticos do curso JEPP do Sebrae (2011, 2012).

Os livros do 6º ao 9º ano foram publicados em 2011, e os livros do 1º ao 5º ano, em 2012. Os Quadros 7 e 8 apresentam dados referentes a cada um desses livros.

⁷⁷ Somente o “Livro do Aluno” do 8º ano não tem como referência bibliográfica os livros de Antunes (1998) e Ramal (2006).

Quadro 7 – Dados gerais dos livros do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” de 1º ao 5º ano

Ano	Título do livro	Ano de publicação
1º ano	O mundo das ervas aromáticas	2012
2º ano	Temperos naturais	2012
3º ano	Oficina de brinquedos ecológicos	2012
4º ano	Locadora de produtos	2012
5º ano	Sabores e cores	2012

Fonte: Elaborado com base nos livros didáticos do curso JEPP do Sebrae (2012).

Quadro 8 – Dados gerais dos livros do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” de 6º ao 9º ano

Ano	Título do livro	Ano de publicação
6º ano	Eco papelaria	2011
7º ano	Artesanato sustentável	2011
8º ano	Empreendedorismo social	2011
9º ano	Novas ideias, grandes negócios	2011

Fonte: Elaborado com base nos livros didáticos do curso JEPP do Sebrae (2011).

Exceto o “Livro do Aluno” do 8º ano, que está organizado da seguinte forma: conhecer e aprender a elaborar um projeto social, os conteúdos dos demais livros estão dispostos em forma de um percurso que os estudantes devem seguir, esse percurso é o chamado Plano de Negócios ou planejamento⁷⁸ (denominação que também aparece nos livros). Nos encontros do curso, os estudantes são convocados a desenvolver uma ação do “plano de negócios” e, entre essas ações, estão: identificar a oportunidade de mercado e o tipo de negócio, escolher um nome para o negócio, o local, quais produtos e serviços, quem serão os clientes e os concorrentes, estabelecer ações de produção, quais são os recursos materiais e financeiros e as parcerias para implantar o plano de negócios, definir como divulgar o negócio, distribuir tarefas entre os integrantes do negócio e, após aberto, avaliar os resultados e desenvolver o sistema de pós-venda (SEBRAE, 2012). E, entre essas ações ou passos do “plano de negócios”, os estudantes são

⁷⁸ O “Livro do Aluno” do 9º ano esclarece que “o planejamento para montar um negócio (uma empresa) é o que chamamos de plano de negócios” (SEBRAE, 2011, p. 15).

instigados em toda a trajetória do curso a desenvolver uma série de comportamentos, definidos como “comportamento empreendedor”. Porém, no curso do 8º ano, em vez do “plano de negócios” e do “comportamento empreendedor”, os estudantes aprendem a desenvolver um projeto social, e o empreendedor de negócios passa a ser o empreendedor social.

Num viés repleto de ludicidade, no sentido aqui de ensinar divertindo-se, de modo a familiarizar os estudantes com o tema, todos os livros do curso iniciam o primeiro encontro com uma apresentação por meio de alguns personagens. Em forma de história em quadrinhos e com uma linguagem adequada para cada faixa etária, esses personagens são a “Turma de Jovens Empreendedores” e servem de subsídio para a aprendizagem dos conceitos que os estudantes devem aprender durante o curso. Os personagens principais são representados como figuras de crianças para os anos iniciais e como adolescentes para os anos finais, mas todos com os mesmos nomes: a Pâmela, a Mieko, o Leonardo e o Maurício.

A presente análise documental tem como objetivos levantar os conceitos e assuntos que mais se repetem no “Livro do Aluno” de todos os anos. Os conceitos⁷⁹ são: Eficiência; Qualidade; Concorrência; Organização; Capricho; Esforço; Determinação; Persistência; Coragem; Criatividade; Aprender coisas novas; Boa ideia; Conhecer pessoas; Talento; Sucesso; Trabalho em equipe; Sonho; Economizar; Responsável, Ousado; Simpático; Transformação social e Persuasão. Realizaremos uma análise minuciosa, em primeiro lugar, dos livros de 1º ao 5º ano e, em seguida, dos livros do 6º ao 9º ano. Como já dissemos, em razão de alguns conceitos ou mesmo assuntos se repetirem, tanto nos cursos dos anos iniciais como dos anos finais, selecionamos partes de apenas alguns desses livros. Assim, nossa seleção teve como base identificar os conceitos que transitam por todo o processo formativo do curso, e evidenciar o que se prioriza, qual o discurso e como se configuram algumas das atividades propostas aos estudantes e o que se assemelha e se diferencia na proposta pedagógica de cada livro.

⁷⁹ No texto, os conceitos analisados estão em itálico e aqui estão escritos conforme foram retirados dos livros.

Presumimos que esses conceitos apresentados nos livros didáticos do curso JEPP fazem parte de um “vocabulário ressignificado”⁸⁰, não estão mais em seu sentido original. Moraes (2003, p. 158) explica que

termos e conceitos têm sido absorvidos pela pragmática retórica corrente. Uns foram naturalizados – o capitalismo, por exemplo –, alguns foram construídos, ressignificados, modificados ou substituídos por outros mais convenientes. O termo “igualdade”, entre outros tantos exemplos, cedeu lugar à “equidade”, o conceito de “classe social” foi substituído pelo “*status* socioeconômico”, os de “pobreza” e “riqueza” pela peculiar denominação de “baixo” e “alto” ingressos sociais. Destinado a assegurar a obediência e a resignação públicas, o pragmático vocabulário se faz necessário para erradicar o que é considerado obsoleto e criar novas formas de controle e regulação sociais.

E nisso, o intuito dessa análise é desvelar os principais conceitos da educação empreendedora do JEPP e investigar o que está por detrás dessa formação de modo a elucidar os sentidos contraditórios dos conceitos ensinados no curso. Acerca desses objetivos, observamos, em nossa análise que, na aparência, os conteúdos dos livros não objetivam outra coisa que não seja abrir uma empresa e ser um empreendedor ou, no caso do 8º ano, criar um projeto social em prol de melhorias para um problema social identificado em determinada comunidade, esses problemas podem estar relacionados à educação, à saúde, à cultura, ao meio ambiente, emprego, etc. A cada encontro do curso, os estudantes conhecem o passo a passo de como abrir uma empresa e ser um empreendedor e, no 8º ano, o roteiro de como elaborar um projeto social e aplicá-lo. Subtende-se que o Sebrae, como desenvolvedor do material didático, pressupõe que o curso deva fazer parte da escola como componente curricular, acompanhando todos os anos de ensino (anos iniciais e finais) de formação escolar do estudante e, nesse sentido,

⁸⁰ Termo utilizado por Moraes (2003) em seu texto *Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Cabe lembrar que a discussão de Moraes (2003) sobre “vocabulário ressignificado” é no contexto das reformas na educação brasileira dos anos de 1990 e não sobre os conceitos da educação empreendedora tratados nesse texto.

constrói uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem dos estudantes em todas as etapas, como veremos adiante.

3.3.1 Apontamentos sobre o material didático do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” – Ensino Fundamental I

De início, nos livros do 1º ao 5º ano, os estudantes são indagados na leitura do primeiro encontro com a seguinte pergunta: Mas o que é um jovem empreendedor? Que é respondido no livro do 1º ano da seguinte maneira:

Empreendedor é a pessoa que corre atrás dos seus sonhos, sem medo de errar. Você tem algum sonho, algo que deseja muito conquistar? Com a turma dos jovens empreendedores, você aprenderá que é importante acreditar em você, fazer amigos, trabalhar em grupo e se dedicar para fazer tudo muito benfeito. Também aprenderá que é importante primeiro pensar no sonho que você deseja conquistar e entender o que será preciso fazer para chegar lá! (SEBRAE, 2012, p. 8-9).

Nessa mesma perspectiva e utilizando quase as mesmas frases segue o livro do 2º e do 3º ano. Já os livros do 4º e 5º anos, caracterizam empreendedor como “a pessoa que define seus objetivos e age com *determinação* e *persistência* para alcançá-los. As pessoas empreendedoras buscam realizar os seus sonhos” (SEBRAE, 2012, p. 8, grifo nosso). Ainda, é afirmado, nesses mesmos livros, que “sonhar é importante, pois quando sonhamos e desejamos algo de verdade, nos dispomos a agir no caminho de conquistar o que esperamos. Não é mágica; é *esforço!*” (SEBRAE, 2012, p. 9, grifo nosso). E, no último encontro: “Avaliar os resultados”, do “Livro do Aluno”, do 4º ano, é apresentada a seguinte conclusão: “O empreendedor é aquele que planeja, é *criativo*, acredita naquilo que está fazendo e em seu potencial, é *responsável*, *ousado*, *simpático* e também valoriza o potencial da equipe” (SEBRAE, 2012, p. 103, grifo nosso). Com caráter de meritocracia, é veemente nesses livros as frases de convencimento a respeito do empreendedorismo como meio de “alcançar o sucesso”. É como se fosse possível, para realizar os sonhos ou concretizar objetivos na vida, seguir uma espécie de manual de instruções, sem levar em conta as questões objetivas postas na realidade em que esses sujeitos estão inseridos. Entretanto, essas ideias nada mais fazem do que

responsabilizar os sujeitos, colocando-os como únicos responsáveis pelo seu fracasso ou sucesso. A meritocracia “[...] está na base da proposta política liberal. [...] Para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um” (FREITAS, 2012, p. 383).

Os estudantes do 1º ano ainda estão em processo de alfabetização, mas isso não é nenhum impedimento para aprender a ser empreendedor. O Sebrae (2012) utiliza, para essa etapa de ensino, um material didático em forma de uma história que será contada pelo professor, e os estudantes, a cada encontro, acompanharão a viagem da “Turma de Jovens Empreendedores”. No decorrer dos estudos do empreendedorismo, a história se desenvolve por meio de pausas, nas quais os estudantes, nesses intervalos, deverão realizar atividades práticas, tais como: jogos, músicas, trabalhos manuais. Os trabalhos manuais são os produtos da loja que são produzidos pelos estudantes com auxílio do professor. No livro, essas tarefas recebem o subtítulo de “Vamos aprender fazendo!”, qualquer semelhança a Delors é mera coincidência! Assim, são propostas ao longo do curso receitas de essências, embalagens para os produtos, águas aromatizantes, chás, entre outros. Mas é importante frisar, e isso vale para os outros anos de ensino que também confeccionarão produtos, que só confeccionar os produtos não é o suficiente, os estudantes são orientados que, nesse processo, *eficiência* e *qualidade* são fundamentais, pois não basta produzir, deve-se pensar na personalização e atratividade desses produtos para a clientela. Essa metodologia de ensino do “Aprender fazendo” está nos estudos de Perrenoud (1999), um dos referenciais teóricos dos livros didáticos do JEPP. Perrenoud (1999, p. 54) afirma que

a formação de competências exige uma pequena “revolução cultural” para passar de uma lógica do ensino para uma lógica do treinamento (coaching), baseada em um postulado relativamente simples: constroem-se as competências exercitando-se em situações complexas.

Perrenoud (1999) deixa perceptível o tipo de formação defendida por ele, isto é, uma formação de treinamento de força de trabalho, meramente pragmática, e é exatamente nessa dinâmica que o curso JEPP foi formulado. É nítido o caráter adaptativo desta pedagogia. Trata-se de desenvolver as competências necessárias e exigidas pela realidade social

dos indivíduos (DUARTE, 2008). Muito embora é evidente que o mercado de trabalho e seus processos produtivos tenha valorizado no trabalhador não apenas o saber-fazer, mas também o saber-ser.

Ainda no “Livro do Aluno” do 1º ano, Filomena é uma outra personagem que aparece na história, ela orienta a Pâmela, a Mieko, o Leonardo e o Maurício como eles devem proceder para abrir uma loja de ervas aromáticas e, para isso, as crianças precisam primeiramente aprender o que é uma loja, o que são clientes, etc. Filomena conduz a “Turma de Jovens Empreendedores” e esclarece que, antes de abrir a loja, é essencial o planejamento. No planejamento, algumas questões devem ser definidas, como, por exemplo: Quando a loja será aberta? Em que lugar será montada a loja? Que produto será vendido? Como aprender mais sobre os produtos que serão vendidos? Como as pessoas vão ficar sabendo que a loja abriu? Quais serão os preços dos produtos? Quem serão os clientes da loja? Qual será o nome da loja? Quem também vende os produtos que venderemos? (SEBRAE, 2012). Segundo o livro (SEBRAE, 2012, p. 46),

planejar é pensar antes de fazer. É organizar tudo aquilo que precisa ser feito para que aconteça o que se espera. Planejar a festa de aniversário é pensar em tudo que é preciso organizar e decidir antes do dia da festa, para que ela seja um sucesso, que é o que você espera da sua festa de aniversário.

No Livro do 3º ano é asseverado que “aprender sobre o negócio que vamos montar é muito importante para conseguirmos sucesso. O empreendedor precisa saber planejar” (SEBRAE, 2012, p. 41). Desse modo, por meio de uma linguagem acessível e ao mesmo tempo com certo tom persuasivo e, até mesmo, utilizando exemplos da vida cotidiana das crianças, é que o Sebrae (2012) ensina os principais conceitos da educação empreendedora. Observamos em algumas passagens, e na perspectiva das questões descritas anteriormente, que, de modo enfático, o Sebrae (2012) expõe também que *concorrência* não é algo ruim, que concorrentes não precisam ser rivais, que inclusive concorrentes podem ser amigos. O “Livro do Aluno” do 3º ano descreve que “os concorrentes podem trabalhar em conjunto, dialogando e cooperando uns com os outros” (SEBRAE, 2012, p. 99) e o do 5º ano discursa que “muitas pessoas pensam que concorrentes são inimigos e devem fazer de tudo para “derrubar” um ao outro. Mas isto já faz parte

de uma ideia do passado” (SEBRAE, 2012, p. 58) e conclui, em páginas seguintes, que “os concorrentes não são inimigos e devemos agir com cooperação e respeito para que todos possam sair ganhando e aprendam em conjunto” (SEBRAE, 2012, p. 63). Sabemos que a concorrência é a palavra de ordem da sociedade capitalista e que, assim como as empresas disputam espaços a todo instante para se manter no mercado e obter sempre mais lucros, com os trabalhadores não é diferente. A busca para garantir a subsistência e melhores condições de vida do trabalhador e de sua família impulsiona-o a entrar nessa lógica, que é de concorrer com outros trabalhadores e, para isso, qualifica sua força de trabalho e desenvolve as aptidões necessárias para determinado processo produtivo. Então, não há como olhar o fenômeno concorrência como algo positivo, pois, como visto, essa sociedade é desigual e limita a vida dos sujeitos em todos os sentidos.

Palavras como *qualidade*, *organização* e *capricho* são descritas repetidas vezes e reafirmadas como importantes ao bom andamento de um negócio em diversas atividades propostas no livro do 1º ano. No livro do 2º ano, ao final da descrição das atividades de confecção de produtos, encontramos o enunciado de forma destacada “Capriche! A qualidade atrai o cliente”. E no do 3º ano, no início do Encontro 6: “Todos juntos com a mão na massa”, diz: “Continuaremos a exercitar nossa criatividade e imaginação. Os brinquedos precisam ter qualidade, beleza, e serem feitos com capricho para conquistar os clientes!” (SEBRAE, 2012, p. 56). Mas por que se preza por esses e tantos outros atributos na educação empreendedora do curso JEPP? E se esse estudante não vir a ser um empresário?

Já demonstramos em outros momentos que nessa sociedade não existem possibilidades de todos serem empresários, visto que um dos fatores primordiais que contribuem para isso é que ideias inovadoras necessitam de investimentos financeiros para serem colocadas em ação, o que de início já limita muitos potenciais empreendedores. Agora, o Sebrae (2012), como instituição que serve de intermediação de grandes capitais, desenvolveria um curso como o JEPP, para cumprir um único propósito, formar empreendedores? Pensamos que não, se analisarmos a essência desse curso, notamos que os seus objetivos não se limitam a formar um empresário de sucesso, mas as habilidades desenvolvidas no curso poderão possibilitar ao estudante também ser um trabalhador diferenciado, isto é, um trabalhador com perfil empreendedor. E, ainda assim, o que significa um “perfil” de empreendedor? Montenegro (2015), consultor empresarial do Sebrae, em seu texto publicado na biblioteca online do Sebrae, afirma que

não basta mais ter somente diploma de graduação e especialização para se destacar no mercado de trabalho. As empresas querem cada vez mais profissionais que tragam soluções inusitadas para seus problemas, sejam pró-ativos e inovadores, ou seja, que tenham um perfil intraempreendedor. Basicamente, eles querem que esses funcionários apliquem o comportamento empreendedor em prol da própria empresa (MONTENEGRO, 2015, p. 1-2).

Dessa forma, o curso JEPP cumpre também tal função, qualificar forças de trabalho conforme as demandas emergentes do mercado de trabalho atual. O chamado intraempreendedor⁸¹, que é o perfil procurado, é aquele trabalhador que não fica passivo em suas tarefas diárias, mas que pensa na organização e, principalmente, na qualidade dos serviços da empresa. Sobre o intraempreendedor, esclarece Coan (2011, p. 38) que

o efeito prático é o de fazer com que o trabalhador pense e atue como se fosse o dono da empresa, ou mais que isso, tratar a empresa como se fosse ela a sua cliente, satisfazendo seus interesses e fazendo progredir por meio de sua forma de agir comprometida, responsável e marcada por atitude proativa.

A todo instante são inculcados nos estudantes determinados comportamentos que eles devem ter perante algumas situações. Como podemos observar na atividade “Momento do Jogo” do livro do 2º ano, que apresenta o seguinte enunciado: Uma pessoa empreendedora tem algumas qualidades e um jeito diferente de ser! Durante esse jogo, você vai saber como um empreendedor precisa ser para buscar o sucesso! Use um dado e bom jogo! (SEBRAE, 2012, p. 41). O jogo sugerido é um jogo de tabuleiro que propõe ao jogador percorrer um percurso separado por casas. Em algumas dessas casas, o jogador depara-se com algumas características que um suposto empreendedor deve ter, e o vencedor é

⁸¹ Utilizado para designar aquelas pessoas que têm sonhos e realizam em qualquer espaço, sobremaneira, aqueles que criam e inovam algo dentro de qualquer organização; que transformam uma ideia numa realidade lucrativa (COAN, 2011, p. 61).

aquele que chegar primeiro à última casa. As características do empreendedor que aparecem no jogo são: *Vontade de trabalhar; Criatividade; Boa ideia; Coragem; Busca de recursos; Respeito a natureza; Espírito de equipe; Ser persistente; Aprender coisas novas; Conhecer pessoas; Saber planejar; Buscar a qualidade* (SEBRAE, 2012, p. 42, grifo nosso). Cabe salientar que a criatividade aqui descrita,

não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2008, p. 12).

A explanação de Duarte (2008) comprova o que foi indicado por nós, que os conceitos trabalhados pela educação empreendedora do JEPP estão metamorfoseados e fazem parte de um “vocabulário ressignificado”, são explicados baseados em uma concepção em favor de interesses da classe burguesa. E isso vale não apenas para o conceito de criatividade, mas para as outras características do empreendedor expostas (anteriormente) pelo Sebrae (2012), que nos permitem perceber que “a organização do trabalho tem priorizado não só o desdobramento operacional, mas também emocional e intelectual dos trabalhadores” (FIDALGO; FIDALGO, 2007, p. 20). Este tipo de trabalho “mais dinâmico, reflexivo e criativo, é o novo símbolo da expansão e mobilidade capitalista” (FIDALGO; FIDALGO, 2007, p. 21).

Entre as atividades e os conteúdos de cada “Livro do Aluno” de 1º ao 5º ano, os estudantes são convidados a participar de algum tipo de jogo ou brincadeira. Como a temática do 3º ano é “Oficina de brinquedos ecológicos”, e nas oficinas os estudantes devem produzir brinquedos, dessa forma, eles aprendem um pouco mais sobre a relevância de brincar e jogar. De acordo com o “Livro do Aluno” do 3º ano,

além de ser divertimento e distração, o jogo prepara a criança para a vida. Quando jogamos, aprendemos e respeitamos regras, nos relacionamos com outras pessoas e percebemos que perder e ganhar são situações que fazem parte da vida. Os jogos divertem, ensinam e surpreendem! Um jogo sempre pode ser jogado

novamente e ter um final diferente. Aliás, essa é uma das coisas boas em se brincar com jogos! E assim, jogando, brincando e se divertindo, podemos aprender muitas coisas! (SEBRAE, 2012, p. 69).

Com base nesse excerto, presumimos que a metodologia para o ensino fundamental do Sebrae pauta-se exatamente nessa linha de pensamento, pois não existiria uma maneira melhor de a criança aprender a não ser brincando e se divertindo e, ao mesmo tempo, colocar os estudantes em situações que compreendam que “perder” e “ganhar” fazem parte da vida. Todavia, de acordo com um dos referenciais metodológicos do curso JEPP, o jogo estimula a inteligência, mas “somente tem validade se usado na hora certa e essa hora é determinada pelo seu caráter desafiador, pelo interesse do aluno e pelo objetivo proposto” (ANTUNES, 1998, p. 40). E o Sebrae, em páginas seguintes do “Livro do Aluno” do 3º ano, deixa bem perceptível qual é o seu objetivo com os jogos, que é “aprender a trabalhar em equipe, a ouvir e se relacionar com os outros, a respeitar regras” (SEBRAE, 2012, p. 80) e outra vez reitera que ganhar e perder são coisas que fazem parte da vida.

Não desconsideramos a importância do jogo para a formação humana da criança em todas as suas fases, pois, “como toda atividade humana, o jogo tem relação com o desenvolvimento humano” (SOUZA, 2014, p. 229). A questão que se coloca, é como essa atividade é apresentada nas propostas do curso. Em outras palavras, o jogo nessa perspectiva, serve como instrumento que motiva e, ao mesmo tempo, facilita a aprendizagem dos conceitos que o curso busca que as crianças aprendam, uma vez que essa aprendizagem é permeada por modos de ser, de agir e de se comportar que nada mais faz do que amoldar os sujeitos as necessidades emergentes da sociedade.

No livro do 3º ano, no Encontro 8, cujo título é “Vivendo a vida como empreendedor”, no texto de apresentação, nomes, como de Walt Disney, Maurício de Souza e Beto Carrero, aparecem como exemplos de empreendedores que criaram produtos que divertem as pessoas e que eles ficaram reconhecidos por seus trabalhos. O discurso do texto é de que essas pessoas tinham um *sonho* e que possivelmente trabalharam muito para que ele se tornasse realidade. É contada no texto a história de Walt Disney que “desde criança foi muito criativo, cheio de imaginação e sempre teve otimismo e confiança nas próprias ideias” (SEBRAE, 2012, p. 83), e ainda que “ele usou seu *talento* para transformar seu

sonho em realidade. Isso é ser um empreendedor” (SEBRAE, 2012, p. 83, grifo nosso). No “Livro do Aluno” do 4º ano, mais uma vez Walt Disney é lembrado como empresário de *sucesso*, que sonhou, planejou e criou seu próprio negócio. Todavia, indagamos, será o talento suficiente para um indivíduo realizar um objetivo idealizado, ser um empresário empreendedor de sucesso? Ou será que se gostarmos do que estivermos fazendo, isso aumentará nossas chances de sucesso, como declara o livro do 4º ano?

Quando gostamos do que fazemos temos mais chance de sucesso. Isso não é fórmula mágica, veja só: Você vai se dedicar com mais vontade se gostar do que estiver fazendo não é mesmo? Os empreendedores procuram se identificar com as atividades que realizam, ou seja, buscam satisfação e realização pessoal e profissional com suas atividades (SEBRAE, 2012, p. 51).

Talento, sucesso, sonho, entre outros adjetivos, perpassam as propostas do curso que procura formar um sujeito com a tal postura empreendedora. Não cabe para o momento tentar compreender de que maneira o estudante recebe essas informações e como acontece a sua aprendizagem com relação ao conteúdo do curso, isso nos demandaria uma aproximação com esse estudante, talvez com seus familiares. No entanto, o que concerne à problemática deste estudo é compreender os conceitos internalizados pelo estudante por meio dessa forma de aprendizagem. Mas, sem desconsiderar quais são as questões objetivas e concretas que estão postas na realidade desse estudante. De acordo com Moraes (2009, p. 329),

na práxis social, o ser humano jamais tem condições de controlar todos os desdobramentos de suas ações; o resultado final pode ser até mesmo contrário às intenções originais, pois sempre dependem de fatores atuantes em determinadas circunstâncias (históricas, econômicas, naturais, culturais, etc.) que prevalecem sobre as intenções individuais.

A compreensão da autora deixa evidente que as ações dos sujeitos são determinadas histórica e socialmente. Há que considerar que nem todos os indivíduos dispõem das mesmas condições para se tornarem

empresários empreendedores de sucesso, como elenca o conteúdo do curso. Embora, alguns alcancem determinados resultados ao longo da vida, sabemos que a educação configurada pelo capital não permite as mesmas condições para todos, pois é extremamente caracterizada pela meritocracia.

Adjetivos como talento, sucesso, sonho podem ser apreendidos em sentido positivo que poderiam contribuir com a humanização, porém quando são apropriados pelo sistema capitalista tornam-se parte do projeto de educação estratificada que não é a mesma para todas as classes. O que se percebe é que criam expectativas na vida dessas crianças e adolescentes que o sistema social no qual vivem não consegue suprir e, assim, sonho, talento, sucesso, etc., tornam-se um grande pesadelo aos futuros jovens trabalhadores, pois nem todos têm as mesmas chances, os mesmos pontos de partida como de Walt Disney, Mauricio de Sousa, etc. E nisso, se faz necessário entender as gêneses desses sucessos, quais foram as condições objetivas de tais sujeitos para alcançar o sonho da riqueza. O conhecimento com compromisso histórico antes de problematizar a aparência do sucesso devia é demonstrar também a conjuntura que levou à realização de tal sonho e que, para isso acontecer, muitos trabalhadores são explorados todos os dias, pois a concorrência intercapitalista não permite o sucesso de todos.

Quando observamos que os livros do curso JEPP estão permeados por uma concepção de formar sujeitos para pensar de forma individual, intriga-nos a forma como é discursado o *trabalho em equipe* diversas vezes no “Livro do Aluno” do 4º ano e do 5º ano. No Encontro 6: “Dividindo as tarefas” do 4º ano, é alertado às crianças que, com o trabalho em equipe, “podemos aprender com nossos colegas, trocamos informações e a chance de termos melhores ideias é bem maior! (SEBRAE, 2012, p. 64). E ainda que, “quando trabalhamos em equipe somamos esforços e compartilhamos a responsabilidade por aquilo que será feito” (SEBRAE, 2012, p. 71), esta é inclusive uma etapa do Plano de Negócios, isto é, “dividir as tarefas entre a equipe de trabalho” (SEBRAE, 2012, p. 71). Esses, porém, não são os únicos excertos no livro que reafirmam a importância do trabalho em equipe. No livro do 5º ano dentro de um balão de comunicação é destacado “Você é importante para sua equipe” (SEBRAE, 2012, p. 104) e continua: “O professor vai propor um jogo bastante interessante para desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe, valorizando a participação de cada pessoa” (SEBRAE, 2012, p. 104). Embora se fale em trabalho coletivo nesses livros, isso é meramente um adorno, de uma aparente civilização. Todavia, compreender a gênese do trabalho em equipe tratado nesse

curso exige-nos retomar os estudos de Marx (1983) em *O Capital* que define que: “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1983, p. 259). Ao cooperar, o trabalhador supera os limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie, gera uma força total, o trabalho coletivo. Esse trabalho, na forma de cooperação, provoca uma verdadeira revolução no processo de trabalho, pois potencializa o trabalho, contribuindo, desse modo, para o aumento da produção e, conseqüentemente, para a extração de mais-valor.

No Encontro 7: “Tudo tem um preço” do livro do 4º ano, os estudantes, a partir de uma determinada atividade, são convocados a responder a algumas questões sobre preços. A primeira questão é: se “uma bicicleta saiu da fábrica pelo preço de R\$ 100,00 para o comerciante que a venderá aos seus clientes. Se você fosse o comerciante, por quanto a venderia? Eu venderia a bicicleta a R\$.....Por que você venderia por esse preço?” (SEBRAE, 2012, p. 73). Logo adiante, outras perguntas aparecem: Agora se você quer comprar uma bicicleta, entraria na primeira loja e compraria ou pesquisaria os preços mais adequados e a melhor forma de pagamento? Essas questões pressupõem que os estudantes devam aprender conteúdos relacionados à área empresarial, como faturamentos, lucros, preços de produtos, entre outros e, ao mesmo tempo, aprender a economizar, quando observamos na atividade “Momento do Jogo” desse mesmo encontro:

Faz de conta que você tem R\$ 500,00. Vá a uma loja e gaste o máximo que puder comprando o que quiser entre os itens abaixo. Você não deve ultrapassar o valor estipulado para suas compras. Anote os valores num papel e depois faça a soma. Ganhará o jogo quem comprar o maior número de itens e aproximar-se mais do valor estipulado para gastar, no tempo determinado pelo professor (SEBRAE, 2012, p. 76).

Abaixo da descrição da atividade, é destacado que “o objetivo deste jogo é aprender a planejar seus gastos dentro de limites” (SEBRAE, 2012, p. 76). No entanto, o que significa gastar dentro dos limites? Quem nos determina quanto devemos gastar? O Encontro: “Me dá um dinheiro aí! ” do “Livro do Aluno” do 5º ano sugere que

aprender a valorizar e lidar com o dinheiro é muito importante. Se você cuidar do seu dinheiro de um jeito responsável desde cedo, você terá chances de utilizá-lo para ajudar na realização de seus sonhos e desejos. E ainda *economizar* para fazer o que quiser: comprar livros, estudar no exterior, viajar, ajudar a família, os amigos, ajudar as pessoas necessitadas, enfim, tanta coisa! (SEBRAE, 2012, p. 77, grifo nosso).

Sem sombra de dúvidas, o curso do Sebrae dispõe dessa formação para educar financeiramente os trabalhadores que, além disso, serão os futuros consumidores, conforme exposto no mesmo livro: “Quando a criança é bem educada financeiramente, ela tem tudo para se tornar um adulto capaz de poupar e gastar com eficiência” (SEBRAE, 2012, p. 85). Sabemos que, para o capital, o endividamento também é algo bom, pois isso gera lucro com as taxas de juros, agora quando se excede a média de consumidores endividados isso passa a ser um problema, uma preocupação, desse modo, “a “educação financeira” surge como ideologia estratégica do capital financeiro, com o objetivo de manipular o consumo e controlar os riscos de inadimplência” (RIBEIRO, LARA, 2016, p. 340).

De acordo com Ribeiro e Lara (2016, p. 349), na instituição especializada em pesquisa e controle de crédito Serasa Experian, “em agosto de 2014 foi registrado o número de 57 milhões de pessoas com dívidas em atraso no Brasil. O conjunto de dívidas não pagas é crescente desde 2012”. Porém, em notícia publicada em março de 2018 pela mesma instituição, revela que, no início de 2018, o número de consumidores inadimplentes diminuiu e aponta que,

em janeiro de 2018, o número de consumidores inadimplentes no país era de 60,1 milhões. Na comparação com dezembro de 2017 (60,4 milhões), o índice teve queda de 0,5%, ou seja, a segunda consecutiva, já que em dezembro x novembro o indicador já tinha caído 1,15%. O montante alcançado pelas dívidas em janeiro deste ano foi de R\$ 265,6 bilhões, com média de quatro

dívidas por CPF, totalizando R\$ 4.420 por pessoa (SERASA EXPERIAN, 2018)⁸².

De modo a abranger a real situação, em síntese, economistas da Serasa Experian destacam que esses resultados se deram em decorrência de os consumidores terem utilizado o 13º salário para a quitação de suas dívidas em atraso e aproveitado os feirões de renegociação de dívidas e ainda que “a manutenção da inflação e dos juros em patamares baixos e a melhora gradual na situação da renda e do emprego favorecem o recuo da inadimplência” (SERASA EXPERIAN, 2018)⁸³. Essa justificativa oculta a crise recessiva pela qual passa o Brasil, conforme já salientaram Ribeiro e Lara (2016), com relação a outra queda de diminuição de inadimplência registrada em fevereiro de 2015, identificada por mais uma instituição especializada em pesquisa e controle de crédito no país, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Conforme os autores: “a tendência de queda na inadimplência nesse período é mais resultado da recessão econômica do que movimento da renda que possa livrar esse gigantesco contingente de trabalhadores da dependência moderna do crédito” (RIBEIRO; LARA, 2016, p. 350). À vista disso, educar financeiramente significa que o mesmo sistema que endivida a classe trabalhadora, disponibilizando cartões de crédito, empréstimos, financiamentos, etc., é o mesmo que coloca um curso de formação como o JEPP. Um curso que ensina como gastar o dinheiro, porém sem se endividar tanto e que aprendam desde a infância como se comportar como sujeitos da dívida, como sujeitos empreendedores.

O Comportamento Empreendedor é um dos eixos centrais da educação empreendedora do curso JEPP; porém, para a turma do 5º ano, esse é um tema estudado ressaltado em vários momentos do curso. No “Livro do Aluno”, é apresentada a história de Pâmela (uma das personagens do livro) que deseja tornar-se uma cozinheira e montar um restaurante como empresária quando for adulta. De acordo com o livro,

certamente não será do dia para a noite que isso acontecerá. Ela precisará estudar sobre o assunto,

⁸² Informações retiradas de: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-inicia-2018-em-queda-revela-serasa>. Acesso em: 22 maio 2018.

⁸³ Informações retiradas de: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-inicia-2018-em-queda-revela-serasa>. Acesso em: 22 maio 2018.

fazer cursos, praticar a arte de cozinhar, fazer várias receitas e oferecê-las às pessoas para que experimentem, corrigir e melhorar o que for necessário, aprender como montar uma empresa e estudar um pouco mais. Enfim, ela terá que fazer tudo isso e ainda outras coisas para se tornar uma cozinheira (SEBRAE, 2012, p. 14).

Mas, além disso, para alcançar seus objetivos, Pâmela “precisará colocar em prática e desenvolver alguns comportamentos” (SEBRAE, 2012, p. 14). Segundo o livro, “ela pode ir aprendendo e praticando estes comportamentos desde agora, afinal, estes comportamentos também serão importantes para outras situações do seu dia-a-dia” (SEBRAE, 2012, p. 14). E é exatamente esse um dos objetivos práticos do curso, desenvolver o comportamento empreendedor. Esses comportamentos são:

- Saber o que deseja alcançar.
- Planejar e acompanhar o que é preciso fazer para chegar até o objetivo determinado.
- Se esforçar e se empenhar para que dê certo.
- Seguir em frente na busca do objetivo mesmo que apareçam algumas dificuldades, e tentar de novo e de forma diferente caso algo dê errado.
- Buscar sempre fazer benfeito aquilo a que se propôs.
- Estudar e buscar informações constantemente sobre o assunto em questão.
- Avaliar e colocar boas ideias em prática.
- Fazer o que precisa ser feito usando criatividade.
- Trabalhar em equipe sempre que necessário, se relacionar bem com as pessoas em geral, saber mostrar a sua ideia ou atividade como algo interessante.
- Avaliar as informações e situações que surgirem para tomar decisões.
- Acreditar no seu potencial para alcançar seus objetivos e melhorar cada vez mais (SEBRAE, 2012, p. 14-15).

Ainda, de acordo com o livro, algumas pessoas já praticam alguns desses comportamentos, outras precisam desenvolvê-los e praticá-los. E em todos os livros de 1º ao 5º ano, para praticar esses comportamentos,

são utilizadas diversas propostas pedagógicas, como jogos, atividade de teatro, de desenhos, de perguntas abertas. Para finalizar a análise dos livros dos anos iniciais do ensino fundamental, pressupomos ser relevante selecionar ao menos duas perguntas do “Livro do Aluno” do 5º ano, que tratam do comportamento empreendedor, sendo a primeira: “Como você acredita que praticar estes comportamentos pode ajudá-lo no seu dia-a-dia?” (SEBRAE, 2012, p. 55). E a segunda: “O comportamento que você acredita que mais precisa fortalecer em sua conduta como um jovem empreendedor. O que fará para fortalecer este comportamento? ” (SEBRAE, 2012, p. 96). Essas perguntas são suficientes para compreendermos que o curso JEPP tem a finalidade de desenvolver comportamentos que vão além de funções laborativas dos futuros trabalhadores, mas quer que os sujeitos levem esses ensinamentos para gerir a própria vida e prepará-los a lidar em uma ordem social que está regulada de certa forma, sociabilidade essa, que é do capital.

3.3.2 Apontamentos sobre o material didático do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” - Ensino Fundamental II

Do mesmo modo como no “Livro do Aluno” do 6º ano, no livro do 7º ano, os estudantes devem produzir produtos para serem comercializados na “Feira do Jovem Empreendedor” ao final do curso. Trabalhos manuais é mais uma das tarefas para o estudante que se formará um empreendedor; nos livros, essas tarefas recebem o nome de “Momento de Produção”. Antes dessa etapa, os estudantes devem escolher um produto da eco papelaria no 6º ano ou um artesanato sustentável no 7º ano e escrever o passo a passo da produção desses produtos, pois, de acordo com o livro do 7º ano, “a produção ficará mais organizada” (SEBRAE, 2011, p. 59). E, com o passo a passo de produção, o trabalho pode ser dividido ou feito por uma única pessoa, “por exemplo, alguém cola, outra pessoa pinta e decora a peça, e assim por diante” (SEBRAE, 2011, p. 59). No “Livro do Aluno” do 6º ano, um dos momentos de produção é investigar como está a qualidade dos produtos confeccionados, e os estudantes precisam classificá-los entre produtos aprovados, produtos que precisam de retoques e produtos que precisam ser refeitos (SEBRAE, 2011). Caracterizada como produção em série e o processo de trabalho similar ao sistema fabril, os estudantes seguem o passo a passo de maneira a criar peças iguais e, mesmo assim, o “Livro do Professor” do 7º ano diz que os momentos de produção são essenciais no desenvolvimento da criatividade. Essa contradição revela a

linha absolutamente pragmática dessa formação. Os estudantes estarão trabalhando o tempo todo o fazer e não terão possibilidades de pensar a ciência, de descobrir, é um superficialmente conhecer. E, esse superficialmente conhecer corrobora para a construção de um modo dominante de pensar.

No 6º e no 7º ano, recomenda-se que os produtos confeccionados sejam feitos de materiais que normalmente seriam descartados no lixo. E, para a confecção desses produtos, na eco papelaria é utilizado todo tipo de papel e, para o artesanato sustentável, materiais como garrafas, retalhos de tecido, etc. Por meio dessas temáticas, no decorrer dos cursos, os estudantes aprendem ideias de como preservar o meio ambiente. Para tratar do assunto, o “Livro do Aluno” do 6º ano apresenta, entre algumas questões, a seguinte pergunta: “Será possível empreender e ainda contribuir com a preservação do meio ambiente?” (SEBRAE, 2011, p. 10). Vejamos uma das propostas do curso para os estudantes:

Cuidar do mundo?! Podemos fazer isso? Você pode sim contribuir para que tenhamos um mundo melhor. Uma das coisas que todas as pessoas, incluindo você e seus colegas de turma podem fazer é contribuir para que o mundo seja mais limpo e sofra menos com o volume de lixo que diariamente geramos (SEBRAE, 2011, p. 11-12).

As temáticas “meio ambiente” e “sustentabilidade” aparecem no “Livro do Aluno” do 7º ano.

Infelizmente nem todas as pessoas preocupam-se com a sustentabilidade, ou seja, em viver bem e também pensando no seu próprio futuro e nas gerações futuras. Ações como poluir o meio ambiente, jogar lixo em qualquer lugar, explorar injustamente outras pessoas, desperdiçar água e energia, comprar coisas desnecessárias e em excesso, entre outras, são ações que não mostram preocupação com a sustentabilidade, são ações de quem somente pensa em si e não pensa em todos (SEBRAE, 2011, p. 12).

O curso JEPP, de alguma forma, quer que os adolescentes se conscientizem dos problemas ambientais que se agravam e, ao mesmo

tempo, indica que as mudanças dependem de que cada um faça sua parte. Não é nova essa preocupação com o meio ambiente, o que tem promovido discussões nos mais diversos espaços e que, “de inúmeras maneiras, enfatiza-se a necessidade de tomar consciência dos problemas ecológicos e de buscar soluções para eles” (TONET, 2016, p. 205)⁸⁴. Todavia, qual seria a grande causa dos problemas ecológicos, seriam esses apresentados pelo curso, excesso de consumo e de lixo gerado pelas pessoas, talvez desperdício com energia, água? E, ainda, será a conscientização uma das soluções para o problema? Certamente que não, pois, como já mencionado, a consciência desenvolve-se fundamentada em relações sociais, é resultado da prática social. Tonet (2016, p. 211) esclarece que

não nos comportamos de maneira desrespeitosa para com a natureza porque temos ideias desrespeitosas em relação a ela, mas, ao contrário, temos ideias e comportamentos desrespeitosos porque determinadas relações objetivas nos levam a ter essas ideias e comportamentos. Isso mostra claramente que a prioridade não está na mudança das ideias, na conscientização, mas na transformação das relações sociais objetivas que produzem determinadas ideias. Se essas relações não forem modificadas, elas continuarão a produzir as mesmas ideias anteriores e, deste modo não haverá uma mudança significativa da realidade social.

Contudo, cair no equívoco de que o Estado ou pessoas conscientizadas poderão resolver os problemas ambientais é uma ilusão. “Independente de boas intenções de indivíduos, de grupos sociais, de empresas e/ou de governos, as leis do capitalismo continuam a reger a vida humana enquanto existir esta forma de sociabilidade” (TONET, 2016, p. 216). A acumulação do capital depende da exploração da natureza, uma vez que, como tudo, a natureza também se transforma em mercadoria. Assim sendo, uma educação ambiental que

⁸⁴ De modo algum estamos afirmando que a educação ambiental é algo ruim, mas a intenção aqui foi a de levantar a maneira como o curso JEPP trata desse assunto.

pretenda fazer não apenas um discurso moralista e bem intencionado, mas contribuir efetivamente para um enfrentamento sério dos problemas ecológicos deve levar a uma compreensão das causas mais profundas desses problemas e da real solução deles. Isto implica a compreensão de como se autoconstrói, desde as suas origens, o ser humano, em íntima conexão com a natureza; de como a entrada em cena da propriedade privada implica uma profunda transformação nas relações entre o homem e a natureza e, de modo especial, como a lógica de reprodução do capital, ao mesmo tempo que desenvolve em escala jamais vista as forças produtivas, também agrava exponencialmente esses problemas (TONET, 2016, p. 218).

Revelar a essência dos problemas ambientais nem de longe é o intento dessa educação ambiental, pois não interessa ao Sebrae que a criança ou o adolescente conheçam as mediações da ciência e do conhecimento, mas o seu objetivo é trazer a ideologia do capital, um pôr teleológico secundário⁸⁵, que orienta comportamentos que se consubstanciam a formas de ser e agir na sociabilidade. Cabe salientar, ademais, que tal ideologia posta incumbe a responsabilidade dos cuidados com a natureza apenas aos sujeitos e não ao sistema dominante.

Nesse viés, iniciam-se no curso do 8º ano os estudos sobre “empreendedorismo social”. O empreendedor social é aquele que identifica um problema social em uma determinada comunidade e planeja em conjunto com as pessoas envolvidas as soluções para mudar essa realidade. De acordo com o “Livro do Aluno”, o objetivo do empreendedor social “é a *transformação social* gerada pelo impacto social de uma ação desenvolvida” (SEBRAE, 2011, p. 25, grifo nosso). O que não está no livro é que ações sociais são as novas estratégias das empresas para se manter no mercado competitivo, uma vez que essa iniciativa torna, então, a empresa reconhecida pelos consumidores. Essas ações foram denominadas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Na compreensão da consultora legislativa Luciana da Silva Teixeira (2004, p. 5), “os consumidores passam a identificar as

⁸⁵ É uma relação mediada, em que “o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens” (LUKÁCS, 2013, p. 83).

empresas que apoiam causas sociais e ambientais como sérias e comprometidas e a preferir os seus produtos a outros de mesma qualidade e preço”. Desse modo, como instrumento de marketing, os programas de RSE têm impulsionado muitas empresas a desenvolver atividades sociais

executadas seja na forma de repasse de recurso financeiro para entidades já existentes, seja na forma de criação de ONGs sem fins lucrativos para desenvolver atividades determinadas ou para atender a grupos sociais específicos, ou pelo estímulo a que seus funcionários e demais pessoas da comunidade atuem voluntariamente em favor de uma causa social (SOUZA, 2008, p. 84).

Um exemplo dessas iniciativas, com grande dimensão no Brasil e inclusive com influência direta nas políticas públicas para a educação, é o movimento Todos pela Educação (TPE)⁸⁶, que se autointitula como movimento da sociedade brasileira. O TPE foi fundado em 2006 por um grupo de empresários que “começou a sua mobilização no sentido de agregar empresas interessadas no investimento social privado em educação” (MARTINS, 2013, p. 47). Atualmente, o TPE conta como mantenedores as instituições DPaschoal, Fundação Bradesco, Itaú Social, Fundação Telefônica/Vivo, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Fundação Lemann, Suzano Papel e Celulose, Instituto Península, Instituto Natura, Gol – Linhas Áreas Inteligentes, Instituto Votorantim, Instituto Cyrela e parceiros, como o Grupo ABC, Editora Moderna, Fundação Santillana, Friends Audio, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), PATRI – Políticas Públicas, Fundação Roberto Marinho, Falconi – Consultores de Resultado, J. Walter Thompson – Brasil e o Movimento Arredondar⁸⁷. De acordo com o documento do TPE, denominado de “*Relatório de Atividades de 2017*” (2017), a missão do movimento é contribuir para que seja assegurada às crianças e

⁸⁶ Embora o Todos Pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação (EVANGELISTA, LEHER, p. 7-8).

⁸⁷ Informações retiradas de: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pagina-inicial/>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

jovens uma Educação Básica Pública de qualidade e, para isso, tem atuado “principalmente nas áreas de Políticas Docentes e de Financiamento da Educação Básica pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017, p. 4).

No entanto, retomando nossa análise, existem dois aspectos a serem observados na formação do empreendedor social do 8º ano. Primeiro, que é um curso que tem em vista que alguns dos estudantes que recebem a formação poderão vir a ser empresários empreendedores; assim sendo, no curso, eles serão provocados com discursos humanitários para a questão de problemas sociais e conhecerão os princípios básicos para uma ação social, que é desenvolver um projeto social. Segundo, se esse estudante não se tornarem empresários empreendedores, serão vendedores de força de trabalho, e o trabalho voluntário em causas sociais poderá igualmente ser um dos diferenciais no momento da contratação desse trabalhador pela empresa. Para esse problema, Souza (2008, p. 86) assevera que “passa a ser recomendável que inclusive os que ainda possuem emprego desenvolvam trabalho voluntário e o vinculem às ações de responsabilidade social da empresa com a qual possuem contrato”.

Contudo, com essa explanação, é possível compreender que por detrás dessa solidariedade e dessa preocupação com a humanidade, quando até mesmo se fala em transformação social no curso, estão ocultos interesses mais amplos. De um lado, porque, para o empresariado,

o progressivo esgotamento da capacidade do Poder Público em fazer frente às demandas sociais, aliado ao aumento da desigualdade social (decorrente da não-distribuição da riqueza produzida) e ao desemprego estrutural, causam uma forte tensão social, que, no limite, pode pôr risco a manutenção do próprio sistema capitalista. Esse fator obriga o desenvolvimento de medidas paliativas para atenuar essa tensão, por parte daqueles que têm interesse na manutenção desse modo de produção (SOUZA, 2008, p. 83).

Cabe lembrar que essas medidas, além disso, criam a ideia da eficiência da iniciativa privada e da ineficiência do Poder público (SOUZA, 2008). E, por outro lado, como já dito, ações sociais destacam a empresa no mercado e potencializam o aumento de lucros. Por volta do início do século XX, por ter pouca concorrência, as atividades das

empresas direcionam-se apenas para a produção (TEIXEIRA, 2004). Porém, a concorrência aumentou, os graus de exploração da natureza também, o que exigiu tanto das grandes quanto das médias empresas novos posicionamentos perante essas demandas e, ainda assim, continuar a obter lucros, por isso, a relevância dos programas de RSE.

No mundo dos negócios, todos sabem que o marketing⁸⁸ é um instrumento essencial para expandir-se no mercado. No curso JEPP, as crianças e os adolescentes aprendem ações de marketing, até mesmo no 8º ano, que não é um curso para abrir uma empresa, os adolescentes devem divulgar e fazer propaganda do evento onde serão apresentados os projetos sociais desenvolvidos e, nessa situação, desenvolvem mais um dos comportamentos empreendedores que é o da *persuasão*. O “Livro do Aluno” do 6º ano traz uma definição para a palavra marketing: “A palavra inglesa “market” quer dizer mercado. A terminação “ing”, na língua inglesa, indica ação. Assim, uma tradução possível para marketing poderia ser “mercado em ação”, ou melhor dizendo, agindo junto ao mercado” (SEBRAE, 2011, p. 95). Por conseguinte, a propaganda não é a única ação de marketing, mas outras ações podem ser consideradas, como: oferecer um brinde ao cliente ou mesmo as atividades de RSE.

Não há, no entanto, como discorrer a respeito de marketing sem citar a concorrência, pois o primeiro existe em decorrência do outro, e essa é mais uma das razões por compreendermos o conceito de concorrência somente em seu sentido negativo. Ademais, para desenvolver uma boa ação de marketing, um elemento é básico, a *persuasão*, quer dizer, a pessoa empreendedora terá de ter argumentos convincentes na comunicação com as pessoas (SEBRAE, 2011). Mas o que significa preparar os sujeitos para o convencimento da subjetividade, refere-se só mesmo a ações dentro do marketing? Pressupomos que não, pois em uma sociedade desigual em que os sujeitos no mercado de trabalho são selecionados inclusive por atributos comportamentais, prepará-los para serem persuasivos só é mais um dos quesitos de sobrevivência na dinâmica dessa sociabilidade.

A regra é clara no “Livro do Aluno” do 9º ano, conforme é exposto:

Para entender melhor como é que age uma pessoa empreendedora, independente de ter um negócio

⁸⁸ O marketing encontra-se no processo de circulação de mercadorias e é fundamental para a produção do valor.

ou da atividade profissional a que se dedique durante a sua vida, conheça dez características que mostram como se comportam os empreendedores (SEBRAE, 2011, p. 12).

Nesse sentido, a formação do curso JEPP vai muito além de formar sujeitos que poderão ser empresários com comportamentos empreendedores, mas também tem em vista induzir os estudantes por uma ideologia de consenso⁸⁹, que tem, entre os seus objetivos, educar sujeitos afáveis e disciplinados e que os impossibilite de ver as contradições.

3.3.3 Da formação de empregados para a formação de empregadores: breves considerações

Dolabela (2008), autor de um dos referenciais teóricos dos livros didáticos do curso JEPP, afirma que formar para ser empregado é algo que está exaurido, faz parte do passado. Logo, seria equívoco pensar que todos os formados para ser empregadores, então serão empregadores. O discurso de Dolabela (2008) oculta as demais propostas da formação para o empreendedorismo, visto que não é somente formar para ser empregador, “dono do seu próprio negócio”, pois, como vimos em nossa análise, é, além disso, propagar a ideologia do sistema vigente. Nas palavras de Dolabela (2008, p. 29):

Em uma economia movida pelas grandes empresas e pelo Estado, nada mais natural do que formar empregados. Este modelo, dirigido à criação de empregados para as grandes empresas, cumpriu sua missão. Esgotou-se, porém, diante das profundas alterações nas relações de trabalho e na produção. Ao terem seu eixo deslocado para os pequenos negócios, as sociedades se vêm induzidas agora a formar empregadores, pessoas com uma nova atitude diante do trabalho e com uma nova visão do mundo.

⁸⁹ Conforme Gramsci (1989, p. 18), consenso são as “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”.

Na aparência, a formação para ser empregador é a base do curso JEPP, embora, para o trabalhador que não for empregador, os comportamentos empreendedores aprendidos lhe possibilitarão ser o novo trabalhador, aquele que inova e busca soluções para a empresa, que “vestirá a camisa da empresa” e que se sentirá parte do negócio como “colaborador” e não mais como trabalhador.

Nessa perspectiva, Dolabela (2008) defende que as crianças e jovens devem ser educadas com novos valores. De acordo com o autor (DOLABELA, 2008, p. 28),

se no passado – e ainda hoje – desenvolvemos grande habilidade em inculcar em nossos filhos e alunos valores como emprego, estabilidade financeira e nível universitário como instrumentos fundamentais de realização pessoal, temos agora a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e produzir riqueza, coragem de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.

Não por mera coincidência Dolabela cita como valores sociais essenciais para a contemporaneidade, valores que emergem de uma educação para o empreendedorismo e, entre esses valores, está o de ter a capacidade de gerar o próprio emprego. Dessa forma, a educação empreendedora torna-se uma alternativa mesmo de adaptação desse futuro trabalhador, caso fique desempregado.

Sobre o desemprego no Brasil, dados recentes da agência de notícias⁹⁰ do IBGE indicam o seu crescimento no primeiro trimestre de 2018. Segundo a notícia, foi registrado, em março de 2018, um total de 13,7 milhões de brasileiros desempregados. E, conseqüentemente, na mesma proporção que aumenta o desemprego, cresce também o número de trabalhadores informais (sem direitos trabalhistas), que, sem nenhuma saída, decidem trabalhar por conta própria. Nas palavras de Fontes (2017, p. 48), o desemprego

⁹⁰Informações retiradas de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

[...] é a ameaça maior para a população privada das condições de existência. Ele continua sendo a expressão mais clara do despotismo do capital, maneira de disciplinar enormes massas de seres sociais, e deriva de dois processos principais: a permanência de expropriações, produzindo mais seres necessitados de vender força de trabalho em concorrência com os “empregados”, e a introdução de maquinaria e tecnologia, que dispensa força de trabalho.

E, para essa tendência que já está posta de que o trabalhador poderá não ter emprego, conseguir vender sua força de trabalho, o curso JEPP atende às pretensões de Dolabela (2008) e ensina aos estudantes que existem outras formas de trabalho e que podem desenvolver, conforme as palavras do autor (DOLABELA, 2008, p. 28) a “capacidade de gerar o próprio emprego”. Assim no curso, o fenômeno do desemprego, passa a ser visto como algo normal e, ao mesmo tempo, faz os estudantes reconhecerem-se como empresários, “donos do seu próprio negócio”, mas não como trabalhadores. O objetivo está em convencer o trabalhador,

de modo a fazê-lo perceber-se, ilusoriamente, ele próprio como um capitalista como aqueles que detêm os meios de produção, o que é corroborado com a difusão das teses do fim das classes e do trabalho sob a forma histórica do emprego (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2012, p. 30).

Dessa maneira, o curso com sua concepção de formação tem clara função de conformação ao desemprego e de desarticular a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, pois são fortalecidos “os processos de aprendizagem que isolam a criança da vida e, portanto, das contradições sociais existentes na vida, difundindo a meritocracia como base explicativa do funcionamento social” (FREITAS, 2014, p. 53). A maneira persuasiva de abordar os conteúdos do curso pode fazer com que os estudantes os aceitem como únicos e incontestáveis, sem expor o quão desigual é a sociedade na qual vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação. A educação das crianças bem pequenas para que caminhem de forma ereta, para falar, para atuar no interior da assim chamada ordem, para evitar contatos perigosos etc. etc., no fundo nada mais é do que a tentativa de formar aquelas possibilidades (e reprimir as não correspondentes) que pareçam socialmente úteis e vantajosas para a vida daquele que será um dia um adulto (LUKÁCS, 2010, p. 224).

Historicamente a educação tem sido eleita como essencial para a reprodução da sociabilidade capitalista, uma vez que sua finalidade não se restringe a formação de trabalhadores para o mercado, mas também, desenvolver nos indivíduos comportamentos que lhes conformem e os adaptem a essa forma social. São comportamentos predeterminados de modo a orientar os indivíduos como eles devem agir na sociedade. Diante disso, o indivíduo saberá como se comportar com relação à natureza, com relação às suas perspectivas e projetos de vida, ao trabalho, ao consumo dos meios de subsistência, isto é, a todos os aspectos que o torna um sujeito social, porém, de acordo com o que se determina ideologicamente pelo capital, para favorecer sua função prática de reprodução.

A educação brasileira, em grande parte de sua trajetória, tem se direcionado com base em recomendações de organismos multilaterais de maneira a suprir as exigências do mercado mundial, que incide num processo de profundas alterações em suas políticas educacionais no passar dos anos e processos eleitorais. Nesse contexto, a educação expressa cada vez mais um ensino pragmático nos diferentes níveis de ensino, seja, por exemplo, num reformado ensino médio, que prioriza a formação técnica profissional dos estudantes e secundariza as outras áreas do conhecimento (artes, sociologia, filosofia, expressões corporais), alegando ser esse um dos caminhos para a melhoria da

educação brasileira⁹¹, seja numa educação para o empreendedorismo com caráter totalmente meritocrático. No caso da educação empreendedora, esta tem tomado amplas proporções e adentrado nas instituições de ensino em todos os níveis e, especificamente, nas instituições públicas, com a justificativa de que é preciso, para a contemporaneidade, formar pessoas empreendedoras e que se comportem como empreendedores.

Nesse sentido e considerando atualmente a relevância do tema empreendedorismo na educação é que se objetivou nesta pesquisa, entender o que é caracterizado como comportamento empreendedor e qual é a base explicativa para os conceitos trabalhados durante o processo de formação do curso JEPP. Assim sendo, centramo-nos em levantar os principais aspectos da educação empreendedora do curso, diante da realidade concreta dos estudantes, com a finalidade de compreender quais são as implicações dessa formação para os estudantes, mais especificamente aqueles de algumas escolas públicas municipais de Fraiburgo, onde o curso foi aderido. Dessa maneira, consideramos que as implicações de uma educação empreendedora no modelo de educação para o capital tem se mostrado quase sempre como uma negatividade à vida dos trabalhadores, pois se cria uma ilusão de que o desemprego não deve ser visto mais como um problema, desde que o trabalhador enxergue isso como uma oportunidade, que tenha ideias e coloque suas ideias em ação. Contudo, numa leitura adequada do real, essa expectativa construída pode ser obstáculo aos trabalhadores.

Outro ponto a ser destacado é que, de um lado, o curso JEPP foi um serviço terceirizado pela SME do município de Fraiburgo; porém, quando analisamos esse curso na escola, por outro lado, é evidente o movimento de privatização⁹² dentro da escola pública. Não estamos levantando a afirmação de que o Sebrae, com a implementação do curso nas escolas públicas, passa a ter responsabilidade sobre a gestão dessas instituições, de modo algum, mas de que o produto (o curso) oferecido às escolas, construído pelo Sebrae, é um material pronto e fechado (“Livro do Aluno” e “Livro do Professor”), e não permite muitas alterações dos professores no processo formativo.

⁹¹ Novo Ensino Médio. Informações no link: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>.

⁹² “É definida como a transferência, para o setor privado, da propriedade de dado setor público com vistas a transformá-lo em uma instituição de e para o mercado” (ADRIÃO; BORGHI, 2008, p. 101).

Os professores passam por uma chamada “capacitação” para trabalhar o curso em sala de aula, no desenvolvimento do curso na escola acontece um acompanhamento e monitoramento por coordenadores do Sebrae e ao final é realizada uma avaliação de resultados com todos os envolvidos na formação. E, mesmo que o documento *Manual de Operacionalização – Guia do Gestor Estadual* (2012) afirme que

a metodologia do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) é vivencial e semiaberta e proporciona à escola e aos professores a oportunidade e liberdade de fazer adequações do tema, de forma a contextualizar eficazmente o Curso à realidade local e dos alunos (SEBRAE, 2012, p. 11).

Essas adequações que o documento apresenta, na realidade, são limitadas, pois, no exemplo dado, acompanhado da citação, está bem claro o que é admitido alterar nessa formação. O exemplo citado é de que, quando o professor for trabalhar o tema “O mundo das ervas aromáticas” com os estudantes do 1º ano e não havendo na região as ervas indicadas no livro, ele pode adaptar e propor outras ervas que sejam fáceis de serem encontradas em sua localidade. Então, mesmo que o professor queira trabalhar de forma diferenciada, essa formação o restringe, pois não há como intervir muito no processo de ensinar e na metodologia de ensino.

Dessa maneira, são impostas configurações da organização do trabalho docente na escola que se expressam de forma condicionada pelo Sebrae em todas as etapas de formação. Nessa perspectiva, perde-se a autonomia do professor em gerir a aprendizagem de seus estudantes e também a autonomia da escola em permitir formas de ensinar que venham ao encontro da realidade de seus estudantes, pois é o Sebrae quem decide o que ensinar e como ensinar, impondo uma forma de currículo e, ao mesmo tempo, com conhecimentos com base em sua própria compreensão de mundo. Segundo Peroni (2008, p. 125), “a gestão democrática fica muito prejudicada quando [...] as tarefas são definidas por um agente privado”.

E, no mesmo viés do curso JEPP, inúmeras outras propostas são aderidas pelas escolas públicas atualmente, só para citar algumas delas, a SME do município de Fraiburgo já adotou o Sistema de Apostilamento

Sistema Família e Escola (SEFE)⁹³, um sistema produzido por uma empresa privada de educação que dispõe de todo um conjunto de materiais didáticos tanto para os estudantes quanto para os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Cabe enfatizar que o SEFE⁹⁴ assegura em sua página online, que sua proposta se destina às escolas da rede pública de ensino. Outra proposta identificada, mas que acontece somente nas escolas da área rural do município, é o “Projeto Escola no Campo”. O “Projeto Escola no Campo”, em parceria com a empresa multinacional Syngenta e a Cooperativa Agropecuária Camponovense (COOCAM), tem como principal intuito “formar agentes ambientais, contribuintes no desenvolvimento sustentável das comunidades do campo através da qualidade na educação, integrando iniciativas de saúde, segurança alimentar, agricultura e outras” (ESCOLA NO CAMPO, 2018)⁹⁵. As gestões educacionais são influenciadas por esses produtos que prometem qualidade (PERONI, 2008); dessa maneira, intervenções na educação pública por parte do setor privado tem atingido proporções cada vez mais alarmantes. Mas de que qualidade se está falando?

São questionamentos semelhantes a esse que nos instigaram a investigar no curso JEPP o que está para além de discursos e conceitos atraentes e sedutores como esses, que prometem formar sujeitos protagonistas de sua própria história, como realizar sonhos, o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões ou ainda um curso que assegura formar agentes transformadores da sociedade. Esses discursos estão obscurecidos, e os seus reais sentidos e objetivos encontram-se ocultos; assim sendo, analisar os livros didáticos do curso JEPP permitiu-nos aprofundar teoricamente a sua essência e entender em qual contexto foram apresentados. Podemos afirmar que, por meio da perspectiva teórica crítica acerca da relação entre trabalho e

⁹³ Dissertação de Mestrado recentemente defendida: SOUZA, Elodir L. “Sistema de apostilamento: Uma das estratégias de intervenção do capital na educação e uma ofensiva contra a proposta de educação do MST”. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha Trabalho e Educação. UFSC. 2017. Em sua dissertação Souza (2017) analisa a implementação do SEFE em uma escola do município de Passos Maia/SC.

⁹⁴ Para mais informações, partilho o link: <<http://www.sefesistema.com.br/index.php>>.

⁹⁵ Informações retiradas de: <<https://projetoescolanocampo.blogspot.com>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

educação, é possível demonstrar o que esse tipo de educação representa para o trabalhador.

No decorrer do estudo, a pesquisa foi organizada e escrita em três capítulos com os seguintes temas: aspectos onto-metodológicos: contextualizando o objeto de pesquisa; o trabalho e as interferências na formação dos trabalhadores; ensino para o empreendedorismo: possíveis desdobramentos da educação empreendedora.

Em *Aspectos onto-metodológicos: contextualizando o objeto de pesquisa*, desenvolvemos o contexto da construção do objeto de pesquisa e conhecemos algumas das contribuições acadêmicas referentes à temática de estudo. Apresentamos, como foi explicitado, a relevância do método na pesquisa científica e estabelecemos como método da pesquisa o materialismo histórico-dialético. Isso pois, por intermédio do método dialético do conhecimento, os fenômenos são explicados com base em sua gênese e orientam o homem em sua atividade prática e cognoscitiva (SHEPTULIN, 1983). Realizamos uma síntese de alguns fundamentos do processo do conhecimento, e entre os principais fundamentos estão: a vida cotidiana, o papel da consciência, as abstrações, as generalizações e as categorias.

Tal exposição permitiu-nos superar a mera particularidade do objeto a ser pesquisado e traçar os seus elementos essenciais e notar as contradições existentes na educação empreendedora do curso JEPP. Porém, o conhecimento não é algo absoluto, uma vez que os fenômenos não permanecem estáticos, mas têm historicidade e estão em movimento. “O conhecimento em seu sentido amplo é fundamental para compreender a existência, além de ser parte fundamental do trabalho” (TORRIGLIA, 2012, p. 86). Todavia, quando refletimos sobre os tipos de conhecimentos reproduzidos no curso JEPP, não há dúvidas de que foram construídos fundamentados em uma lógica dentro de um projeto muito claro de sustentação do sistema capitalista e cujos princípios são a subsunção dos trabalhadores ao capital. Entretanto, é um conhecimento superficial que induz a uma leitura de mundo, isto é, deforma a realidade e reduz o mundo em uma única dimensão e aspecto (KOSIK, 2002).

Partindo desse pressuposto seguimos nossas análises no capítulo *O trabalho e as interferências na formação dos trabalhadores*. Nesse capítulo, consideramos que, no processo histórico, o trabalho e os processos educacionais se coadunam às modificações econômicas e sociais da sociabilidade. E a educação empreendedora do curso JEPP como parte da totalidade social não está nas escolas ao acaso, mas corresponde a um processo demandado pelo sistema emergente. A propaganda do empreendedorismo em uma sociedade que se mantém

sobre intensas crises e que a todo momento reorganiza a sua base produtiva e econômica não está sendo imposta aos trabalhadores como alternativa para que enfim possam estar livres do mercado de exploração da força de trabalho ou para promover ambientes de trabalho mais harmoniosos, mas porque, para o sistema do capital, o trabalho do empreendedor tem suas vantagens, visto que contribui também e de diferentes formas para ampliação e valorização da lei do valor.

E no último capítulo – *Ensino para o empreendedorismo: possíveis desdobramentos da educação empreendedora* – desta dissertação, à vista do que explicitamos no capítulo anterior, buscamos enfatizar em que contexto social e econômico o curso JEPP foi implementado em algumas escolas públicas municipais de Fraiburgo. Os estudantes das escolas de Fraiburgo que estudam nessas escolas são da classe trabalhadora; desse modo, nosso esforço foi o de refinar a compreensão sobre todos os aspectos que envolvem educar para o empreendedorismo, na especificidade da formação do curso JEPP. Para tanto, “apesar de todas as suas limitações, a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber” (KUENZER, 1995, p. 190). Contudo, ao se deparar com uma formação na escola como a oferecida pelo curso JEPP, essa alternativa fica comprometida, já que ficou nítido que a aprendizagem no curso fica num meramente conhecer os fenômenos sociais e da natureza.

Mas, por que uma educação empreendedora somente nesse momento para algumas escolas públicas municipais de Fraiburgo ou mesmo por que incentivos ao empreendedorismo em cursos para os jovens conforme analisamos na tese de Martins (2016)? A produção de maçã necessita de muitas forças de trabalho; entretanto, com o enfraquecimento desse processo produtivo, o município de Fraiburgo precisou adequar-se economicamente a outras alternativas. Muitos trabalhadores se deslocam a municípios vizinhos para encontrar emprego, e outros precisam procurar outras opções de trabalho. Dessa maneira, os processos de educação destinados aos filhos e filhas dos trabalhadores devem estar alinhados a esse atual cenário.

Sabemos, conforme Torriglia (2004, p. 265), que “a empiria não basta nem é suficiente para dar conta da complexidade do ato educacional, do ensino e aprendizagem e da formação”. No entanto, o processo de análise de documentos (livros didáticos do curso), como parte empírica e em movimento do objeto, levaram-nos a perceber que conformar para o desemprego, oferecendo ao trabalhador uma ideia de empreendedorismo ou preparar um trabalhador com comportamentos

predeterminados (trabalhador de novo perfil) ao mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo é uma maneira de “[...] ocultar as determinações econômicas, políticas e sociais que viabilizam as formas de exploração e dominação para a reprodução do capital” e, ao mesmo tempo, imputar “[...] ao indivíduo a responsabilidade pelas condições adversas do mercado de trabalho” (TURMINA; SHIROMA, 2011, p. 8).

Portanto, as compreensões apresentadas na análise do curso JEPP possibilitaram-nos compreender a gênese dessa formação, dado que educar para o empreendedorismo está muito além de formar para ser somente um empreendedor. Nesse sentido, torna-se necessário reafirmar que o curso, com sua concepção de formação, objetiva tanto reforçar a ideologia dominante quanto qualificar força de trabalho de acordo com o que se exige no mercado.

Importante salientar que, no percurso deste estudo, novas perguntas surgiram e que podem se desdobrar em futuras pesquisas. Desse modo, questionamos: Que leitura fazem os sujeitos (professores, estudantes, familiares) envolvidos nesse tipo de formação? O professor necessita cumprir muitas demandas de ensino em sala de aula; assim sendo, quando a escola adere a projetos semelhantes a esses, de que forma essas ações podem impactar no trabalho docente e até mesmo em sua didática? Podemos relacionar o desenvolvimento das características do comportamento empreendedor com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, ambas têm o mesmo significado?

As inquietações surgidas neste estudo e as futuras, a partir de uma aproximação ao fenômeno do empreendedorismo, no complexo educacional, articulado a outros complexos – político, econômico, jurídico –, entre outros, são desafios para o campo da esquerda que se coloca na esteira de “empreender” com urgência a crítica a essa sociabilidade, que, para atingir as complexas imbricações, não pode estar alheia a uma crítica ontológica do real.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel. **Parcerias entre prefeituras e esfera privada: Estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo?** ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). Público e privado: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.
- ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das inteligências múltiplas**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Fraiburgo, SC**. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fraiburgo_sc. Acesso em: 8 set. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial**. Resumo executivo. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.
- BANCO MUNDIAL. **Conhecimento e inovação para a competitividade / Banco Mundial**. Tradução, Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2008.
- BERNUSSI, Mariana M. **Instituições Internacionais e Educação: A agenda do Banco Mundial e do *Education For All* no caso Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BONDAN, Girlane A. **O ensino de empreendedorismo nos cursos superiores de tecnologia do IFSC, campus Florianópolis – Continente**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BORIN, Elaine C. P. **O SEBRAE e os arranjos produtivos locais: o caso de Nova Friburgo/RJ**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRANDT, Marlon. **Campo da dúvida: uma paisagem em transformação** – do uso comum da terra à exploração madeireira (1930 a 1960). PerCursos, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 55-71, jul. / dez. 2007.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos**. Santos: Projeto Cooperação, 1997.

CAMPOS, Roselane F. **A Reforma da Formação Inicial dos Professores da Educação Básica nos anos de 1990 – Desvelando as tessituras da proposta governamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral (1755)**. Curitiba: Segesta editora, 2002.

CIAVATTA, Maria. **Mediações do Mundo do Trabalho – A fotografia como fonte histórica**. In: LOMBARDI, José C., SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luís. [Org.]. Capitalismo, Trabalho e Educação. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

CISNE; Margareth F. **As bases ontológicas do processo de apropriação do conhecimento e suas possíveis implicações para a Educação Infantil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CNI (Confederação Nacional na Indústria). **Conheça a CNI**. Disponível em: <<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C101746FD.htm>>. Acesso em: 4 out. 2017.

CNI (Confederação Nacional na Indústria). **Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022**. Brasília, DF: CNI, 2013.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DELORS, Jacques. **“Educação um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; UNESCO, 1998.

DEMETRIO, Diego W. **Qual a diferença entre empreendedor e empresário?**. Disponível em: <<http://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedor-e-empresario/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

DIAS, Graziany P. **Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Ed. de Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. rev. e atual - São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DOLABELA, Fernando. **Quero construir a minha história**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

DREWINSKI, Jane M. A. **Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor: entrepreneurship. Práticas e princípios**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2006.

DUARTE, Newton. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões? Polêmicas do nosso tempo**. I. ed., I. reimpressão - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira.** *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, Ano 10, Nº 15/2012.

FERNANDES, Renê J. R. **Breve histórico do ensino de empreendedorismo no Brasil.** *Revista GV novos negócios*, [S.l.], v. 5, n. 5, jan. 2013. ISSN 2237-4639. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rgnn/article/view/60813>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara L. R. **Refluxos sociais da lógica de competências: o processo de individualização em foco.** In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, L. R. (Org.). *Educação profissional e a lógica das competências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FILION, Louis. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** *Revista de Administração*. São Paulo, v. 34, n. 2, abril/junho 1999.

FLORES, Bruna de A. **Empreendedorismo de si e educação escolar: entre cartas e tramas.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego.** *Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais.** *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594/8857>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do Magistério à destruição do sistema público de educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012b.

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar – e – aprender com sentido**. São Paulo: Inst. Paulo Freire, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. **Santa Catarina – Fraiburgo**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420550&se arch=|infogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 8 set. 2017.

ITAMARATY. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>>. Acesso em: 4 out. 2017.

KLEIN, Ligia Regina. **A produção do GT Trabalho e Educação e suas interlocuções com a Educação Básica: uma demanda (des) atendida?** In: RAMOS, F. B.; PAVIANI, N. M. S.; AZEVEDO, T. M. (Org.). *A pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica: múltiplos olhares*. Caxias do Sul: EDUCS; São Leopoldo, Casa Leiria. 2012, p.380-426. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br/home.php?link=publicacoes&sublink=publicacoes>> Acesso em: 5 jun. 2016.

KOSIK, Karel. **O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição**. In: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica – As relações de produção e a educação do trabalhador**. 4. ed. rev. – São Paulo: Cortez, 1995.

LEAL, Antonio Fernando. **Aprender a empreender: um pilar na educação de jovens e adultos (A experiência do Sebrae)**. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

LEHER, Roberto. **UNESCO, Banco Mundial e a educação dos países periféricos**. Ano XI, Nº 25, dezembro de 2001 - São Paulo: ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-571115505.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. - São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIMA, Aguinaldo Luiz de. **Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora**. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Rose (Org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LUKÁCS, György. **As Bases Ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: Revista Temas de Ciências Humanas (Conferência redigida para ser apresentada ao Congresso Mundial de Filosofia em Viena em 1968 e foi publicada em 1969 em Húngaro). São Paulo, 1978.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Lucília Regina de S. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANACORDA, Mario. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 5.ed. - São Paulo, Cortez, 1996.

MARTINS, Erika M. **“Movimento Todos pela Educação”: Um projeto de nação para a educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MARTINS, Juliana. A. C. **A educação e a reprodução da classe trabalhadora da pomicultura de Fraiburgo SC e o Programa de Aprendizagem “Cultivo da Macieira – Jovem Aprendiz Cotista”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARTINS, Juliana. A. C. **Ser Jovem trabalhador: Entre a conformação à reprodução metabólica do capital e sua superação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MARTINS, Silvana N. **Educação empreendedora transformando o ensino superior: diversos olhares de estudantes sobre professores empreendedores**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MESZÁROS, István. **A alienação e a crise da educação**. In: A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTENEGRO, Martinho C. **Empreendedorismo e intraempreendedorismo: a bola da vez**. Biblioteca Sebrae, Fonte: Sebrae Sebrae Nacional - 01/04/2015.

<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3055B130E0BFDA0D8325767700400E87/\\$File/NT00042DAA.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3055B130E0BFDA0D8325767700400E87/$File/NT00042DAA.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2018.

MORAES, Maria Célia. **Indagações sobre o conhecimento no campo da educação**. IN: *Perspectiva*, v. 27, n. 2 – Julho/dezembro de 2009. Florianópolis: CED/NUP. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/1507/showToc>>. Acesso em: 20 ago., 2017.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente**. In: *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Recuo da teoria**. In: *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva, Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERONI, Vera. **A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado** ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). *Público e privado: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI. **O Microempreendedor Individual – MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei>>. Acesso em: 2 set. 2017.

PRONKO, Marcela A. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Org.). *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco*

Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

RAMAL, Silvina Ana. **Como transformar seu talento em um negócio de sucesso: gestão de negócio para pequenos empreendimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RIBEIRO, Rodrigo F. LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072>>. Acesso em: 20 maio 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 34. ed. - Petrópolis: Vozes, 2009.

ROSENTAL, M. M; STRAKS, M. G. Y. **Las categorias de la dialéctica materialista**. In: Categorias del Materialismo Dialéctico. Traducción Adolfo Sanchez Vazquez e Wenceslao Roces. Cidade do México: Grijalbo, 1958.

RUMMERT, Maria Sonia, ALGEBAILÉ Eveline, VENTURA, Jaqueline. **Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo**. In: DA SILVA, Mariléia Maria, QUARTIERO, Maria Elisa, EVANGELISTA, Olinda (organizadoras). Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

SANTOS, Gesinaldo dos. **Um jogo para contribuição do ensino de empreendedorismo**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2014.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução da Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. Edital de Educação Empreendedora no Ensino Fundamental. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Edital%20de%20Educação%20Empreendedora%20para%20Ensino%20Fundamental%20em%20SC%20-%20%20JEPP%202015.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SEBRAE. Estratégias Educacionais Vivenciais – Manual do Participante. Brasília – DF. 2014.

SEBRAE. Fundamentação Metodológica – Manual do Participante. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 1º ano: Livro do Aluno – O mundo das ervas aromáticas. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 2º ano: Livro do Aluno – Temperos naturais. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 3º ano: Livro do Aluno – Oficina de brinquedos ecológicos. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 4º ano: Livro do Aluno – Locadora de produtos. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 5º ano: Livro do Aluno – Sabores e cores. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 6º ano: Livro do Aluno – Eco papelaria. Brasília – DF. 2011.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 7º ano: Livro do Aluno – Artesanato sustentável. Brasília – DF. 2011.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 8º ano: Livro do Aluno – Empreendedorismo social. Brasília – DF. 2011.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 9º ano: Livro do Aluno – Novas ideias, grandes negócios. Brasília – DF. 2011.

SEBRAE. Jovens Empreendedores Primeiros Passos, 9º ano: Livro do Professor – Artesanato sustentável. Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. **Manual de Operacionalização - Guia do Gestor Estadual.** Brasília – DF. 2012.

SEBRAE. **Oficina: Fundamentação Metodológica – Educação Empreendedora – Manual do Participante.** Brasília, 2015.

SEBRAE. **O que é o Sebrae?** Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 10 out. 2016.

SHEPTULIN, Alexandre. **Do princípio de partida e dos princípios de edificação do sistema da categoria da dialética.** In: A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

SHEPTULIN, Alexandre. **La teoría y el método.** (Capítulo I). In: SHEPTULIN, Alexandre. El método dialéctico de conocimiento. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1983.

SILVA, Fernanda Góes da. **Ensino do empreendedorismo na educação básica: a formação do cidadão empreendedor em questão.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

SOUZA, Adriano Mohn. **Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás/GO, 2006.

SOUZA, Elaine Eliane P. **A formação continuada do professor alfabetizador nos cadernos do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, Maria J. (2014). **Desenvolvimento de Competências para a criação de uma Cultura de Empreendedorismo.** CIEM 14, Vigo University, Spain, 2014.

SOUZA, Silvana. A. **Trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa na educação: uma questão de boa vontade?** ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). Público e privado: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUZA, Silvana. A. **A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações.** Educação & Linguagem v. 15 n. 26 77-94, jul.-dez. 2012 ISSN Impresso:1415-9902 - ISSN Eletrônico: 2176-1043. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3291/3149>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. **Responsabilidade Social Empresarial.** Brasília: Consultoria Legislativa, 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de Atividades de 2017.** São Paulo: Todos pela Educação, 2017. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/editor/files/Todos_relatorioatividades_2017.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 3. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TORRIGLIA, Patricia Laura. **A formação docente no contexto histórico-político das reformas educacionais no Brasil e na Argentina.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

TORRIGLIA, Patricia Laura. **Produção de conhecimento e educação: considerações para pensar o ser social na sociedade contemporânea.** In: LEITE, Denise, SANTOS LIMA, Elizeth. Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

TORRIGLIA, Patricia Laura. **Vida Cotidiana: conhecimento cotidiano, científico e estético. Primeiras aproximações ao ser do reflexo e o espelhamento do real.** In: TORRIGLIA, Patricia Laura. Ontologia crítica: trabalho, reprodução e práxis cotidiana. Relatório de Estágio pós-doutoral. Agosto 2016.

TORRIGLIA, Patricia Laura; MARTINS, Juliana A. C. **Vida cotidiana e a produção do conhecimento: o combate teórico contra o modo de conhecimento fetichizado.** Publicação em Anais de Evento: Niep, Niterói, 2017.

TORRIGLIA, Patricia Laura, CISNE, Margareth F. **A vida cotidiana e o cotidiano escolar: aproximações ontológicas em debate.** In:

Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola, EdUECE- Livro 1. 2014.

TORRIGLIA, Patricia Laura; ORTIGARA, Vidalcir. **Os campos de mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em políticas educacionais.** (Org.) CUNHA, C.; SOUZA, J.V.; SILVA, M. A. O Método Dialético na Pesquisa em Educação. Campinas: Ed. Autores Associados, 2014.

TUMOLO, Paulo Sergio. **A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate.** IN: Perspectiva, v. 35, n. 2, p. 598-614, abr./jun. 2017. Florianópolis SC.

TUMOLO, Paulo Sergio. **O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100011> Acesso em: 20 ago. 2017.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Tópicos especiais de Educação e Trabalho III:** Anotações aula proferida no dia 03 de julho de 2017, PPGE/UFSC, Florianópolis SC.

TURMINA, Adriana C. e SHIROMA, Eneida.O. **A (con)formação de um trabalhador de novo tipo: “o ensinar a ser” do discurso de autoajuda.** 34 Reunião Anual da ANPED. Natal, 2011.

VALCANIA, Célio. L. **Estudo do egresso dos alunos das disciplinas que envolvem empreendedorismo.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

VALENTINI, Delmir José. **Atividade da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na Região do Contestado: 1906-1916.** Tese (Doutorado em História), Fac. Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre: 2009.

VARGAS, Paulo Roberto R. **Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

VÉRIN, Hélène. **Entrepreneurs, enterprise. Histoire d'une idée.** Paris: Presses Universitaires de France. 1982.

VIEIRA, Alzira de Fátima. **A universidade corporativa Sebrae e suas trilhas de aprendizagem.** Revista FGV Online, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 46-57, abr. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvonline/article/view/20052/18799>>. Acesso em: 21 out. 2017.

APÊNDICE A – Teses, dissertações, artigos e outros textos sobre empreendedorismo e educação

Quadro 1: Tese selecionada no “Google Acadêmico*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Google Acadêmico – Tese			
Busca básica			
EMPREENDEADORISMO NA EDUCAÇÃO	Título	Autor(a)	Ano
	Educação empreendedora transformando o ensino superior: diversos olhares de estudantes sobre professores empreendedores	Silvana Neumann Martins	2010

Fonte: Elaboração da autora com base em: *(<<https://scholar.google.com.br/>>). Acesso em: 30 ago. 2017.

Quadro 2: Dissertações selecionadas no “Google Acadêmico*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Google Acadêmico - Dissertações			
Busca básica			
EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO	Título	Autor (a)	Ano
	Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?	Adriano Mohn e Souza	2006
	Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola	Graziany Penna Dias	2006
	Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora	Aguinaldo Luiz de Lima	2008

Fonte: Elaboração da autora com base em: *(<<https://scholar.google.com.br/>>). Acesso em: 30 ago. 2017.

Quadro 3: Artigos selecionados no “Google Acadêmico*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Google Acadêmico – Artigos		
Busca básica: EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO		
Título	Autor(a)	Ano
Reflexões sobre a ideia do empreendedorismo na educação	Antonio Santos da Luz	2006
Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática	João Benjamim Cruz Júnior; Pedro da Costa Araújo; Sérgio Machado Wolf; Tatiana V. A. Ribeiro.	2006
Apontamentos sobre a educação para o empreendedorismo em Portugal	Ana Rita de Oliveira Mendes	2007
Empreendedorismo no ensino superior: uma abordagem teórica	Danilo Xavier Saes; Fábio Henrique Soares Pita.	2007
Empreendedorismo e interdisciplinaridade: uma proposta metodológica no ensino de graduação	Daniel Jardim Pardini; Renata Veloso Santos.	2008
Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais	Daniel Christian Henrique; Sieglinde Kindl da Cunch.	2008
Influência do ensino de empreendedorismo nas intenções de direcionamento profissional dos estudantes	Cristina Dai Prá Martens; Henrique Freitas.	2008
Empreendedorismo e Jovens Empreendedores	Dario de Oliveira Lima-Filho; Renato Luiz Sproesser; Eber Luis Capistrano Martins.	2009

Título	Autor(a)	Ano
Empreendedorismo: do ensino básico ao ensino superior	Vitor Gonçalves	2009
O mercado de trabalho no futuro: uma discussão sobre profissões inovadoras, empreendedorismo e tendências para 2020	James Terence Coulter Wright; Antonio Thiago Benedete Silva; Renata Giovinazzo Spers.	2010
Empreendedorismo e Educação Física: reflexões à sua apreensão/ implementação na formação humana	Graziany Penna Dias	2010
Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa	Marcia Aparecida Zampier; Adriana Roseli Wünsch Takahashi.	2011
Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos	Maria Flávia Bastos e Ricardo Ferreira Ribeiro	2011
A introdução do empreendedorismo na educação brasileira: primeiras considerações	Silvana Aparecida de Souza	2012
Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo	Marival Coan	2013
Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação	Fernando Dolabela; Louis Jacques Fillion.	2013
Educação empreendedora e a geração de novos negócios	Carlos Eduardo Moreira Tavares; Gilnei Luiz de Moura; Juliano Nunes Alves.	2013

Título	Autor(a)	Ano
Educando para viver sem riscos	Karla Saraiva	2013
Ser seu Próprio Patrão? Aperfeiçoando-se a Educação Superior em Empreendedorismo	Edmilson Lima; Rose Mary Almeida Lopes; Vânia Maria Jorge Nassif; Dirceu Silva.	2014
Educação empreendedora: o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de ensino superior	Anna Gabriela Miranda de Oliveira; Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo; Cristiana Fernandes de Muylder.	2016

Fonte: Elaboração da autora com base em: *<https://scholar.google.com.br/>.
Acesso em: 30 ago. 2017.

Quadro 4: Artigos selecionados no “Google Acadêmico*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Google Acadêmico – Outros textos, resumos, etc.		
Busca básica: EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO		
Título	Autor(a)	Ano
Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável: um estudo sobre a metodologia “Pedagogia Empreendedora” de Fernando Dolabela	Vilma Meurer Sela; Francis Ernesto Ramos Sela; Daniela Quaglia Franzini.	2006
Os Grandes Desafios e as Estratégias do Empreendedor no Ensino Superior Privado	Márcia M. S. Bortolucci Espejo; José J. Previdelli.	2006
Educação Superior em Empreendedorismo e Intenções Empreendedoras dos Estudantes – Relatório do Estudo GUESSS Brasil 2013-2014	Edmilson Lima; Vânia Maria Jorge Nassif; Rose Mary Almeida Lopes; Dirceu da Silva.	2014

Fonte: Elaboração da autora com base em: *(<<https://scholar.google.com.br/>>). Acesso em: 8 fev. 2018.

Quadro 5: Artigos selecionados no “SCIELO*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

SCIELO – Artigos		
Busca básica: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA, EMPREENDEDORISMO.		
Título	Autor(a)	Ano
Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais	Daniel Christian Henrique; Sieglinde Kindl da Cunha.	2008
Jovens empreendedores e o processo de criação de empresas	Cândido Borges; Louis Jacques Filion; Germain Simard.	2008
Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa	Marcia Aparecida Zampieri; Adriana Roseli Wünsch Takahashi.	2011
A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000	Alessandro de Melo	2011
Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão?	Yára Lúcia M. Bulgacov; Sieglinde Kindl da Cunha; Denise de Camargo; Maria Lucia Meza; Sergio Bulgacov.	2011
A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor	Alessandra Mello da Costa; Denise Franca Barros; Paulo Emílio Matos Martins.	2012

Título	Autor	Ano
A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude	Julia Salgado	2013
Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor	Estevão Lima de Carvalho Rocha; Ana Augusta Ferreira Freitas	2014
Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública	Nora Krawczyk	2014
Ser seu Próprio Patrão? Aperfeiçoando-se a Educação Superior em Empreendedorismo	Edmilson Lima; Rose Mary Almeida Lopes; Vânia Maria Jorge Nassif; Dirceu Silva.	2015
O Ensino de Empreendedorismo com Fundamento na Teoria Effectuation	Marcus Alexandre Yshikawa Salusse; Tales Andreassi.	2016

Fonte: Elaboração da autora com base em:

*<<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Quadro 6: Teses selecionadas no “Banco de Teses e Dissertações da CAPES*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Banco de Teses e Dissertações CAPES - Teses		
Busca básica: EMPREENDEDORISMO + EDUCAÇÃO		
Título	Autor(a)	Ano
Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil	Jane Maria de Abreu Drewinski	2009
Mercadores de ilusões: a auto-ajuda e o empreendedorismo no cotidiano dos professores da rede pública do município do Rio de Janeiro	Elaine Constant Pereira de Souza	2009
Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas	Marival Coan	2011
Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar	Paulo Roberto Ribeiro Vargas	2012
Querer, obedecer e empreender: o governo de si e dos outros nos discursos pedagógicos (final do século XVIII e início do século XIX)	Claudia Ribeiro Calixto	2014
Concepções de trabalho e profissionalização docente: sua redução à ação empreendedora	Elizabeth Gottschalg Raimann	2015

Fonte: Elaboração da autora com base em:
 *<<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Quadro 7: Dissertações selecionadas no “Banco de Teses e Dissertações da CAPES*”, referente a buscas do período de 2006 a 2016

Banco de Teses e Dissertações CAPES - Dissertações		
Busca básica: EMPREENDEDORISMO + EDUCAÇÃO		
Título	Autor(a)	Ano
Educação e empreendedorismo: Qualificação de empreendedores no Arranjo Produtivo Local de Tobias Barreto/SE	Maria Betânia de Souza	2006
Educação em empreendedorismo: A potencialização de negócios por meio do desenvolvimento de competências do empreendedor	Henrique de Queiroz Chaves	2006
Aprender a empreender: um pilar na educação de jovens e adultos (A experiência do Sebrae)	Antonio Fernando Leal	2009
Governamentalidade neoliberal, empreendedorismo e suas repercussões nos processos educacionais da cidade de Horizonte-CE	Jose Wagner de Almeida	2010
Estudo do egresso dos alunos das disciplinas que envolvem empreendedorismo	Célio Luiz Valcanaia	2010
O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo: educação e ideologia	Otávio Pedro Alves de Lima Júnior	2011
Fundamentos, princípios e objetivos de uma política de qualificação profissional: Projeto Juventude Empreendedora	Glória Maria Vasconcelos Goes	2011
Impactos da educação empreendedora na visão de carreira profissional futura: um estudo com alunos concluintes do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José dos Campos/SP	Aline Campos Figueiredo	2012

Título	Autor(a)	Ano
Perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada: Contribuições para o aprimoramento do Projeto Pedagógico de Curso	Bácima Eliana Alves Simão	2012
Educação empreendedora: análise dos temas abordados no ensino fundamental, médio e superior	Sueli Aparecida Zambon Escarabelo	2014
Um jogo para contribuição do ensino de empreendedorismo	Gesinaldo dos Santos	2014
Institucionalização escolar e empreendedorismo: efeitos da governamentalidade neoliberal na sujeição do aluno a EJA	Elize de Matos Souto	2014
Empreendedorismo de si e educação escolar: entre cartas e tramas	Bruna de Almeida Flores	2014
Espaços e configurações para o ensino de empreendedorismo: uma investigação a partir do currículo.	Erica Pereira Martins	2015
Ensino do empreendedorismo na educação básica: a formação do cidadão empreendedor em questão	Fernanda Góes da Silva	2015
O ensino do empreendedorismo na educação formal de crianças: um estudo de caso na rede municipal de Itaperuçu	Antonio Celso Rezende Garcia	2015
O ensino de empreendedorismo nos cursos superiores de tecnologia do IFSC, campus Florianópolis – Continente	Girlane Almeida Bondan	2016
Organismos estudantis e o incentivo ao empreendedorismo nas universidades brasileiras	Artur Tavares Vilas Boas Ribeiro	2016

Fonte: Elaboração da autora com base em:
 *<<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

APÊNDICE B: Títulos dos encontros do “Livro do Aluno” do curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” – Ensino Fundamental I e II

Quadro 1: Encontros curso JEPP⁹⁶: 1ºano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	A Turma dos Jovens Empreendedores do 1ºano e as caixas cheirosas
2º	As ideias aromáticas da Filomena
3º	Um presente da Filomena para a turma do 1ºano
4º	Conhecendo a loja da Filomena
5º	A loja de ervas aromáticas do 1ºano
6º	Os produtos que vamos vender
7º	Momento de produção
8º	A qualidade que faz a diferença!
9º	Toc...toc...contando o estoque
10º	Cada produto tem seu preço
11º	Venha conhecer a nossa loja!
12º	Um grande dia!
13º	Será que deu tudo certo?

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 1ºano” (SEBRAE, 2012).

⁹⁶ Os seguimentos da Apêndice B são elaboração da autora com base no “Livro do Aluno” SEBRAE (2012) e SEBRAE (2011).

Quadro 2: Encontros curso JEPP: 2ºano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	A beleza está na mesa
2º	As descobertas de Leonardo
3º	O sabor de plantar
4º	Terra, a mãe natureza
5º	Quem planta, colhe
6º	Nesta terra tudo dá
7º	Procurando sempre o melhor
8º	Aprendendo mais!
9º	Quanto custa?
10º	Com a boca no trombone!
11º	Plantar, colher, vender!
12º	Vamos ver os resultados

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 2ºano” (SEBRAE, 2012).

Quadro 3: Encontros curso JEPP: 3º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	Uma vida saudável
2º	Cada um se diverte como pode e do jeito que sabe
3º	Conhecendo lugares e opções de diversão
4º	Planejando a oficina de brinquedos ecológicos
5º	Construindo com sucata
6º	Todos juntos com a mão na massa!
7º	Todos juntos com a mão na massa novamente!
8º	Vivendo a vida como empreendedor!
9º	Divulgando a oficina de brinquedos ecológicos
10º	Embrulha que eu vou levar
11º	Contagem regressiva: 5 – 4 – 3 – 2 – 1 ... 0
12º	O grande dia!
13º	Ponto de chegada

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 3ºano” (SEBRAE, 2012).

Quadro 4: Encontros curso JEPP: 4º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	Uma decisão muito importante
2º	Planejando para que tudo dê certo
3º	Viajando na imaginação
4º	O planejamento continua
5º	Um negócio divertido
6º	Dividindo as tarefas!
7º	Tudo tem um preço
8º	Divulgando a locadora
9º	Fazendo acontecer
10º	Inauguração da locadora é um dia de festa!
11º	Avaliar os resultados

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 4ºano” (SEBRAE, 2012).

Quadro 5: Encontros curso JEPP: 5º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	De onde vêm os alimentos?
2º	Higiene é tudo!
3º	Chapeuzinho vermelho e sua maravilhosa cesta!
4º	Atender bem sem olhar a quem
5º	Qual a nossa fatia do mercado?
6º	Fazer aprende-se fazendo!
7º	Me dá um dinheiro aí!
8º	Propaganda é a alma do negócio!
9º	Um é pouco, dois é bom, três é ótimo e sete é extraordinário!
10º	Dia da inauguração
11º	Fechando um ciclo e iniciando outro

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 5ºano” (SEBRAE, 2012).

Quadro 6: Encontros curso JEPP: 6º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	Vamos trabalhar com Eco papelaria
2º	Planejando a Eco papelaria
3º	Começando a produzir
4º	A responsabilidade de todos nós
5º	Produzindo ainda mais
6º	Mais decisões na Eco papelaria
7º	Organizando nosso trabalho para fazer ainda melhor
8º	Cuidar dos recursos para não faltar no futuro
9º	De olho na eficiência com qualidade
10º	Conversando com o cliente
11º	Uma campanha especial na Eco papelaria
12º	Uma equipe unida
13º	Preparativos finais
14º	Portas abertas
15º	Decisões finais na Eco papelaria

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 6ºano” (SEBRAE, 2011).

Quadro 7: Encontros curso JEPP: 7º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	O primeiro dos primeiros passos
2º	A oportunidade mora ao lado
3º	Conhecendo mais sobre artesanato
4º	Como será nosso produto?
5º	Um espaço organizado para o trabalho
6º	Produzindo e aprendendo mais sobre sustentabilidade
7º	Práticas sustentáveis
8º	Contas, muitas contas para vender nossos produtos
9º	Qualidade hoje e sempre
10º	Conversando com nossos clientes
11º	Produzindo ainda mais
12º	A responsabilidade de todos
13º	Reta final
14º	Inaugurando a loja de artesanato sustentável
15º	Avaliar e recomençar

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 7ºano” (SEBRAE, 2011).

Quadro 8: Encontros curso JEPP: 8º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	Empreendedorismo social
2º	O empreendedor social
3º	Educação
4º	Saúde e qualidade de vida
5º	Cultura e lazer
6º	Meio ambiente
7º	Emprego e geração de renda
8º	Elaboração e gerenciamento de projetos sociais
9º	Continuando a elaboração e gerenciamento de projetos sociais
10º	Roteiro para elaboração de projetos
11º	Abrindo o baú de ideias
12º	Desenvolvimento de projetos de empreendedorismo social
13º	Planejamento para a apresentação dos projetos
14º	Evento de apresentação dos projetos desenvolvidos
15º	Avaliando nossa trajetória empreendedora

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 8ºano” (SEBRAE, 2011).

Quadro 9: Encontros curso JEPP: 9º ano

ENCONTRO	TÍTULO
1º	O empreendedor e seu negócio
2º	Qual produto? Quais clientes?
3º	Local, concorrência e recursos materiais
4º	Cuidando das finanças
5º	Entendo o marketing
6º	Equipe e produção
7º	Definindo o pós-venda
8º	Preparando o plano de negócios
9º	Analisando a implantação do negócio
10º	Avaliando o plano de negócios e o aprendizado

Fonte: Elaboração da autora com base no “Livro do Aluno – 9ºano” (SEBRAE, 2011).